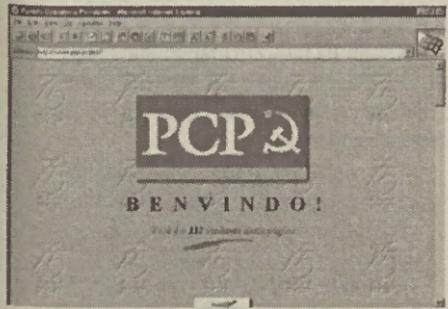


O PCP e a revisão constitucional



O PCP apresentou na AR um projecto de revisão em defesa e para o aperfeiçoamento da Lei Fundamental. Págs. 10



PCP NA INTERNET

A partir de ontem, o PCP passou a estar presente na Internet, com uma «página», proporcionando extensa informação sobre a actividade e as propostas dos comunistas

Págs. 31 e 32

REGIONALIZAÇÃO

A realidade e as sombras

A instituição das Regiões Administrativas foi uma batalha de sempre do PCP.



■ Carlos Luís Figueira

Pág. 18

TRABALHADORES

Jornada de Luta

Em luta contra a «flexibilização» e a «polivalência», os trabalhadores realizam hoje várias acções – concentrações, greves e plenários. Os mineiros de Aljustrel vieram a Lisboa exigir a reabertura das minas.

Págs. 12, 13 e 32

INTERNACIONAL

Aznar vence em Espanha

Desemprego, corrupção e escândalos derrotam o PSOE de Gonzalez.

Pág. 15

Avante!

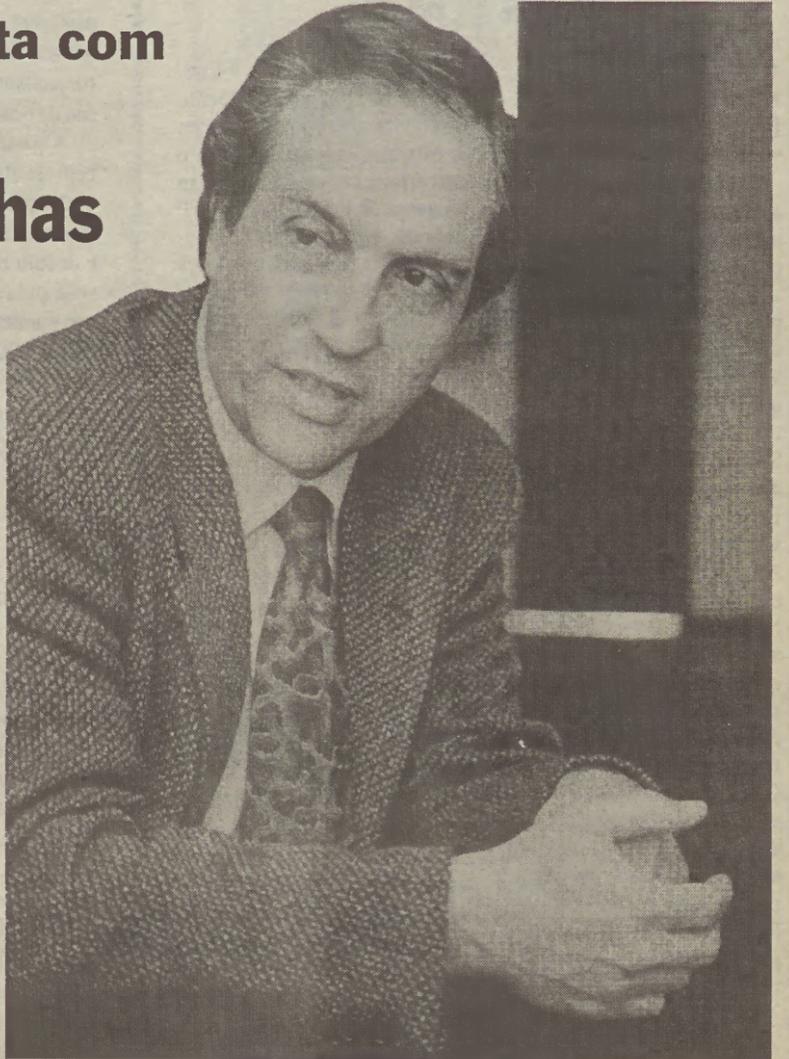
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Março de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1162 • Director: Carlos Brito



Entrevista com Carlos Carvalhas

Centrais



Um Partido forte e interveniente

Comício amanhã em Lisboa

Um Orçamento que não serve



Págs. 11 e 32

8 MARÇO

Artigos de Adelaide Pereira, Fátima Messias e Margarida Folque

Págs. 20 e 21



EDITORIAL

As causas mais generosas

As comemorações dos 75 anos do PCP, que ontem se completaram, estão em plena concretização.

Vão desenrolar-se intensamente por todo o mês de Março, prolongar-se-ão até à Festa do «Avante!» e não deixarão de se repercutir na própria realização do XV Congresso, em Dezembro.

Nos próximos dias, todo o Partido estará mobilizado nos grandes comícios nacionais, como os de Lisboa, Porto e Évora, nos outros comícios, nas numerosas sessões, debates, jantares, almoços e reuniões comemorativas, nas exposições, colagens de cartazes, colocação de pendões e outras acções de propaganda.

A passagem de sete décadas e meia de vida do PCP, que representam outros tantos anos de identificação com as aspirações mais profundas dos trabalhadores e de todo o povo do nosso país e de luta constante, incansável e ardorosa pela sua realização, constituem um momento especialmente apropriado para fazer uma grande reafirmação das razões, princípios e objectivos do projecto transformador dos comunistas portugueses.

São as causas de mais liberdade, mais justiça, mais bem-estar, mais ensino e cultura e, mais à frente, o socialismo e o comunismo, que tomam expressão, no dia-a-dia, no combate ao desemprego, à exclusão, aos baixos salários, às pensões de miséria, a todas as formas de exploração e opressão e ao capitalismo que as engendra.

Na entrevista que concede à presente edição do «Avante!», o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, salienta, muito oportunamente: «Somos um Partido que se orgulha de ter levantado e de continuar a levantar as bandeiras das causas mais generosas, podendo-se dizer que os avanços, conquistas e vitórias alcançadas pelos trabalhadores e pelo nosso povo tiveram e têm historicamente a marca da contribuição, da luta, do esforço e até do sangue dos comunistas.»

São as causas de mais liberdade, mais justiça, mais bem-estar, mais ensino e cultura e, mais à frente, o socialismo e o comunismo, que tomam expressão, no dia-a-dia, no combate ao desemprego, à exclusão, aos baixos salários, às pensões de miséria, a todas as formas de exploração e opressão e ao capitalismo que as engendra.

Assim, os Estatutos do PCP afirmam que os objectivos supremos do Partido são «a construção em Portugal do socialismo e do comunismo que permitirão pôr fim à exploração do homem pelo homem e assegurar ao povo português o efectivo poder político, o bem-estar, a cultura, a igualdade de direitos dos cidadãos e o respeito pela pessoa humana, a liberdade e a paz». E logo a seguir salientam: «A acção e a identidade do Partido são inseparáveis destes objectivos e do ideal comunista.»

É nesta grande perspectiva que se insere, naturalmente, a luta presente dos comunistas portugueses por uma democracia avançada, com quatro vertentes inseparáveis: a democracia política, a democracia económica, a democracia social e a democracia cultural.

A linha política para o 75º Aniversário aprovada na reunião do Comité Central, de Dezembro, aponta para a necessidade de se unir «o passado, o presente e o futuro do projecto comunista».

Importa por isso mesmo dizer que a história do PCP é um elemento fundamental da sua identidade, um dos feitos maiores dos comunistas portugueses e um motivo de permanente inspiração para a novas gerações de militantes que chegam às fileiras do Partido.

Alvo preferencial do ataque da ditadura fascista que se instalou no país, quando dava os primeiros passos, o

PCP travou com ela um combate de décadas de que saiu vitorioso.

Foi não só o único partido anterior ao 28 de Maio de 1926 que resistiu ao fascismo, como foi capaz de crescer, sob o fogo de feroz repressão, e transformar-se num grande partido nacional que desempenhou um papel determinante no derubamento da ditadura, na reconquista da liberdade e na fundação do novo regime democrático, a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Esta história gloriosa só foi possível pela implantação e as sólidas raízes que o PCP desenvolveu entre a classe operária e as massas trabalhadores de que soube, pela justeza dos objectivos e a tenacidade da luta, afirmar-se como vanguarda revolucionária e pelos apoios e solidariedade que também despertou noutras camadas da população, pela sua firme defesa do interesse nacional.

Os comunistas têm, pois, todas as razões para prezar altamente a sua história. Ninguém muito do que eles lamenta que não sejam muito mais abundantes os textos onde ela esteja correctamente desenvolvida e fixada. Mas participar tão intensamente e tão ardentemente na feitura da história como tem acontecido com os comunistas portugueses, ao longo destas décadas, e escrevê-la ao mesmo tempo, não se tem afigurado tarefa fácil.

De qualquer forma, nenhum outro partido português tem contribuído tanto para a ampla divulgação da sua própria história e para a investigação da história do país neste século, como o PCP. Para quem tenha dúvidas basta consultar a longa lista das publicações das «Edições «Avante!» e folhear as colecções do

«Avante!» e do «O Militante».

As comemorações do 75º Aniversário reservam, por tudo que fica dito, um papel muito importante aos projectos editoriais sobre a história do Partido. Deles nos fala, com algum detalhe, o camarada Francisco Melo na presente edição do «Avante!».

O PCP está então profundamente empenhado e mobilizado nos actos políticos que assinalam os seus 75 anos, mas como é próprio de um dos rasgos mais assinaláveis da sabedoria do Partido está também intensamente atento à complexa actualidade política do país.

Os quatro meses que já passaram sobre o início da governação do PS dão uma plena confirmação às mais graves preocupações e receios sobre a política que iria realizar.

Ela aí está no Orçamento de Estado, obediente a Maastricht, aplaudido pelas confederações patronais e naturalmente viabilizado pelo PP. Ela aí está no programa de privatizações a delapidar o património público, a aumentar a supremacia do poder económico sobre o poder político e a provocar um novo surto de desemprego. Ela aí está na tentativa de dar força de lei às chamadas flexibilidade e polivalência que constituem um dos mais graves atentados aos direitos dos trabalhadores desde o 25 de Abril. Ela aí está, portanto, nas linhas essenciais que constituem a política de direita.

O PCP tem, pois, razões redobradas para continuar a assumir-se como a Oposição de Esquerda e apoiar e incentivar firmemente a luta popular contra a transformação em lei do chamado acordo de concertação social, contra o programa de privatizações, contra a apatia governamental perante o desemprego, por um novo rumo para a integração europeia.

Estas contam-se, no momento, entre as causas mais generosas.



Mega-almoço com Carlos Carvalhas, no sábado, no Seixal

RESUMO

28
Quarta-feira

O grupo parlamentar do PCP aponta os grandes erros do Orçamento de Estado de 1996 ■ A população de Quarteira manifesta-se contra o tráfico de droga e a prostituição ■ A administração da Abel Alves de Figueiredo não viabiliza uma garantia bancária que cubra a dívida de 700 mil contos a duas empresas de leasing ■ O ministro da Defesa assegura que os militares portugueses na Bósnia vão receber na íntegra os vencimentos a que têm direito ■ A ONU nomeia Garcia Leandro comandante da força militar das Nações Unidas no Sara ■ As autoridades cubanas reclamam que o inquérito pedido pela ONU sobre o abate de dois aviões civis americanos seja «rápido e imparcial» ■ Os primeiros-ministros da Grã-Bretanha e da Irlanda anunciam as negociações multipartidárias no Ulster se iniciarem em Junho ■ Lamberto Dini apresenta o seu partido, a que chama Lista Dini-Renovação Italiana ■ Daniel Chipenda, antigo dirigente do MPLA, morre em Cascais.

29
Quinta-feira

Na Cimeira de Banguocoque, António Guterres propõe a Suharto a abertura de representações diplomáticas em Lisboa e em Jacarta a troco da libertação de Xanana Gusmão ■ O IRA ignora o pedido de Seinn Fein para acabar com todas as acções armadas ■ Os EUA reforçam o embargo contra Cuba ■ A Federação Croata-Muçulmana assume o controlo sobre a zona sérvia de Ilijas, pondo fim ao cerco de Sarajevo ■ Um avião peruano despenha-se nos Andes, sem que nenhum passageiro tenha sobrevivido ■ No sul de Espanha, um autocarro explode, provocando 29 mortes.

1
Sexta-feira

A Federação dos Sindicatos dos Têxteis afirma que a luta dos trabalhadores da Abel Figueiredo está a ser «manipulada» pelos administradores da empresa ■ O PS propõe uma alteração ao seu próprio projecto de amnistia para as FP-25 ■ Uma explosão na Bósnia fere dois sargentos portugueses ■ Em Libreville, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi decidem formar um Governo de União e Reconciliação Nacional ■ Falece o escritor Vergílio Ferreira.

2
Sábado

A Direcção Nacional da JCP reúne-se, no âmbito das iniciati-

vas preparatórias para o V Congresso ■ Uma manifestação, que junta, no Porto, o patronato e os trabalhadores, reclama o encerramento do comércio ao domingo ■ Em congresso, o PP submete-se aos ditames de Monteiro ■ Na Austrália, a Aliança Conservadora vence as eleições legislativas ■ Realiza-se uma homenagem às vítimas do incidente que levou ao derrube de dois aviões americanos.

3
Domingo

Realiza-se a reunião nacional do PCP de pequenos e médios empresários, com a participação de Carlos Carvalhas ■ O PP vence as eleições legislativas em Espanha, por uma pequena margem ■ Um atentado reivindicado pelo Hamas faz 19 mortos em Jerusalém ■ Os dois principais líderes da direita conservadora da Turquia assinam um acordo para um Governo de coligação minoritário, de forma a manter os islamitas afastados das estruturas do poder central ■ A romancista, dramaturga e cineasta Marguerite Duras morre em Paris, com 81 anos.

4
Segunda-feira

Inicia-se o debate do Orçamento de Estado, na Assembleia da República ■ As máquinas da Abel Figueiredo começam a ser retiradas das instalações da fábrica ■ Um novo atentado do Hamas mata 13 pessoas, em Telavive, algumas horas depois de se ter realizado uma manifestação na cidade de Gaza que juntou mais de dez mil palestinianos a favor da paz ■ Iniciam-se as conversações exploratórias, no âmbito do plano anglo-irlandês para uma calendarização do processo de paz no Ulster.

5
Terça-feira

Sousa Franco, ministro das Finanças, anuncia alterações ao Orçamento do Estado para garantir o «sim» do PP ■ O «Diário de Notícias» divulga sondagem em que maioria rejeita hipótese de eleições antecipadas caso o OE seja chumbado na AR ■ PCP impugna na AR apresentação de proposta do Governo de flexibilidade do horário laboral ■ Relatório da OIT confirma que o desemprego se transformou num flagelo mundial ■ Forças russas bombardeiam a Chechénia ■ A União Europeia anuncia que vai prolongar a sua presença na Bósnia até final de 1996.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Copa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Polémicos anos 40

O que se está a passar no Teatro Mirita Casimiro, no Monte Estoril, é teatro, é arte, é cultura, mas é também história.

Refiro-me, claro, à peça «Portugal aos quarenta», da autoria de Luís Francisco Rebelo, levada à cena pelo TEC (Teatro Experimental de Cascais), numa encenação de Carlos Avilez.

A oportuna reposição apresentada pelo TEC integra-se nas comemorações dos 50 anos do final da 2ª Guerra Mundial, levadas a cabo no concelho de Cascais, com o apoio da respectiva Câmara, mas acaba por intervir, objectivamente e, importa dizê-lo, positivamente, numa certa polémica sobre os anos 40.

Na verdade, o texto dramático de Rebelo, a encenação e a pesquisa histórica realizadas pelo TEC reconduzem-nos com impressionante crueza e comovente fidelidade, para quem o viveu, ao clima político, social e psicológico daqueles anos.

Ali está essencialmente referenciada a natureza do Estado policial, a repressão fas-

cista nas diferentes componentes, as câmaras de tortura da PIDE, a brutalidade da censura, a expulsão dos melhores mestres da universidade, a perseguição ao teatro.

Mas ali está também o valor e a coragem da resistência, as lutas dos trabalhadores e as greves operárias, as lutas dos estudantes e as suas manifestações, a força interventora da poesia, da música, da arte, a acção denunciadora do teatro, o trabalho perseverante dos democratas, dos comunistas, claro, a mudança nas consciências.

O mérito desta evocação avoluma-se, naturalmente, quando estão na moda as tentativas de branqueamento da ditadura fascista e surgem teses a pôr em causa (ou até a negar) a sua colaboração com a Alemanha nazi e a apoucar o papel da resistência na luta contra a ditadura e contra o apoio por esta prestado a Hitler, apesar da proclamação da neutralidade.

A peça evoca, de muitas maneiras, a euforia dos meios salazaristas com as vitórias da

causa nazi, com que se identificavam e consideravam a sua causa. Evoca, também, o volte-face de Salazar, quando a derrota alemã já não oferecia dúvidas, o que não o impediu, no entanto, de proibir durante quatro dias a divulgação da notícia da morte do ditador alemão e de decretar, depois, três dias de luto nacional em sua honra. Tudo conforme, aliás, com a opinião que mais tarde emitiu, considerando que o principal erro de Hitler foi ter perdido a guerra.

Importa, finalmente, dizer que a força deste testemunho da arte repousa, além do texto, da encenação e da pesquisa histórica, na impressionante convicção com que é interpretado pelas actrizes e actores do TEC, até mesmo quando cantam o «Acordai», com que termina o primeiro acto, e a «Jornada», no final da peça. Bem hajam!

No dia em que ali estive, o público respondeu com igual convicção.

■ Carlos Brito

Palavras bonitas

No início de Fevereiro, discursando num «Forum» realizado na FIL, António Guterres, depois de lembrar que, no final da Cimeira de Madrid, tinha manifestado a sua insatisfação com as conclusões daquela reunião em matéria de emprego, afirmou o seguinte: «*não o fiz acompanhado de nenhum outro dos meus colegas que preferiram congratular-se com os narizes de cera que os diversos documentos tinham, com as frases cheias de atractivo formal mas desprovidas de consequências práticas com que os diversos documentos estavam recheados e com a ilusão de que palavras bonitas resolvem o problema estrutural de maior gravidade na Europa dos nossos dias*» (conforme reportagem da TVI de 9/2).

Na sua última edição, o «Expresso» anunciava a realização, em Lisboa, no próximo fim-de-semana, de uma cimeira dos líderes socialistas europeus que discutirá designadamente «*a compatibilidade entre a União Económica e Monetária e o modelo social europeu*» e da qual, ainda segundo o mesmo semanário, resultará a reclamação do Partido Socialista Europeu de uma «*política activa de emprego*» como «*complemento da UEM*». Mas o que, por ora, mais nos interessa é que o «Expresso» garantia a presença na Cimeira, não só de oito comissários europeus socialistas, não só de líderes socialistas de vinte países europeus, mas também de oito primeiros-ministros de países membros da União Europeia (Portugal, Espanha, Áustria,

Holanda, Dinamarca, Suécia, Finlândia e Grécia), para já não falar dos líderes dos partidos socialistas da Bélgica e da Irlanda que participam em coligações governamentais.

A combinação das declarações de Guterres citadas no princípio do texto com a lista de presenças que acabamos de referir abre dois cenários principais, qual deles o mais excitante, para a próxima Cimeira socialista de Lisboa.

Um cenário, até trememos ao enunciá-lo, é o do Eng. Guterres repetir as duras palavras da FIL na cara de oito dos catorze Primeiros-Ministros que o não acompanharam em Madrid na sua insatisfação.

O outro é a Cimeira proclamar um firme empenho comum de todos os líderes socialistas no combate ao desemprego, sacudindo todas as responsabilidades para os malandros neoliberais que governam cinco dos quinze países da UE, o que tem a desvantagem de mostrar que as declarações de Guterres na FIL, além de injusta punhalada em oito «*colegas*», foram pura demagogia para consumo interno.

Em qualquer cenário, uma coisa está sempre garantida: vem aí mais uma rodada de «*narizes de cera*» e de «*palavras bonitas*».

■ Vítor Dias

A voz do dono

O Conselho de Ministros aprovou e enviou para a AR, faz hoje precisamente uma semana, a proposta de lei prevista no chamado «Acordo de Concertação Social», em que a pretexto da fixação de «um calendário de redução do período normal de trabalho para quarenta horas» - cuja plena consumação não irá ocorrer de facto antes de 1998... - o Governo do PS avança com gravíssimas alterações em relação ao horário de trabalho e com a consagração legal da chamada «polivalência». E à qual logo se seguiu o «desafio» da UGT à CGTP-IN para «debater» o «Acordo»...

Ora o que o conteúdo da proposta de lei do Governo inteiramente confirma é que a não ser travada pela resistência massiva dos trabalhadores, esta iniciativa constitui, sem sombra para dúvida, o mais grave e profundo retrocesso

social verificado na área laboral desde o 25 de Abril.

Que no preâmbulo da proposta legislativa António Guterres tenha pretendido justificá-la com a necessidade de concretizar os objectivos do «Acordo Económico e Social» assinado por Cavaco Silva em 1990, diz praticamente tudo em relação aos seus objectivos fundamentais.

Tenha-se presente o essencial dó que o Governo propõe quanto aos horários: que «o período normal de trabalho em cada dia possa ser superior em duas horas ao limite máximo consagrado», podendo atingir «dez horas»; que o «período normal de trabalho numa semana» possa atingir as 50 horas e que a duração «normal» do trabalho semanal seja definida «em termos médios com um período de referência de quatro meses»; que «nas

semanas com duração inferior a quarenta horas» possa haver redução diária de horário até duas horas, ou redução da semana de trabalho em dias ou meios dias ou aumento do período de férias (sem aumento do subsídio de férias...); e que todas as «interrupções de actividade», designadamente as que são do interesse da entidade patronal, não sejam incluídas no horário de trabalho.

Acrescente-se ainda que as «alterações» implicam apenas «informação e consulta prévia» aos representantes dos trabalhadores; e que apenas «sempre que possível» (!) «deverá visar-se a generalização de um dia de descanso complementar». Em relação às empresas que, no âmbito da negociação colectiva, já anteriormente tinham aceite reduzir o tempo de trabalho, o Governo oferece agora o bónus da aplicação por via

legislativa da «adaptabilidade dos horários».

Quanto à «polivalência», ela visa impor ao trabalhador a prestação de actividades «não compreendidas» na sua categoria. E é conhecido como os conceitos utilizados, de «afinidade» ou de «ligação funcional» com as actividades que correspondem à função normal do trabalhador, são susceptíveis de facilitar as práticas mais arbitrárias e abusivas.

Compreende-se assim por que nem o Governo, nem o grande patronato, se apressem a dar a face na defesa de uma proposta legislativa com uma natureza tão claramente anti-laboral e que vai fazer aumentar os despedimentos e o desemprego. E por que, à voz do dono, aparece a UGT a desempenhar esse triste papel...

■ Edgar Correia

TIMOR
NO FIM
Negócios primeiro

Terminou a Cimeira Euro-Asiática. Os países da União Europeia mais dez da Ásia de Leste durante dois dias dedicaram-se a estudar as vias para a intensificação das relações económicas entre estas duas grandes zonas do Globo.

É de crer que o comunicado final tenha sido previamente analisado e definido. O governo português foi certamente convidado a pronunciar-se sobre o projecto que deve ter circulado entre os vinte e cinco participantes.

E pelas várias afirmações de António Guterres, Jaime Gama, o governo português conhecia bem as pressões que existiam dos nossos «amigos» e «parceiros» europeus para que Portugal não levasse a ocupação timorense pela Indonésia à Cimeira.

Pelo que se disse e pelo que é lícito imaginar os dirigentes europeus não queriam estragar os negócios com os indonésios e outros países da região. As relações com países que se encontram na órbita das grandes potências capitalistas são pautadas pela lógica do lucro; o dossier dos direitos humanos não é para aplicar a este tipo de países, sejam ditaduras sanguinárias ou mantenham outros povos sob a sua ocupação.

Por isso, a Alemanha, a Inglaterra, a França, a Espanha, a Itália, a Holanda, que têm imensos e chorudos negócios até de natureza militar com a Indonésia, não aceitariam nunca que Portugal fosse estragar a festa...

É claro que a posição do governo português não era fácil. Para fazer frente às pressões dos «amigos» europeus era necessário uma dinâmica de coesão interna forte para que os «parceiros» da União Europeia compreendessem que em Portugal a ocupação de Timor é um assunto nacional. «Europeísta» e «Maastrichtiano» convicto, o governo de Guterres aceitou as regras dos parceiros, o que dá para pensar quanto à política externa comum que se giza como sendo uma política ao serviço dos grandes países, e sacrificando os interesses dos pequenos.

António Guterres lançou a iniciativa já muito falada em Portugal. Os governantes indonésios protegidos internamente pela ditadura farão dela o que entenderem. Na Ásia, os seus amigos que há muito riscaram do mapa Timor já só pensam em investimentos europeus. E na União Europeia nas chancelarias já só se pensa em como concretizar os chorudos negócios com a nova parceria asiática, procurando disputar o terreno aos EUA e à sua iniciativa da APEC.

A luta do povo de Timor-Leste contra o ocupante indonésio não consegue comover as doridas almas dos dirigentes europeus. Se a iniciativa de Guterres tivesse sido previamente concertada aos mais diversos níveis institucionais, seguramente que o seu efeito e impacte tinha sido muito mais eficaz.

Terminada a Cimeira, fica Portugal a aguardar a resposta da ditadura de Jacarta, perdendo-se um momento privilegiado para confrontar a Indonésia no sentido de suscitar novas possibilidades de alterar o *status quo* actual. Sem ter ilusões quanto às dificuldades de lidar com um país como a Indonésia, estamos em crer que é possível, apoiado na luta do povo timorense e uma forte dinâmica de mobilização interna sobre esta matéria, avançar no sentido do povo timorense se poder pronunciar finalmente e livremente quanto ao seu futuro político.

■ Domingos Lopes

SEMANA

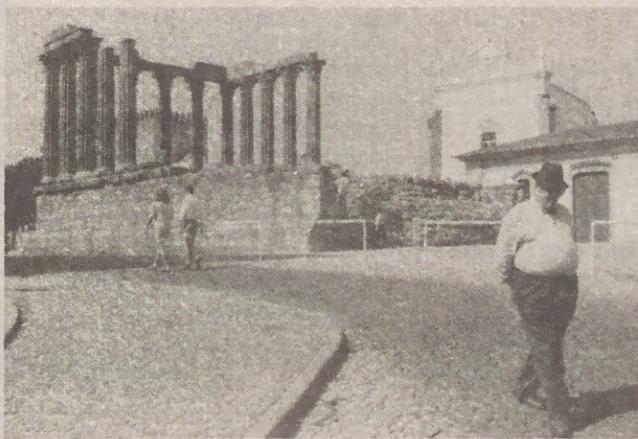
Évora afasta trânsito de centro histórico

O município de Évora pôs a funcionar um Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento que visa afastar o trânsito automóvel do centro histórico da cidade, levando os automobilistas a recorrer ao estacionamento em 10 parques alternativos situados fora das muralhas e que totalizam 2.400 lugares.

O sistema - que quando estiver completo ascenderá ao milhão e meio de contos - consiste num sistema de vaivém entre os

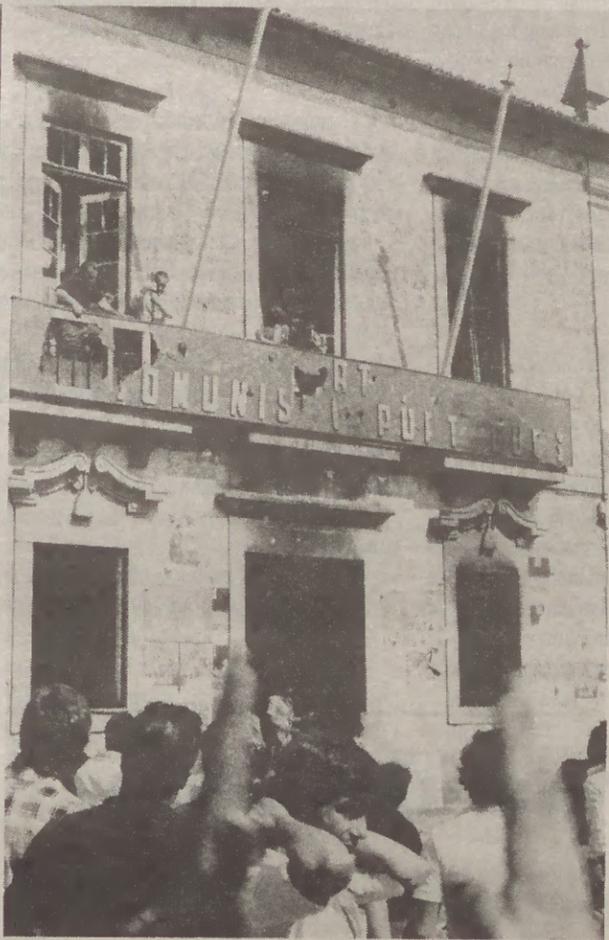
10 parques automóveis exteriores às muralhas e o centro da cidade, garantido por um conjunto de três mini-autocarros avaliados em 17 mil contos cada, com capacidade para 22 lugares sentados e 25 de pé, equipados com as mais recentes tecnologias para viaturas deste tipo, onde se inclui um dispositivo que reduz em 70% a carga poluente das viaturas. A tarifa de circulação é igual à da rodoviária. Entretanto os parques de estacionamento intramuros

passam a ser tarifados, para garantir a rotatividade do estacionamento. O sistema ficará completado em breve com um sistema de estacionamento subterrâneo no Rossio de S. Brás, no exterior das muralhas.



Pedido de desculpas ao bombismo

O tenente-coronel Sousa e Castro, que pertenceu ao Conselho da Revolução e presidiu, após o 25 de Abril, à Comissão de Extinção da PIDE/DGS, retractou-se, com um pedido de desculpas apresentado nos Juizes Criminais do Porto, da acusação de bombista que fizera ao ex-elemento do MDLP, o empresário Manuel Macedo, durante um debate televisivo na TVI. Recorde-se que o empresário Manuel Macedo - actual «amigo da Indonésia» e presidente da Associação de Amizade Portugal-Indonésia - pertenceu ao MDLP, a organização terrorista de extrema-direita chefiada pelo general Spínola que foi responsável nos princípios da Revolução de Abril por diversos assaltos a sedes de partidos progressistas e por atentados bombistas que vitimaram várias pessoas, crimes que continuam sem julgamento até hoje, à semelhança, por exemplo, do assassinato de Humberto Delgado, cujos assassinos, nomeadamente o pido Rosa Casaco, continuam impunes no estrangeiro e, até agora,



ao abrigo de qualquer pedido de extradição.

O ex-Presidente da República, general Ramalho Eanes, foi o «mediador» desta «reconciliação» entre o ex-conselheiro da Revolução e o ex-terrorista, durante um almoço em que também participou o comendador Gonçalves Gomes.

Os avanços do revanchismo da direita na democracia portuguesa já chegaram a este ponto: levar ex-militares de Abril a pedir desculpas aos seus terroristas...

Os abusos em Santo Tirso

Enquanto o relatório da PSP sobre os incidentes com os trabalhadores da empresa de fiação Abel Alves de Figueiredo, em Santo Tirso, concluiu pela «não existência de excessos» por parte da polícia (que deixou um trabalhador em coma e feriu outros quatro), embora admita que foram efectuados quatro disparos de balas de borchacha e três de granadas de gás lacrimogéneo, o relatório da Provedoria de Justiça (que analisou também o atrás citado relatório policial) considerou que foram, de facto, cometidos excessos pela polícia no modo como reprimiu os trabalhadores que defendiam pacificamente os seus postos de trabalho.



Terrorismo fundamentalista ameaça paz na Palestina

Após dois sangrentos atentados que na semana passada fizeram 28 mortos e mais de 80 feridos em Israel, o grupo fundamentalista Hamas volta a semear a morte com novos atentados perpetrados por comandos suicidas, que fizeram esta semana explodir um autocarro de passageiros em Jerusalém, matando pelo menos quatro pessoas e ferindo várias outras, e um outro horas depois em Telavive, matando 13 pessoas e ferindo mais de cem. Os atentados foram de imediato condenados por toda a comunidade interna-

cional, à excepção do Irão, que classificou os crimes como «uma prova do poder dos integristas».

O primeiro-ministro israelita Shimon Perez decidiu, com o aval do seu gabinete, pôr em prática o plano em tempos elaborado por Ytzhak Rabin também na sequência de um atentado, determinando a separação das populações israelita e palestina e um orçamento especial de 100 milhões de dólares para o concretizar, declarando ao mesmo tempo uma guerra sem quartel ao Hamas.

Por seu lado, Yasser Arafat, indignado, condenou os atentados que classificou de «desastre» e horas depois, após apresentar condolências a Shimon Perez, ilegalizou todos os grupos paramilitares: Ezzedine al-Kassam, grupo armado do Hamas; Águias Vermelhas, da FPLP de George Habache; Estrela Vermelha, da FDLP de Nayef Hawatmeth; Pantefras Negras e Falcões, dois grupos da Fatah. Segundo as primeiras conclusões, as ordens para estes atentados vieram do exterior.

Morte de Vergílio Ferreira e Marguerite Duras

Desapareceram esta semana dois grandes escritores, no espaço dois dias: a 1 de Março morreu o português Vergílio Ferreira, com 80 anos, e a 3 de Março faleceu a francesa

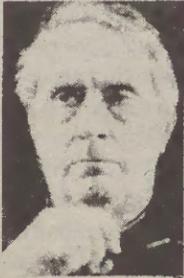
de origem vietnamita Marguerite Duras, com 81 anos.

Vergílio Ferreira, um dos grandes vultos da literatura portuguesa

deste século, nasceu em 1916 em Melo, no Concelho de Gouveia, para onde seguiu o fêretro. Deixa uma importante obra literária iniciada em 1942 com o trabalho *Teria Camões lido Platão?*, a que se seguiram romances tão significativos como *Manhã Submersa*, *Cântico Final*, *Aparição* ou *Alegria Breve*, ou obras como *Mudança* e *Apelo da Noite* onde, a partir de 1949, entra em ruptura com o neorealismo. Escreveu até ao fim e, ainda há cerca de um mês, confessava numa entre-

vista ter «três livros em estaleiro».

Marguerite Duras nasceu em Gia-Dinh, perto de Saigão, estudando mais tarde, em Paris, Direito, Matemática e



Ciências Políticas. Participa na Resistência contra o nazismo, chega a militar no Partido Comunista Francês e mantém-se uma lutadora a vida inteira, tanto pelas grandes causas da Humanidade como pela emancipação da Mulher. Da sua vasta obra, que passou pela *beat generation*, o *Nouveau Roman* e o cinema (escreveu e realizou uma vineta de filmes, assinando o *script* de *Hiroshima*, *Mon Amour*, de Alan Resnais), destacam-se títulos como *Moderato Cantabile*, *O Vice-Consul* ou *O Amante*.

FRASES

«Espero que Mário Soares volte à militância activa.»

(Tito de Moraes, presidente honorário do PS - «Semanário», 02.03.96)

«OE 96 não é pior que os anteriores.»

(Miguel Beza, PSD - «Expresso-Economia», 02.03.96)

«Todo o jantar lavrou num completo equívoco. O órgão não correspondia à função.»

(Pacheco Pereira, a propósito do «jantar-terúlia-da-Lapa» promovido por Marcelo Rebelo de Sousa - «Público», 02.03.96)

«As casas de banho da Assembleia da República, pelo menos as dos homens, são imundas, o restaurante é um cochicho, onde se come muito mal, apesar de ser barato, os deputados não têm lugar cativo para os seus carros. São coisas que parecem não ter importância, mas desprestigiam a função.»

(Vasco Pulido Valente - «Diário de Notícias», 29.03.96)

«Como acontece com alguns homens superiores, Vasco Pulido Valente tem um conflito com a realidade que o leva a enganar-se sistematicamente nas apostas que faz sempre que se envolve na política.»

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 03.03.96)

«A UGT desafia a CGTP para um debate público entre o seu secretário-geral e o coordenador da CGTP sobre o Acordo (de concertação social) e a actual situação económica e social, num ou mais órgãos de comunicação social.»

(do comunicado da UGT, lido por João Poença em conferência de imprensa - «Público», 05.03.96)

«Quanto à proposta de discussão pública com a UGT acerca destas matérias, respondemos que, com a UGT, discussão, quanto mais pública melhor. Porque temos exemplos, num passado recente, de assunção pela UGT de compromissos em reuniões, que depois não cumprem (...) discussões com a UGT, quanto mais públicas melhor.»

(Carvalho da Silva, coordenador da CGTP - «Público», 05.03.96)

«(...) o Partido Popular pouco trouxe que o possa configurar com uma «nova direita». Quando muito, será a nova geração de uma direita velha e antiga que aprende tanto quanto esquece pouco.»

(Fernando Rosas - «Público», 05.03.96)

«Não podemos deixar de entender como politicamente significativo que o CDS-PP tenha desviado as atenções do debate do Orçamento ao apresentar neste momento o seu projecto de revisão constitucional.»

(Octávio Teixeira, citado em «Público», 02.03.96)

«Portas escolheu entrar para o PP e ficar nas bases. Pelo menos até ao próximo Congresso.»

(legenda para uma foto de Paulo Portas - «Semanário», 02.03.96)

«Por último, venho dizer a V. Exas. e ao Congresso que tenho comigo na Direcção do partido, ao contrário do que muita gente pensa, um amigo leal, um amigo de verdade e um amigo cujo nome muitas vezes é usado por outros, que não lhe chegam sequer aos calcanhares, quer na lealdade, quer na amizade, quer na dedicação ao Partido Popular, que é o Dr. Paulo Portas.»

(Manuel Monteiro - «Último Jornal/SIC», 03.03.96)

Comemorações do 75º aniversário do PCP

Um Partido com passado presente e futuro

«Comemoramos este aniversário com orgulho no nosso passado, grande intervenção no presente e confiança no futuro», disse Jorge Pires ao «Avante!»

O 75º Aniversário do PCP é assinalado, na sexta-feira, com um grande Comício a realizar no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, que terá a presença de Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal. Ainda este mês, têm lugar mais quatro grandes comícios noutras cidades do País.

As comemorações do aniversário do mais antigo partido português, que agora têm início, irão estender-se ao longo do ano, devendo culminar na Festa do «Avante!» e encerrar com o 15º Congresso, em 6, 7 e 8 de Dezembro, no Porto.

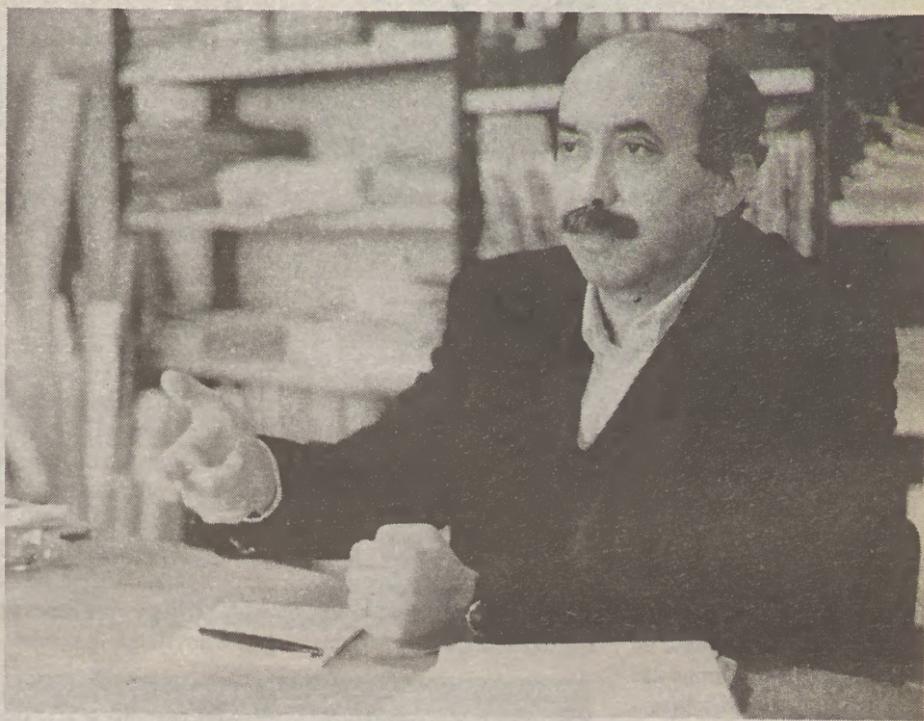
Até lá estão previstas mais de duas centenas de iniciativas promovidas pela Direcção Central e pelas Organizações Regionais do Partido. Para além do Comício de Lisboa, na sexta-feira, realizam-se grandes comícios em Évora, dia 15, no Porto, dia

17, em Aveiro, dia 23, e em Coimbra, dia 29.

Inserido no programa central das comemorações destaca-se ainda um «vasto conjunto de iniciativas que incluem uma intensa actividade editorial (ver página seguinte), a entrada do PCP na rede Internet e uma campanha de recrutamento de 5 mil novos militantes», revelou ao «Avante!» Jorge Pires, coordenador da Comissão do 75º Aniversário do PCP, adiantando que «está também em preparação um grande espectáculo com base na obra musical de Fernando Lopes-Graça, no qual será dada uma recepção a algumas entidades e personalidades da vida pública portuguesa».

Na área da propaganda, começaram já a ser colocados cartazes alusivos à campanha de adesões ao PCP, nos pontos centrais das localidades mais importantes, e ontem, os lisboetas encontraram nalgumas ruas da cidade pendões de grandes dimensões, em pano vermelho, evocando o aniversário.

As actividades de aniversário são também aproveitadas para recolher contribuições junto dos militantes e amigos do Partido, existindo para esse fim cupões de vários valores com o logotipo comemorativo.



Momento de afirmação

Tendo como lema «Pela Democracia, Pelo Socialismo, Por Portugal», as comemorações «devem ser consideradas como um momento de afirmação do Partido, das suas ideias e projecto». Como referiu Jorge Pires, «o passado, o presente e o futuro do Partido vão ser a linha orientadora das iniciativas. Orgulhamo-nos do nosso passado e do nosso património de luta, temos uma grande intervenção no presente e apontamos com grande convicção e confiança o futuro».

Reflectindo esta ideia, foi construída uma exposição itinerante composta por mais de uma dezena de painéis e vitrinas que abordam aspectos essenciais da história do Partido antes do 25 de Abril, a sua luta e intervenção no presente e os objectivos para o futuro. «Não é uma exposição voltada para o passado, embora foque alguns aspectos mais importantes da história do PCP», continua Jorge Pires sublinhando que «a maior exposição dedicada ao Aniversário será feita, em Setembro, na Festa do «Avante!»».

É de resto na Festa que as comemorações atingirão o seu ponto alto: «A Festa oferece

uma oportunidade única para contactar com militantes do PCP e simpatizantes da CDU. É nesse sentido que vamos organizar equipas móveis, constituídas por quadros comunistas, para contactar directamente com as pessoas procurando não apenas recrutar militantes mas esclarecer dúvidas e discutir problemas da actualidade. Sabemos que entre 60 a 70 por cento das pessoas que visitam a Festa não são membros do Partido, mas na sua grande maioria são votantes da CDU e dizem-se simpatizantes do PCP. Estamos convencidos que através do contacto pessoal podemos conseguir muitas adesões ao Partido.»

JCP assinala aniversário na rua

A Juventude Comunista esteve ontem nas ruas de Lisboa com uma jornada nacional de agitação: «Pensámos que era a melhor forma de comemorar o 75º Aniversário do PCP, afir-

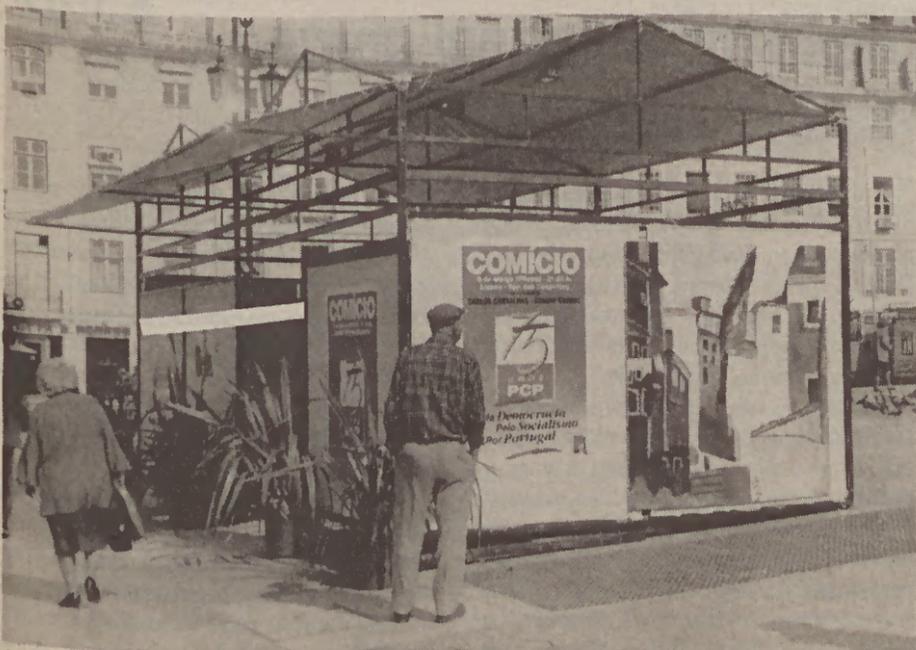
mando a nossa presença com brigadas na rua para contactar e recrutar jovens para o Partido e para a JCP», disse ao «Avante!», Manuel Gouveia, do Secretariado da Direcção Nacional da organização.

Esta semana, outras equipas da JCP partiram de Beja para percorrer vários concelhos do Alentejo, onde, à sua passagem, se realizam debates e reuniões de jovens. As brigadas passam por Évora e, segunda-feira próxima, encerram a iniciativa em Portalegre.

Os jovens comunistas dedicam ainda ao aniversário do Partido a sua «Campanha de Afirmação», no âmbito da qual estão programados debates sobre o ideal comunista e decorre uma campanha de novas adesões. «Trata-se de um conjunto de iniciativas que evoca o aniversário do PCP, inserindo-se ao mesmo tempo na preparação do 5º Congresso da JCP, marcado para 18 e 19 de Maio», explica Manuel Gouveia, realçando que desde o início da campanha «foram já recrutados 700 jovens».



Brigadas da DORL levaram a presença do PCP aos pontos centrais da capital



Aspecto da exposição comemorativa do 75º aniversário do PCP, aberta ao público, terça-feira, na Praça da Figueira, em Lisboa

Cinco grandes comícios

Depois do comício de amanhã, às 21 horas, no pavilhão dos Desportos, em que participam Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal, o PCP promove outra grande realização em Évora, no próximo dia 15 de Março, pelas 21.30 horas, no Teatro Garcia de Resende, em que intervém Álvaro Cunhal. Seguem-se os comícios do Porto, dia 17, no Palácio de Cristal, às 15 horas, com Carlos Carvalhas; em Aveiro, dia 23, no Centro Cultural e Congressos (ex-Fábrica Campos), às 16 horas também com a presença do secretário-geral do PCP; e em Coimbra, dia 29 de Março, às 21.30 horas, na Praça da República, com a participação de Álvaro Cunhal.

COMÍCIO

8 de Março (6ªfeira) - 21.00 h.
Lisboa - Pav. dos Desportos

CARLOS CARVALHAS - ÁLVARO CUNHAL



75
anos
PCP

**Pela Democracia
Pelo Socialismo
Por Portugal**

«Edições Avante!» lançam nova colecção Testemunhos da história do Partido

Integrando-se nas comemorações do 75º aniversário do PCP, as «Edições Avante!» têm em curso vários projectos editoriais, alguns dos quais vão estar acessíveis ao público muito em breve, enquanto outros surgirão ao longo do ano.

Como nos referiu o responsável da editora, Francisco Melo, proximamente será lançada uma nova colecção designada CADERNOS DA HISTÓRIA DO PCP, que através de entrevistas, memórias e pequenos ensaios de carácter histórico divulgará junto do público leitor «algumas das grandes lutas dos trabalhadores portugueses e do PCP contra o fascismo e pela liberdade».

«Numa primeira fase, preparamos a edição dos quatro primeiros números desta colecção, o primeiro dos quais tem como título «Lutas de Massas, em Abril e Maio de 1962, no Sul do País», revelou Francisco Melo.

«Trata-se de um relatório datado de 1962, que circulou clandestinamente, em cópias dactilografadas, da autoria de António Gervásio, operário agrícola e dirigente comunista, que interveio de forma directa na organização da jornada heróica que foram as lutas de Abril e Maio de 1962. A esse relatório juntámos em apêndice alguns textos complementares como artigos publicados na imprensa partidária da época - "O Campo-nês", "Avante!" e "Militante" - e um excerto de um relatório de 1965, também de António Gervásio.

«São documentos que nos mostram o que foram as lutas e greves dos 200 mil assalariados rurais do sul que impuseram o horário das 8 horas de trabalho e que também ajudam a compreender a acção revolucionária que teve lugar depois do derrube do fascismo pela realização da Reforma Agrária no Alentejo e Ribatejo.»

A vida na clandestinidade

O segundo caderno é um depoimento-entrevista de Manuel da Silva, intitulado «30 Anos de Vida e Luta na Clandestinidade».

«Com a modéstia que o caracteriza», explica o editor, o relato de Manuel da Silva «é um testemunho vivo do esforço e sacrifício de uma vida inteiramente dedicada ao Partido e à luta da classe operária», que fala desde «as masmorras de Angra do Heroísmo às lutas dos corticeiros no Algarve, da peregrinação pelo País com o seu táxi ao serviço do Partido, à coordenação da actividade das tipografias clandestinas do Partido, entre 1950 e 1963, e do aparelho clandestino de

Como se faz uma manifestação?

Ainda nesta colecção, está previsto o lançamento de mais um livro intitulado «Relatório sobre a Manifestação de 15 de Abril, no Porto, Contra a Carestia de Vida», que como o nome indica constitui um documento, elaborado pela Direcção da Organização do Norte do PCP, em Setembro de 1972, que traz a lume uma grande diversidade de pormeno-

fronteira, desde 1964 até ao 25 de Abril».

Logo a seguir, será dado à estampa pelas «Edições Avante!» um texto construído a partir da gravação de duas intervenções de Álvaro Cunhal no âmbito da preparação das comemora-



ções do 70º aniversário do PCP. O livro, que sai com o título «Duas Intervenções numa Reunião de Quadros», começa com uma primeira intervenção de Álvaro Cunhal que foca alguns momentos essenciais da história, identidade e objectivos programáticos para o futuro.

A segunda intervenção resulta das perguntas colocadas pelos quadros presentes, sendo então precisados alguns aspectos da história do PCP que mais curiosidade despertam, «por serem menos conhecidos ou mais polémicos, ou por serem os que são mais frequentemente deturpados», diz Francisco Melo, revelando que são tratadas questões como o Estalinismo, a reorganização de 1940/41, o MUNAF e o MUD, entre muitas outras, que fazem desta obra «uma pequena introdução à história do Partido».

res, nunca antes revelados, sobre a organização da manifestação na capital nortenha.

Altamente secreto, ostentava na capa a seguinte inscrição: «Este relatório deve ser imediatamente destruído caso esteja na ameaça de cair nas mãos do inimigo.» Feito o aviso, entra-se nos bastidores da organização de uma grande manifestação que abalou o regime: «É como o filme de uma grande acção de massas, desde a sua concepção até à sua concretização, visto por dentro e tirando experiências para acções futuras», refere o editor.

O livro descreve algumas soluções engenhosas para espalhar panfletos, como por exemplo a utilização de caixas com um pequeno explosivo, ou afixar cartazes que se desenrolavam num instante assim que era incendiado um fio. «Eram formas de

defender os camaradas que colocavam e distribuam propaganda.»

Francisco Melo afirma que, mesmo assim, muitas histórias ficaram por contar sobre a preparação desta manifestação e que os camaradas que nela participaram podem contribuir para completar este relatório que agora se publica. «Por exemplo, contaram-me que os organizadores encontraram forma de entrar nas comunicações da polícia fascista, podendo assim antecipar os seus movimentos e tomar as devidas precauções.»

O 4º Congresso

Mas outros lançamentos estão projectados para além dos CADERNOS. Em preparação está a edição de dois volumes com os materiais do 4º Congresso do PCP, realizado em 1946, que representam um importante documento de estudo, nunca antes publicado, disse-nos Francisco Melo: «Como se sabe, o 4º Congresso, que se realizou num momento de grande ascensão da luta da classe operária e das massas trabalhadoras e de rápido crescimento da organização do Partido, é um marco importantíssimo da nossa história, tendo definido as linhas fundamentais da via para o derrubamento do fascismo, reafirmado a política do PCP de unidade nacional antifascista, e traçado os princípios orgânicos do centralismo democrático».

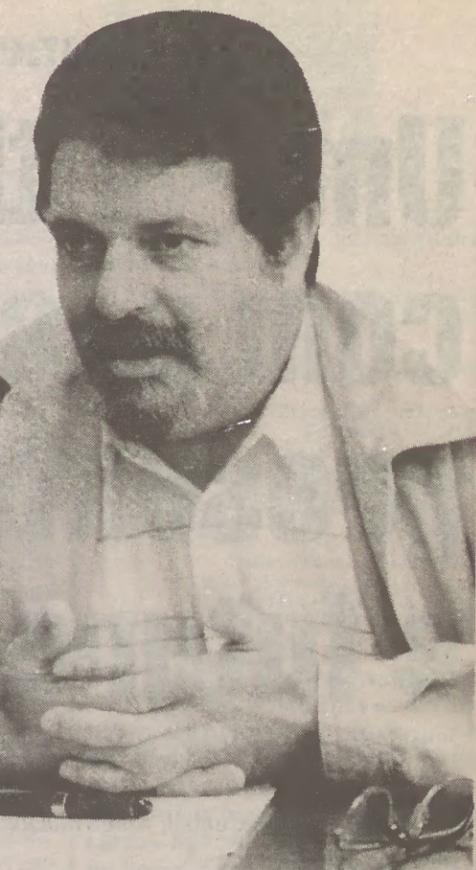
Ainda no capítulo histórico, a editora está a desenvolver um estudo sobre a imprensa clandestina do Partido, que pretende, por um lado, fornecer informação exhaustiva sobre todos os títulos publicados, sobre a localização das tipografias, os seus responsáveis, os assaltos da PIDE, etc. Por outro lado, mostrar o papel que a imprensa partidária clandestina desempenhou na organização do Partido e na luta contra o fascismo.

Deputados visitam centro histórico de Évora

Os deputados comunistas Lino de Carvalho, Luís Sá e o eurodeputado Joaquim Miranda, acompanhados por Raimundo Cabral, responsável pela DOREV, e outros dirigentes locais do Partido visitaram no passado sábado o centro histórico de Évora para observarem os efeitos dos recentes temporais no património da cidade.

Durante a iniciativa, em que participaram também os eleitos da CDU na Câmara Municipal e os presidentes das juntas de freguesia urbanas, foi dada informação sobre as dificuldades resultantes da falta de apoios do Estado para a recuperação e preservação do centro histórico, classificado há precisamente dez anos.

Desde então a cidade tem feito um enorme esforço de manutenção, sem que o Estado português tenha dado qualquer contrapartida financeira



Francisco Melo: «Quisemos aproveitar o impulso das comemorações do 75º aniversário para continuar a divulgar história, a actividade e as propostas do PCP»

O regime de Caetano

Também para este ano, prevê-se a saída de uma antologia de documentos do PCP sobre o Governo de Marcelo Caetano. «Com o título "O Governo de Marcelo Caetano - Tentativa de Salvar a Ditadura", este volume oferece, de uma forma sistematizada, textos que foram na sua maioria publicados no «Avante!», mas que surgem agora mais acessíveis aos leitores interessados. «É um livro oportuno que se insere nos critérios que presidiram à edição do trabalho de Álvaro Cunhal «Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura», publicado em 1994, refere o responsável editora, sublinhando a necessidade de «desmascarar e combater a falsificação da nossa história e em particular o branqueamento da verdadeira natureza do regime de Marcelo Caetano».

Maior rigor na datação de factos é, por outro lado, o objectivo da cronologia comentada da história do PCP que está em preparação. Constatando que na bibliografia sobre a história do PCP, incluindo publicações do próprio Partido, abundam erros e imprecisões, Francisco Melo afirma que «é objectivo desta cronologia col-

matar essa deficiência, mas não só. Pretendemos ir mais longe do que determinar simplesmente datas e factos. De uma forma abreviada é certo, esta cronologia procura inseri-los no seu contexto e referir a sua importância. Será um roteiro cronológico da história do Partido».

Destaque-se ainda por fim que sairá, a curto prazo, uma publicação única em forma de revista, que terá uma grande tiragem, inteiramente dedicada ao PCP, e que se insere na campanha em curso de 5 mil novas adesões. «É uma publicação que pretende divulgar o Partido que somos, nomeadamente junto dos mais recentes e mais jovens militantes, explicando a sua organização e intervenção na vida política, social e cultural do país. A Revista tem um aspecto atractivo e é de fácil leitura, sendo constituída por texto curtos e muitas ilustrações.»

Para um futuro próximo, as «Edições Avante!» pensam continuar a publicação de outras contribuições para a história do PCP, de carácter ensaísta ou memorialista: «Esperamos que estas publicações sejam um estímulo para que os investigadores façam um estudo rigoroso e sério da história do PCP», conclui Francisco Melo.

conforme é seu dever, nos termos da norma que declara Évora como Património da Humanidade.

Em resposta às preocupações apresentadas, os deputados do PCP prontificaram-se a estudar propostas concretas na discussão do Orçamento do Estado de 1996 e do PIDDAC, que tenham em conta o carácter específico daquele centro, de forma a encontrar as contrapartidas para compensar os prejuízos com as intempéries e permitam já uma intervenção nos edifícios degradados.

Também ao nível do Parlamento Europeu, o PCP vai procurar que em cooperação com as outras cidades europeias classificadas seja possível concretizar uma linha de apoio financeiro à recuperação, preservação e manutenção dos centros históricos considerados património da humanidade.



PCP reúne pequenos e médios empresários

No passado domingo, decorreu no Centro de Trabalho Vitória uma reunião nacional do PCP de pequenos e médios empresários em que participou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado.

Iniciativas de aniversário

CACÉM

Decorreu no passado sábado uma reunião comemorativa no centro de trabalho do Cacém, com a participação de muitas dezenas de camaradas, onde se procedeu à cerimónia da renovação dos cartões de militante.

Carlos Brito, da Comissão Política, interveio em determinado momento, para pôr em realce a importância deste acto de militância e, reportando-se à história do PCP, afirmou que ela «é um elemento essencial da sua identidade, um dos maiores feitos dos comunistas portugueses e um permanente motivo de inspiração para as novas gerações de militantes que chegam às fileiras do Partido».



PESO DA RÉGUA

Promovido pela concelhia de Peso da Régua, realizou-se no passado sábado um jantar comemorativo do aniversário do PCP, que contou com a participação de José Calçada, deputado na AR. Na sua intervenção, sublinhou que o PCP não é um partido do passado «mas sim um grande partido com um passado, de que muito se orgulha, um partido de coerência, fiel aos seus princípios de luta, virado ao futuro sempre na defesa do Povo e do País». O deputado comunista falou ainda do orçamento de Estado, afirmando que «defrauda todos aqueles que em Outubro passado votaram pela efectiva mudança de política».

PICO

No passado domingo, algumas dezenas de militantes comemoraram, na Ilha açoriana do Pico, o aniversário do PCP com um almoço em que participaram António Freitas, do secretariado da DORAA, Paulo Valadão, deputado regional, e José Decq Mota, coordenador do PCP Açores. Durante esta semana estavam programadas outras iniciativas nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial.

SUIÇA

Emigrantes comunistas promoveram no passado sábado em Neuchâtel, um jantar-convívio que contou com cerca de 70 pessoas. Uma iniciativa que juntou comunistas e muitos outros que não sendo membros do Partido quiseram associar-se a estas comemorações.

Manuel Alho, membro do Organismo de Direcção Nacional na Suíça do PCP, fez uma intervenção onde, a par da história do PCP aos longo destes anos, abordou o actual momento político em Portugal, referiu-se às propostas do PCP sobre emigração, nomeadamente o Projecto de Lei já entregue na Assembleia da República, que cria os órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro.

VILA DO CONDE

Com a participação de 130 pessoas, decorreu na passada sexta-feira, em Vila do Conde, um jantar de aniversário, em que esteve Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP. Este dirigente interveio no encerramento da iniciativa para abordar alguns aspectos da história do PCP, debruçando-se depois sobre as questões sociais, onde deu particular destaque ao Acordo de Concertação Social e aos perigos que pode representar para os trabalhadores.



Governo dá milhões para actividades parasitárias

— afirmou Carvalhas no mega-almoço do Seixal

Intervindo no mega-almoço realizado no passado sábado na Quinta Valenciana, que juntou mais de um milhão de pessoas, Carlos Carvalhas questionou se o desejo de mudança manifestado nas urnas pelo povo português está a ser realizado pelo Governo. O líder comunista perguntou: «Há mudança ou política de esquerda quando o PS defende uma política laboral que faz rejubilar as confederações patronais?»

Igual pergunta colocou em relação ao Orçamento de Estado que «sacrifica o crescimento aos critérios de Maastricht e que traduzirá em mais desemprego».

No mesmo tom, o secretário-geral do PCP prosseguiu: «Há mudança ou política de esquerda quando o Governo PS mantém a política fiscal fundamentalmente sobre quem trabalha? Ou será que há mudança ou política de esquerda, quando o governo diz que não há dinheiro para os salários, para as pensões de reformas, para o investimento nas funções sociais do Estado, mas há milhões de contos para os benefícios fiscais, para as actividades financeiras especulativas e parasitárias?»

«Não. Isto não é mudança, isto é a continuação, no essencial, embora com outro discurso,

da obra da direita, da obra que foi derrotada nas urnas em 1 de Outubro», declarou Carlos Carvalhas, concluindo que é «uma política que vai trazer mais desestabilização e desemprego, mais falências, mais salários em atraso e mais casos como os de Santo Tirso».

«É por isso que lembramos que quem está no Governo não é a esquerda é sim o PS que nas questões centrais segue uma política que podia ser assinada pelo PSD e pelo PP», disse.

Também Eufrazio Filipe, presidente da CM do Seixal, interveio na sessão para fazer duras críticas ao Governo, afir-

mando que «volvidos os últimos de 10 anos de pesada herança cavaquista, não é possível sentirmo-nos bem com os primeiros sinais que o PS dá de fraqueza perante as suas promessas eleitorais».

O autarca referiu-se ainda à obediência cega dos critérios de Maastricht e acusou o Governo de se preparar «para diminuir o número de trabalhadores da função pública e aumentar o número de trabalhadores da Administração Local, atribuindo mais competências administrativas às autarquias transferindo despesas correntes do OE para os orçamentos municipais».

Açores

Maiorias absolutas: nem do PSD nem de ninguém

Realizou-se, na sexta-feira passada, em Ponta Delgada, a sessão de apresentação de «Em diálogo com os Açorianos», lema dado ao conjunto de iniciativas que a CDU/Açores vai levar a efeito sobre os problemas sociais, económicos e culturais mais importantes da região e as propostas para a sua resolução.

A sessão, que contou com a presença de largas dezenas de convidados e apoiantes da CDU, foi presidida pelo deputado regional do PCP, Paulo Valadão, cuja intervenção de abertura caracterizou a CDU como força de intervenção e diálogo que actua no sentido da defesa dos interesses dos trabalhadores, das populações e do aprofundamento da democracia.

Na mesa encontravam-se, também, o escritor Dias de Melo, independente, e o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota.

Na sua intervenção, o escritor Dias de Melo chamou a atenção para as profundas injustiças sociais existentes e para a necessidade de transformações políticas capazes de resolver essas situações.

José Decq Mota, a quem coube a apresentação das iniciativas "Em diálogo com os Açorianos", fez uma intervenção onde destacou a realização de colóquios e sessões «sobre o papel dos poderes comunitários, nacionais, regionais e locais, da participação dos cidadãos, do valor do associativismo e do sindicalismo». E acrescentou: «Procuraremos também abordar questões tão importantes como são o papel da informação, a qualidade de vida, a protecção do ambiente e,

fundamentalmente, o papel decisivo e inovador que cabe à juventude.»

Entretanto, na análise que fez da situação política, este dirigente do PCP considerou que «a criação de condições institucionais que possibilitem alterações políticas positivas, obriga (...) que o PSD/A, nas próximas eleições regionais, deixe de recolher mais de metade dos mandatos na Assembleia Legislativa Regional». E, mais à frente, diria: «As teses da (...) chamada bipolarização (...) muito têm contribuído para que nada mude» e têm «um efeito político perverso que é o de enfraquecer a posição política de forças e sectores, como a CDU. (...) Vinte anos de maioria absoluta do PSD (...) demonstraram que não precisamos da maioria absoluta nem do PSD, nem de ninguém».

Aveiro

5.ª Assembleia analisa crescimento da região

Os comunistas do concelho de Aveiro reuniram no passado sábado a sua 5ª Assembleia de Organização, que aprovou uma resolução política e elegeu o novo organismo de direcção.

Durante os trabalhos foi feita uma análise aprofundada dos problemas do concelho e da actividade partidária, tendo sido definidas as principais linhas que orientarão a intervenção política no futuro.

Do documento aprovado ressaltam as importantes transformações operadas no concelho nos últimos 20 anos, com a criação e dinamização de diversas infra-estruturas, implantação de novas indústrias, notando-se ainda um crescimento do comércio e dos serviços, tomando-se num dos mais salientes pólos do distrito.

Contudo, o PCP considera que tal crescimento não teve a correspondente evolução plano social, assinalando que a crise em muitos sectores de actividade e empresas de grande importância gera situações sociais de grande gravidade.

A resolução cita em particular a situação na lavoura, no sector das pescas, nos estaleiros de S. Jacinto, na fábrica da Renault de Cacia, entre muitas outras.

Após os trabalhos da Assembleia, decorreu um jantar comemorativo do 75º aniversário do PCP, em que estiveram muitas dezenas de pessoas. Na ocasião, interveio Jorge Pires, do secretariado do PCP, que também participou nos trabalhos da assembleia.

SANTARÉM OE discrimina câmaras CDU

Na sua reunião de 29 de Fevereiro, a Direcção Regional de Santarém, depois de ter analisado a sua actividade no distrito, as comemorações do 75º aniversário do PCP e as tarefas decorrentes da realização do XV Congresso, apreciou alguns aspectos da situação política, particularmente as questões referentes ao OE para 96 e o PIDDAC.

Considerando «curioso» o Plano de Intenções do Governo, a DORSA espera que essas «intenções» possam vir a ser alteradas nas Comissões especializadas e no Plenário da AR.

Entre as «curiosidades» do Plano, encontra-se a atribuição de cerca de 9 milhões e 500 mil contos aos onze concelhos do PS, enquanto aos seis concelhos de maioria CDU são atribuídos menos de 900 mil contos. Entretanto, aos quatro concelhos do PSD são atribuídos 1 milhão e 400 mil contos. Ou seja, enquanto um concelho PS recebe, em média, mais de 850 mil contos e um do PSD 350 mil contos, um concelho de maioria CDU recebe menos de 150 mil contos.

Considerando que as autarquias CDU estão a ser discriminadas pelo poder central, a DORSA do PCP chama a atenção para alguns factos, como o de ainda existirem concelhos no distrito sem Escolas C+S. Ou o de algumas obras prioritárias do distrito não terem visto inscritas quaisquer verbas no PIDDAC.

Entre as propostas dos comunistas de Santarém para o PIDDAC, destacam-se o estudo e execução dos projectos para a regularização dos rios Tejo e Sorraia; ampliação da Escola C+S de Alpiarça e construção de um ginásio; adaptação ao tráfego rodoviário da antiga ponte ferroviária "Rainha D. Amélia"; realização de estudos técnicos relativos à localização da nova Ponte sobre o Tejo no Alto Ribatejo; construção do IC10, nomeadamente a variante à vila de Coruche.

Por seu lado, a Concelhia de Santarém anunciou para o próximo domingo, a sua 7ª Assembleia de Organização.

Para além da discussão do Relatório de Actividades apresentado pela Comissão Concelhia, a Assembleia discutirá o Plano de Actividades para os próximos dois anos e elegerá uma nova Comissão Concelhia.

Os trabalhos da Assembleia, e o almoço comemorativo do 75º aniversário do PCP que se lhe seguirá, contarão com a presença de João Amaral, membro do Comité Central.

COIMBRA Olivais reúne Plenário

Os militantes de Santo António dos Olivais reuniram-se, no passado dia 2, para debater os problemas da Freguesia e eleger um novo organismo de direcção. O Plenário analisou a política realizada pela maioria PS na autarquia, concluindo que, para além de insistirem em ocupar todos os lugares no Executivo, os socialistas não desenvolvem qualquer reivindicação junto da Câmara e fogem ao diálogo com os moradores, pelo que os comunistas devem fomentar uma maior participação nas sessões públicas da Assembleia e da Junta e intensificar a informação junto das populações.

A Comissão de Freguesia eleita, que integra vários jovens militantes, tem já agendada uma reunião com vista a uma reestruturação do PCP por zonas e bairros, de forma a estreitar o contacto entre militantes e apoiantes.

Após os trabalhos, teve lugar um jantar-convívio comemorativo do 75º aniversário do PCP.

OLHÃO Vereador suspende mandato

A Comissão Concelhia de Olhão emitiu um comunicado, informando a população sobre as razões da suspensão do mandato do vereador da CDU, Godofredo Pereira.

O pedido de suspensão do autarca é, desde já, uma atitude de protesto pela forma abusiva como a maioria PS tem vindo a actuar, ocupando todos os lugares no Executivo e impedindo, na prática, a actividade da restante vereação.

Através da imposição de regras limitativas - que mesmo assim não cumpre -, a maioria PS esvaziou de poderes o vereador da CDU, que deixou de ver preenchidas as condições para o exercício do seu mandato.

SINTRA Copinaque em luta

A Comissão Concelhia de Sintra emitiu um comunicado à população, solidarizando-se com a luta dos trabalhadores da Copinaque em defesa dos seus postos de trabalho e pela viabilização da empresa.

No comunicado, os comunistas de Sintra estranham que o Partido do Governo, que durante a campanha eleitoral denunciou «o agravamento das condições sociais e económicas dos trabalhadores», venha agora «ser conivente com uma manobra ou falência fictícia duma empresa» que facturou um milhão de contos no ano passado e tem para este ano uma considerável carteira de encomendas, tendo já facturado, desde Janeiro, 100 mil contos.

A Comissão Concelhia, que repudia a falência da Copinaque, exige do Governo que encontre uma solução que, desbloqueando a situação, assegure a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

Sector intelectual lança nova revista

O sector intelectual de Lisboa do PCP apresentou quinta-feira da passada semana o seu «Caderno Vermelho 1», que surge com o subtítulo «O comunismo é a juventude do Mundo».

Trata-se publicação com 48 páginas de texto e imagem, dedicadas à três grande áreas de problemas: Política e Cidadania, Universidade e Sociedade, Cultura e Quotidiano.

A revista, que é dirigida por Manuel Gusmão, pretende contribuir para o debate de ideias e servir de elo de ligação e de contacto, como elemento de afirmação e de intervenção política na defesa dos ideais comunistas.

A sessão de apresentação, realizada no CT Vitória, em que estiveram cerca de duas centenas de pessoas, foi presidida por Aurélio Santos, Helena Medina, que interveio na abertura, e o director da publicação, que explicou os objectivos da revista e as temáticas que irá tratar. Seguiu-se depois um período de debate.

Segundo explicou Manuel Gusmão, a publicação visa os intelectuais em geral, e em particular os jovens intelectu-

ais, recentemente licenciados ou em anos terminais de cursos universitários.

Nas suas páginas será dada voz aos intelectuais comunistas para abordarem questões das suas profissões, mas também se pretende abrir um espaço de diálogo com inte-

lectuais não comunistas que partilhem preocupações, valores e propostas comuns.

Para já, os promotores pensam publicar quatro números por ano - no Inverno, na Primavera, no Verão e no Outono. Com uma tiragem de mil exemplares, ao preço po unidade de 500 escudos, os interes-

sados podem ainda fazer uma assinatura anual, sendo adicionado ao preço de capa, as despesas de envio; ou, se o entenderem, podem fazer uma assinatura de apoio num valor superior.

Entre os presentes na sessão de apresentação, para a qual foi também inaugurada uma exposição de painéis com ampliações de algumas páginas da revista, estavam Urbano Tavares Rodrigues, António Borges Coelho, Edgar Correia, Carlos Porto, António Dias Lourenço, Celestino de Castro, Paulo Sucena, João Arsénio Nunes, Maria Helena Seródio, Manuela Esteves, Elvira Nereu, António Abreu, Modesto Navarro, Celeste Amorim, Augusta Brites, Rita Magrinho, Rogério Gonçalves, Joaquim Benite, João Luís Serrão, Maria Louro, Alfredo Flores, Luís Lobato, José Manuel Vargas e António Carvalho.



Câmara de Setúbal chantageia cooperativa de habitação

Uma dívida de cerca de 700 mil contos à Cooperativa de Habitação Económica de Setúbal (Chesetúbal) foi um dos aspectos mais gravosos da gestão socialista na Câmara Municipal de Setúbal, denunciados no debate sobre Habitação promovido, na passada sexta-feira, pela Comissão Concelhia de Setúbal.

Denunciado foi ainda o facto de que, não se limitando à falta de cumprimento do acordo estabelecido com a Cooperativa, em cujos fogos foram realojados ex-moradores do Bairro Afonso Costa, a Câmara esteja agora a chantagear a «Chesetúbal», no sentido de apossar-se dos terrenos da segunda fase do núcleo da Azeda a troco de uma legalização eternamente adiada.

O debate, preparatório do Encontro Concelhio da CDU

que terá lugar no próximo dia 31, na Albergaria Laitau, contou com a presença de eleitos autárquicos, técnicos e dirigentes do movimento cooperativo e associativo de moradores.

A reunião fez um diagnóstico aprofundado da realidade habitacional, destacando, na abordagem de aspectos urbanísticos, a desmesurada densidade de construção projectada pela Câmara para o referido Bairro Afonso Costa, o que, contrariando recomendações iniciais, indicia estar-se na presença de mais uma escandalosa cedência à especulação imobiliária.

Gestão surda

De facto, como a Comissão Concelhia de Setúbal denunciou em comunicado, também de dia 1, «a conferência de imprensa que o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Mata Cáceres, deu a propósito do relatório da Inspeção Geral de Finanças e da Inspeção Geral da Administração do Território, em resultado do qual está proposta a sua perda de mandato», confirmou que «incapaz de dar resposta cabal aos problemas das populações e de concretizar um projecto de futuro para a cidade e o concelho, incompetente, perdulária e arrogante, surda à opinião dos cidadãos e ao pro-

testo das populações, a gestão da maioria socialista da Câmara Municipal pauta-se pela prática regular e sistemática de ilegalidades e irregularidades, a que urge pôr fim».

Estas irregularidades, e propostas para lhes pôr fim, foram analisadas pelos participantes, que discutiram ainda o projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP para revisão da legislação referente ao Programa Especial de Realojamento (PER) das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Quando da apresentação do projecto na Assembleia da República, Luís Sá terá afirmado: «O PS assume nesta matéria importantes responsabilidades, quer atendendo às suas promessas eleitorais, quer devido às críticas que fez à política de habitação do anterior Governo, em particular às condições de financiamento do chamado "pacote de erradicação de barracas". Terá agora a possibilidade de honrar essas promessas e de ser coerente com as críticas a que submeteu o anterior Governo.»

Os comunistas de Setúbal aguardam para ver. Para já, viram o comportamento do PS, designadamente de António Guterres, que apoia Mata Cáceres alegando deficiências da lei em vigor para minimizar as irregularidades cometidas.

CAMARADAS FALECIDOS

António Caetano Horta

Após prolongada doença, faleceu, sexta-feira da passada semana, Baptista Caetano Horta, que contava 47 anos de idade. Foi membro da Célula da Setenave e delegado sindical na mesma empresa. Actualmente estava organizado na Freguesia de S. André, no Barreiro.

António de Sousa Macedo

Faleceu, no passado dia 28 de Fevereiro, António de Sousa Macedo, que contava 81 anos de idade. Era membro do Partido desde a clandestinidade, tendo sido preso pela PIDE.

Natural de Cever, Santa Marta de Penaguião, era industrial em Bragança há várias décadas, onde pertencia à organização concelhia.

Duarte Alfaiate

Faleceu, no passado do 28 de Fevereiro, Joaquim de Sousa Duarte, mais conhecido por Duarte Alfaiate, que era natural da Marinha Grande. Antifascista e activista desde sempre, era militante do Partido de longa data, tendo sido três vezes preso pela PIDE, num total de sete anos. Foi libertado de Peniche em 27 de Abril de 1974.

Após a revolução de Abril, foi presidente da Comissão Administrativa da Freguesia da Graça, entre 1974 e 1976.

Foi sucessivamente eleito para as autarquias de S. João e Graça, desempenhando diversas funções, entre elas a de presidente da Assembleia de Freguesia da Graça, entre 1990 e 1993.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Um novo ciclo de acção política em defesa dos direitos das mulheres

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) realizou encontros com os grupos parlamentares do PCP e do PS, com o objectivo de sublinhar a necessidade de superar "insuficiências e vazios legais" em aspectos relacionados com a problemática feminina.

Em comunicado de imprensa, o MDM considera que as comemorações do 8 de Março, dia internacional da mulher, na Assembleia da República, deveriam abrir "um novo ciclo de acção política em defesa da igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres e no respeito pelo papel das organizações femininas", e propõe para debate e aprovação os seguintes projectos:

- reposição da idade da reforma para os 62 anos;
- reforço dos direitos das associações das mulheres;
- garantia do direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego;
- consideração das razões de ordem económica e social para a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) até às 12 semanas e alargamento do prazo por razões eugénicas (malformação do feto) para as 22 semanas.

Desemprego e emigração em debate na Suíça

Realizou-se em Neuchâtel, na Suíça, a Conferência Regional da Romandia (zona de expressão francesa) dos trabalhadores emigrantes do Sindicato da Construção e Indústria (SIB).

A Conferência alertou para o agravamento do desemprego nos cantões da Romandia e para a situação criada aos emigrantes desempregados, que vêm cada vez mais dificultada a sua reintegração no mercado do trabalho, sendo muitas vezes forçados a abandonar a Suíça, com as suas famílias, e nalguns casos mesmo expulsos pela polícia.

A Conferência condenou esta situação e exigiu a igualdade de direitos e oportunidades para todos. Exigiu também a participação dos estrangeiros, em pé de igualdade com os nacionais, nos programas de formação profissional.

No documento entregue aos órgãos de comunicação social, afirma-se que os comités de trabalhadores emigrantes do SIB continuarão a luta pela sua dignidade, igualdade de direitos e por uma real participação e integração na vida económica, social, cultural e política na Suíça.

Por isso se torna cada vez mais importante a existência de uma lei dos estrangeiros mais justa.

Contra o aterro sanitário no Concelho de Silves

A CDU manifesta-se contra a instalação do Aterro Intermunicipal do Barlavento no Concelho de Silves.

Uma posição assumida perante "a informação e os esclarecimentos técnicos baseados fundamentalmente na rentabilidade económica da Empresa (ALGAR - criada para resolver o problema dos resíduos sólidos urbanos na região), face às implicações negativas em termos sociais, ecológicos e ambientais, interpretando os legítimos interesses da população e na ausência visível de soluções consensuais para a localização do Aterro".

Anteriormente, em reunião da Câmara Municipal, a CDU admitira uma das hipóteses possíveis de localização para o Aterro, posição que veio a alterar na sequência de uma reunião com a população, promovida pela Câmara, e em que estiveram presentes as autarquias interessadas, a directora regional do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve e os técnicos da ALGAR. A população presente manifestou-se contra a instalação do Aterro na zona proposta - Odelouca/Chão Frio.

Verdes criticam política de Ambiente

O Partido Ecologista "Os Verdes" manifesta total discordância quanto à política do actual governo em relação ao Ambiente, em termos concretos de opções e investimentos.

Sublinhando alguns exemplos, o Partido Ecologista "Os Verdes" refere em particular que "o investimento nacional proposto para 1996 em matéria de ambiente é rigorosamente igual ao de 1995".

Noutros casos, registam-se mesmo reduções significativas do investimento.

Assim, "no programa do PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) sobre "Acções estruturais no domínio da Conservação da Natureza", que envolve nomeadamente projectos para a conservação da natureza no litoral e implementação e gestão da Reserva Ecológica Nacional (REN), regista-se menos 1 milhão de contos que o previsto.

Verificam-se igualmente reduções de investimento em programas como: garantir o acesso dos consumidores à Justiça; melhoria do impacto ambiental da actividade produtiva; informação, formação e participação das populações nos domínios do ambiente e do consumo; apoio a iniciativas regionais, nomeadamente no domínio dos resíduos sólidos urbanos.

Orçamento de Estado Dotações para a Agricultura não respondem às necessidades

"Aquém das expectativas, não acode às dificuldades da lavoura, não responde às necessidades económicas do país" - é esta, em síntese, a apreciação que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) faz à proposta do Governo de Orçamento de Estado para 1996, no que respeita ao Sector Agrícola.

Em documento divulgado à imprensa, o Executivo da Direcção Nacional da CNA

sublinha que "para se controlar a inflação, o sector agro-alimentar vai continuar a ser o

grande sacrificado, pelo que vamos continuar a ser invadidos pelas importações; é reduzido o investimento à produção e aumentam os respectivos custos; os subsídios e ajudas da UE e do Estado vão continuar a privilegiar os grandes proprietários absentistas, a indústria de celulose e a discriminar a Lavoura e o Mundo Rural".

- Uma crítica de fundo que é ilustrada com alguns exemplos concretos.

Assim, o valor total do PIDDAC/96 (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para a agricultura, em confronto com o valor da execução estimado em 1995, representa uma quebra de quase 30%. No Programa de "Apoio às explorações Agrícolas" - a rubrica que melhor reflecte a ajuda ao investimento produtivo agrícola - prevê-se uma baixa das dotações de mais de 40% em relação ao previsto/executado do ano transacto. Para a transformação e comercialização (consideradas prioritárias pelo próprio Ministério da Agricultura) - os gastos previstos são inferiores, em quase 80%, aos de 1995. Também as dotações - investigações, experimentação e demonstração, formação profissional agrícola, medidas veterinárias e assistência técnica - vêem os seus montantes reduzidos entre os 50 e 80% dos valores referentes ao ano transacto.

A CNA regista, entretanto, como positivas, algumas medidas, nomeadamente as propostas de perdão de dívidas do velho Crédito Agrícola de Emergência, que "devem ser alargadas a outros créditos que permitam abrir caminhos a um real e urgente desendividamento da Lavoura".

O documento da Direcção da CNA refere igualmente as isenções fiscais que abrangem a Agricultura Familiar e a diminuição do IVA para 12%, em alguns produtos, que entretanto considera "manifestamente insuficiente, tendo em conta a taxa de 5% em alguns países da CE e em particular em Espanha".



A Direcção Nacional da JCP reuniu este fim-de-semana, em Lisboa, com a participação de Carlos Carvalhas. Esta reunião realizou-se no âmbito dos preparativos do V Congresso desta organização, tendo-se aprovado os seus documentos preparatórios

JCP toma posição

Pela criação de uma Região Alentejo

A criação de uma Região Alentejo foi uma das questões em debate no Encontro Distrital de Évora da JCP.

No Manifesto aprovado, em defesa da regionalização, denuncia-se "a situação de abandono e de desresponsabilização a que o Alentejo tem sido votado", e que levou a "um agudizar das assimetrias regionais e a um incremento do processo de desertificação".

Neste quadro, é cada vez mais elevado o número de jovens que imigra para outras zonas do país, à procura de emprego, e cada vez menor o daqueles que, depois de terminarem a sua formação, regressam ao distrito.

"Para que os sucessivos Governos deixem de tomar decisões política, em determinadas matérias, sem ouvir o Alentejo e para que parte dos problemas resultantes da ausência de uma política de desenvolvimento do Alentejo sejam resolvidos, é necessário pôr em marcha de forma irreversível o processo de Regionalização", afirma-se no Manifesto.

Os recursos naturais não são eternos

"Os recursos Naturais Não São Eternos; É Urgente Agir no Presente Para Garantir o Futuro" é o título do documento que a DORAL da JCP vai editar, na sequência do debate promovido em Olhão sobre "Os Problemas Ecológicos".

Neste documento, em que a Ria Formosa, "que se tornou uma sombra de si mesma", é referida como exemplo, a JCP propõe e reivindica: a aplicação de "uma Política Nacional de Defesa do Ambiente, definida em cooperação entre as entidades privadas, as organizações

políticas e não estatais, as autarquias, as estruturas regionais e o Governo", e que tenha como objectivo "harmonizar os interesses da actividade humana e o equilíbrio ambiental".

Solidariedade com Cuba

Face à evolução dos acontecimentos, em torno do derrube, por parte da Força Aérea Cubana, de dois aviões oriundos dos EUA, a Organização Distrital de Lisboa da JCP reafirmou, em nota à imprensa, a sua solidariedade com o povo cubano, "que há mais de três décadas se bate com enormes dificuldades devido ao bloqueio imposto pelos EUA".

A JCP manifesta ainda a "condenação de todo o envolvimento do Presidente e da Administração norte-americana no desenvolvimento de acções contra o Estado Cubano" e exige "medidas sérias de condenação dos EUA" por estas acções ilegais contra Cuba.

MUD Juvenil comemora cinquentenário da sua fundação

No quadro das comemorações do cinquentenário da fundação do MUD Juvenil, vai realizar-se dia 23 de Março um almoço-convívio de antigos militantes, evocativo da 1ª Semana da Juventude realizada em Portugal, em 1947.

Este almoço, aberto a familiares e amigos dos antigos militantes do MUD Juvenil, terá lugar no restaurante de Montes Claros, em Monsanto, podendo as inscrições ser feitas, até 13 de Março, pelos telefones (01)8488724, (01)4102967, (01)8492718, (02)6173137, (084)53728 e (039)26482.

De entre as outras iniciativas previstas, destacam-se:

- uma exposição artística e documental, em Outubro, em princípio na Sociedade Nacional de Belas-Artes, também evocativa das Exposições Gerais de Artes Plásticas realizadas nas décadas de quarenta e cinquenta;
- um sarau artístico e de recitação;
- um programa de colóquios que confronte os problemas da época do MUD Juvenil com os da juventude de hoje.

É ainda objectivo da Comissão para as comemorações fomentar e apoiar realizações locais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei de Bases do Sistema Desportivo



A Assembleia da República aprovou, com os votos contra do PCP e o apoio das restantes

bancadas parlamentares, a proposta de lei governamental de revisão da lei de bases do sistema desportivo. Com esta iniciativa, o Governo pretende viabilizar a constituição de sociedades desportivas com fins lucrativos, objectivo este que estava vedado pela anterior redacção da lei de bases. Invocada pelo Executivo é a necessidade de propiciar uma gestão racionalizada, de tipo empresarial, estabelecendo condições que permitam o encaminhamento de investimentos de diversas áreas para as competições profissionais. Para o PCP, todavia, como fez notar o deputado Bernardino Soares, a questão é outra, e se não é questionável a existência de sociedades de actividade na área desportiva e com fins lucrativos, já o mesmo não se pode dizer quanto à admissibilidade de um "regime de excepção, excluído do regime comercial, para uma actividade que nele deverá estar incluída".

Verberado pelo deputado comunista foi ainda o facto de a proposta ser restrita, isto é, não abordar questões fundamentais do acesso e direito ao desporto, mas tão-só intervir, "sob a capa de preceitos com carácter geral, na problemática conturbada do futebol profissional".

A imposição pelo Governo de regras sobre matérias do foro associativo - o Executivo quer que a Liga dos Clubes, entidade independente, passe a ser um órgão da Federação -, foi também duramente criticada por Bernardino Soares, que a classificou como uma "absurda e abusiva ingerência no movimento associativo".

Parlamento chumba proposta do Governo



O Governo sofreu na passada semana a sua primeira derrota no Parlamento

ao ver chumbada a proposta de lei que visava alterar o regime da actividade de televisão. Favoravelmente, apenas votaram os deputados do PS, optando pelo voto contra todas as restantes formações parlamentares. A proposta de lei do Executivo, recorde-se, reconhecia "expressamente aos nacionais dos Estados-membros da União Europeia tratamento igual ao dos cidadãos

Visando a sua defesa e aperfeiçoamento
PCP apresenta projecto de revisão da Constituição

Introduzir os aperfeiçoamentos e melhorias que considera pertinentes, respondendo simultaneamente a novos problemas que entraram no quotidiano dos trabalhadores e das populações, sem deixar de corrigir as alterações de conteúdo negativo introduzidas em revisões anteriores, tais são, em síntese, as grandes linhas a que obedeceu a elaboração do projecto de revisão constitucional do PCP.

Entregue na Mesa da Assembleia da República no final da passada semana, o diploma inscreve como objectivo prioritário a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, bem como dos seus direitos económicos, sociais e culturais, não escondendo os autores o seu total empenhamento para combaterem todas as propostas que visem de algum modo enfraquecer aqueles direitos.

Divulgado publicamente em encontro com os jornalistas

parlamentares, o projecto de lei assume ainda o aperfeiçoamento do sistema político, nomeadamente quanto ao reforço do papel da Assembleia da República e do poder local, como outra das questões centrais que deverão estar na ordem do dia deste processo de revisão constitucional, como em primeiro plano não poderão deixar de estar igualmente o alargamento da democracia participativa e a intervenção directa dos cidadãos na vida política.

E se estes objectivos conferem uma identidade única e revelam o sentido e a natureza das propostas do PCP, são eles ainda que enunciam, no fim de contas, o que os separa dos propósitos de outros partidos. Octávio Teixeira, no encontro com os jornalistas, teve oportunidade de demonstrar isso mesmo, ao recordar, por exemplo, referindo-se ao CDS/PP, que o desejo deste partido é não a revisão da Constituição mas sim um outro texto constitucional que "elimine os direitos dos trabalhadores e das suas organizações, altere radicalmente o sistema eleitoral, diminua o papel do Presidente da República, suprima a democracia participativa", conceda novas indemnizações aos agrários e elimine as referências ao 25 de Abril e ao fascismo.

Diferenças notórias, ainda, quanto ao ao projecto do PSD, inspirado pela intenção de "limitar ou suprimir direitos dos trabalhadores e direitos sociais básicos", bem como pela sua tentativa de afectar a perspectiva de instituir as regiões administrativas e de "alterar o sistema eleitoral da Assembleia da República e das câmaras municipais" num sentido que, segundo o líder parlamentar comunista, "prejudicaria a sua democraticidade".

Também em relação ao projecto do PS vários são os aspectos que o separam das concepções defendidas pelo Grupo comunista. A suscitar especial preocupação, de acordo com Octávio Teixeira, está nomeadamente a supressão da eleição directa e por representação proporcional das câmaras

municipais, bem como, nouro plano, a previsão de círculos uninominais, uma vez que, sublinhou, "abre coincidências com o discurso de direita", podendo de igual modo vir a traduzir-se "na restrição da proporcionalidade".

Também a previsão do voto dos emigrantes admitida pelo PS nas eleições presidenciais, com isso podendo afectar a democraticidade deste acto, dadas as condições de desigualdade de oportunidades existentes, constitui um sério motivo de preocupação por parte da formação comunista. Octávio Teixeira entendeu sublinhá-lo, frisando que nesta matéria, como na questão das eleições legislativas, há uma tendência dos socialistas "para coincidir com a direita".

Acordos de comércio da União Europeia

Governo sacrifica interesses nacionais

A postura de grande resignação evidenciada pelo Governo em tudo o que diz respeito à aplicação de medidas e orientações emanadas da União Europeia foi duramente criticada pelo Grupo Parlamentar do PCP. Face a um modelo de construção da União Europeia que despreza os interesses dos pequenos países, privilegiando simultaneamente os interesses económicos das grandes potências e das transnacionais, o que se afigura verdadeiramente incompreensível, do ponto de vista dos deputados comunistas, é que o Executivo do PS não questione este

estado de coisas e mantenha um alinhamento incondicional que o faz tudo aceitar, sem recurso aos mecanismos comunitários disponíveis ou à mobilização da opinião pública nacional para potenciar o seu próprio poder negocial.

O assunto veio a lume, faz hoje oito dias, pela voz do deputado Lino de Carvalho, a propósito dos mais recentes acordos de comércio livre e de associação ou cooperação estabelecidos no âmbito da União Europeia com os mais diversos países e regiões do planeta, o último dos quais, recorde-se, no quadro dos

têxteis, foi assinado com a Índia e o Paquistão. Na sua declaração política, o parlamentar do PCP pôs designadamente em evidência o que considerou serem os "preocupantes traços comuns" presentes em todos os acordos, de entre os quais destacou o seu secretismo, bem como o facto de escancararem as nossas fronteiras à entrada de produtos em condições de concorrência desigual oriundos de países onde, por exemplo, a força de trabalho é mal paga e são praticamente inexistentes os direitos laborais e sociais.

Igualmente assinalado por

Lino de Carvalho foi o facto de todos os acordos terem na sua génese os Acordos do GATT e a criação da Organização Mundial do Comércio, ratificados em Dezembro de 1994 pelo PS, PSD e CDS na Assembleia da República, os quais consagram o "desmantelamento sem regras de fronteiras, consolidando uma «nova ordem económica internacional» que é unicamente do interesse dos EUA e das grandes potências e sociedades transnacionais que dominam o comércio livre".

Outra característica comum em todos estes acordos, como

recordou o parlamentar comunista, tem sido a encenação montada pelo Governo no sentido de iludir os portugueses quanto à sua gravidade. "Começam por gritar alto para consumo interno e acabam susurrando baixinho, aceitando todas as imposições que prejudicam o País e a produção nacional", sublinhou Lino de Carvalho, antes de concluir que o Executivo, na esteira do PSD, "está a comportar-se não como um Governo de Portugal mas como encarregado de negócios da União Europeia no nosso país".

Em causa alterações propostas pelo CDS/PP
Parlamento recusa sistema penal baseado no terror

Críticas unânimes dos restantes partidos com assento parlamentar isolaram na semana transacta o CDS/PP no debate por si suscitado sobre o direito penal. O resultado acabou por ser o chumbo ao seu projecto de alterações do Código Penal, no essencial marcado pelo agravamento drástico das penas de prisão.

Para além das muitas dúvidas quanto à constitucionalidade das medidas preconizadas, a reter, da contestação ao diploma, fica ainda o desacordo por uma concepção que aposta num direito penal de intimidação, despreza a ressocialização do delincente e concebe a pena como uma mera expiação de culpas.

Ao inviabilizarem esta iniciativa legislativa, PS, PSD e PCP expressaram de forma inequívoca o seu repúdio por um diploma alicerçado no fundamental num conceito de "sistema penal baseado

no terror", como lhe chamou a deputada comunista Odete Santos, em que a aplicação de pena excedesse a dimensão da própria culpa do delincente.

Coube, aliás, a Odete Santos explicar a ineficácia de um tal sistema penal, baseado no agravamento desmesurado das penas, exemplificando a propósito com a situação existente nos EUA, onde, observou, se houvesse qualquer correlação entre o drástico aumento das penas (incluindo a pena de morte) e a diminuição da criminalidade,

então, há muito que teriam acabado os criminosos.

Reportando-se a estudos sobre o assunto e a análises estatísticas efectuadas em diversos países, a parlamentar comunista lembrou que todos eles revelam que em "épocas de conhecido agravamento das penas", como sucedeu no período compreendido entre 1911 e 1938 em países como a Inglaterra, França, Alemanha ou Itália, "as taxas de criminalidade não só não baixaram como até em muitos casos aumentaram".

Convicta de que tais agravamento não contribuem para uma diminuição das taxas de criminalidade - ao contrário, disse, comportam todos os condimentos para o surgimento de mais vítimas e novos fenómenos de vitimização -, Odete Santos acrescentou ainda que foi em épocas de prosperida-

de, como nos finais do século XIX, durante os quais os trabalhadores beneficiaram do progresso económico, que se assistiu à diminuição das taxas de criminalidade.

Daí que a pena - e foi este o ponto de vista defendido pela bancada comunista - "apenas tem de ser a necessária para criar nos cidadãos a confiança na ordem jurídica, e a moldura penal dos crimes apenas pode ser aquela que permita a criação da confiança no norma". Ir mais além - foi ainda Odete Santos a lembrá-lo - seria restringir, mais do que a Constituição permite, os direitos dos cidadãos, e, não menos grave, seria "contribuir para que a norma pudesse entrar em desvalor por ser considerada excessiva".

Para além das críticas de fundo à natureza e conteúdo das alterações propostas pelo CDS/PP, à

atenção da parlamentar comunista não escapou igualmente o facto de o projecto, tão aparentemente dirigido para a diminuição da criminalidade, ser afinal totalmente omisso em relação a outros ilícitos penais, como sejam os que "discriminam trabalhadores, os que atentam e consumam atentados contra a sua vida tornando-os vítimas de acidentes de trabalho, os que exploram o trabalho infantil com o objectivo do lucro fácil".

Uma omissão relativa à defesa do direito à vida dos trabalhadores e das suas famílias, que, bem vistas as coisas, até nem é de estranhar, vinda de quem vem, do mesmo modo que não admira a ausência de qualquer referência, como fez notar Odete Santos, aos crimes de corrupção e peculato cometidos por titulares dos cargos políticos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento do Estado para 1996

Crítica de esquerda e forte oposição do PCP

Foi sob o fogó cerrado das críticas dos partidos da oposição que o Governo iniciou no Parlamento, segunda-feira, a defesa do seu Orçamento do Estado para 1996. Nas suas linhas essenciais, segundo António Guterres, os grandes trunfos do documento podem sintetizar-se no que chamou de "rigor económico", a que juntou uma boa dose de "consciência social", sem esquecer a sua "forte prioridade ao investimento".

Uma leitura que não foi compartilhada pelos vários quadrantes parlamentares da oposição, designadamente pelo Grupo comunista que, pela voz de Carlos Carvalhas, foi peremptório na demonstração de que este é um Orçamento no essencial de "continuidade", que "navega com a bandeira de Maastricht", que mantém as mesmas opções estruturantes, as mesmas prioridades e injustiças dos orçamentos do PSD e que, por isso, inevitavelmente, irá traduzir-se em mais desemprego e num maior número de falências.

A este respeito, desfazendo eventuais equívocos, Lino de Carvalho, que interveio em nome do Grupo Parlamentar do PCP no primeiro dos três dias de debate na generalidade que ontem terminou, não deixou margem para dúvidas quanto à posição da sua bancada: "Este é um Orçamento apresentado pelo Partido Socialista que a direita não desdenha e que o grande patronato apoia", pelo que, em conformidade, "merece a crítica da esquerda, merece a forte oposição do PCP".

Um facto incontornável que explica, de resto, o verdadeiro sentido das posições assumidas no debate quer pelo PSD, quer pelo CDS/PP. Sob o aparente tom inflamado das críticas, qualquer deles, com efeito, deixou entreabertas pontes de entendimento e aceitação do Orçamento, num caso (PSD), a pretexto dos supe-

riores interesses das regiões autónomas que justificariam a abstenção dos seus deputados dos Açores e Madeira, no outro (CDS), na condição de serem satisfeitas determinadas premissas consubstanciadas em 15 propostas de alteração. Não escondendo a sua vontade de entendimento, Lobo Xavier não se conteve mesmo em fazer um elogio ao Primeiro-Ministro por este ter considerado, pela primeira vez, que a "contenção do défice é fundamental para o País".

Exercício ficcional

Em tudo diferente foi, por sua vez, a postura da formação comunista, para quem o Orçamento, como sintetizou Lino de Carvalho, "não é nem sustentável, nem regionalmente equilibrado, nem socialmente justo".

Precisando a análise da sua bancada, o parlamentar do PCP questionou em primeiro lugar a própria credibilidade do Orçamento - "é em grande parte um exercício ficcional", frisou -, opinião que fundamentou com o facto de as previsões (crescimento em 2,7 por cento do PIB e incremento das exportações em 11,6 por cento) não merecerem crédito e serem contraditórias com as análises oficiais oficiais sobre as perspectivas de crescimento da economia.

Críticas ainda da bancada comunista às práticas de desorçamentação da despesa pública e aos expedientes contabilísticos previstos no Orçamento, destinadas a "manter artificialmente o défice", como sucede com a concessão de seguros de crédito, com a bonificação de juros para aquisição de habitação própria, com o pagamento das prestações dos aviões F-16 ou com as dívidas do Serviço Nacional de Saúde.

Privatizações sem justificação

Mas onde as críticas de Lino de Carvalho subiram de tom foi na abordagem ao programa de privatizações anunciado pelo PS, animado pelo único desejo, observou, de aumentar as receitas do Estado para satisfazer os critérios de Maastricht e favorecer os grandes grupos económicos. Sem esconder a sua perplexidade, o deputado comunista considerou tal objectivo tanto mais injustificável quanto é certo, disse, ser o próprio Governo a reconhecer a saudável situação financeira do Sector Empresarial do Estado, o seu papel dinamizador da economia nacional, a sua importância para as receitas do Estado e o seu contributo para a dinâmica do investimento nacional.

Alvo de críticas por parte da bancada do PCP, noutro plano, foi a desaceleração do investimento público. Evidenciada foi a queda do peso da despesa pública com as funções sociais do Estado (passa de 48,7 por cento para 48,3 por cento), tendo a deputada comunista Luísa Mesquita feito notar no segundo dia de debate não ser verdade que cresça o investimento com a Educação. É

o próprio relatório da Comissão de Educação que o confirma ao referir que "os investimentos do Plano supõem uma desaceleração de menos 4,78 por cento".

Reduções da despesa pública são ainda notórias, como trataram de demonstrar os deputados comunistas, na área da Saúde (baixa de 15 para 14,2 por cento), enquanto que no plano das funções económicas o sector mais sacrificado é o da agricultura, com uma quebra de investimentos do Plano na ordem dos 28 por cento.

Contrariamente às promessas do Governo, no que se refere ao desenvolvimento regional, também neste domínio saem goradas quaisquer perspectivas de redução das assimetrias existentes, como comprovou a bancada do PCP, ao lembrar que todos os distritos do interior do País, onde são menores os índices de desenvolvimento, viram diminuídas a sua participação na distribuição dos investimentos do Plano.

Às críticas do PCP não resistiram, por último, as referências do Governo à componente social do Orçamento, uma vez que, diferentemente da propaganda que o anuncia como "socialmente justo", ao contrário, nele estão bem patentes profundas injustiças. O melhor testemunho é mesmo o da fiscalidade, capítulo que mantém as mesmas injustiças, ou seja, entre outros exemplos, mantém integralmente os benefícios fiscais ao capital, incluindo os de natureza especulativa, enquanto que para os rendimentos do trabalho não vai além da "magra redução", assim lhe chamou Lino de Carvalho, "em um por mil do Imposto de selo sobre os recibos de salários", e mesmo assim só para entrar em vigor em Outubro.



Em conferência de imprensa, antes do início do debate, o Grupo comunista anunciou a sua «decidida» e «frontal» oposição ao Orçamento

Os sete pecados do Orçamento

Na base da sua "decidida" e "frontal" oposição à proposta de Orçamento do Estado para 1996, reiterada publicamente em conferência de imprensa na semana transacta, está sobretudo a convicção do Grupo comunista de que se mantém nos aspectos fundamentais a mesma linha de continuidade que marcou as orientações e prioridades do Orçamento anterior.

As semelhanças neste domínio são demasiado evidentes e de tal ordem que Octávio Teixeira não hesitou perante os jornalistas em situar esta questão como "fulcral", considerando-a um "grande e irremediável mal" que não pode deixar de defraudar todos aqueles que pelo voto alimentaram a esperança de novas opções no plano da acção governativa.

E nem mesmo algumas medidas pontuais que reconhecem como positivas (como, por exemplo, o aumento das remunerações dos professores ou algumas parcelas do orçamento da Cultura) demovem os deputados comunistas da ideia de que este é um "Orçamento de continuidade".

Em relação a essas medidas, que consideram "pontuais, desgarradas, tímidas e insuficientes", dizem mesmo que são afinal a "gota incapaz de oxigenar as águas estagnadas das orientações e prioridades mantidas no lago das opções orçamentais e das políticas económicas e sociais que lhes estão subjacentes e a que o Orçamento dá expressão numérica".

Antecipando de algum modo as posições defendidas pela sua bancada no decorrer do debate na generalidade que ontem terminou, foram estas posições que o líder da formação comunista desenvolveu na conferência de imprensa, explicitando um por um aqueles que do seu ponto de vista são os grandes pecados que passam o Orçamento.

Desde logo, referiu, a voluntária e prioritária obediência ao objectivo de "corresponder aos critérios e metas de Maastricht em detrimento das necessidades do País", o que impede que o Orçamento, como se lhe exigia, contribuisse para a "dinamização do investimento económico" e para a "adequada melhoria do nível de satisfação das funções sociais que ao Estado incumbem".

A opção de "aceleração do processo de privatização de empresas do Sector Empresarial do Estado", vincadamente presente no Orçamento, constitui outro dos seus pecados mais notórios, segundo o PCP, que verbera, por outro lado, o facto de a proposta de lei assumir o agravamento do desemprego e não contribuir para o aumento do emprego.

Críticas duras da bancada comunista vão ainda para a desaceleração do investimento em áreas sociais e económicas essenciais - citados, a título de exemplo, foram as reduções do investimento na área da Educação (12,5 por cento) e no Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (24 por cento) -, críticas essas que tornam extensivas ao facto de o Orçamento, em sua opinião, agravar as assimetrias regionais do País, dado que são precisamente as regiões do interior as mais afectadas pela diminuição do investimento público.

A manutenção das profundas injustiças do sistema fiscal, mantidas sem qualquer beliscadura, é outro dos aspectos para o qual os deputados comunistas chamam a atenção, lembrando nomeadamente a este respeito o facto de continuarem a ser penalizados os rendimentos do trabalho por conta de outrem, enquanto se beneficiam "princípiosamente as aplicações e os rendimentos financeiros e especulativos".

Altamente reprovável, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, é ainda o prosseguimento e agravamento de "práticas de desorçamentação da despesa pública e de expedientes contabilísticos", como sucede, exemplificam, com as responsabilidades emergentes da concessão de garantias do seguro de crédito em mais de 25 milhões de contos, com o pagamento das prestações dos aviões F-16 (cerca de sete milhões de contos) ou com as dívidas da PSP e da GNR cujo montante se eleva a uma cifra semelhante.

Em nome da pacificação

Parlamento aprova amnistia

A Assembleia da República aprovou por maioria o projecto de lei do PS sobre a amnistia para as FP-25. Na votação, operada de forma nominal, o diploma acolheu o voto favorável de 120 dos 220 deputados presentes no hemiciclo, optando 94 pelo voto contra e três pela abstenção. Aprovado, mas este por unanimidade, foi também um projecto de lei que altera o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos, o qual permitirá que as pessoas atingidas por actos terroristas beneficiem a partir de agora de indemnização.

Elaborado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em substituição do projecto apresentado inicialmente pelo CDS/PP, o texto estabelece que, independentemente do trânsito em julgado ou de estar ainda em

foro de justiça, os familiares e as vítimas de crimes de terrorismo praticados até à entrada em vigor da lei de 1991 podem requerer indemnização.

Com a aprovação da lei da amnistia, que não abrange os crimes de sangue, circunscrevendo-se apenas a factos enquadrados por crimes de motivação política, o Parlamento optou por atender à vontade política de importantes sectores da comunidade, bem como do Presidente da República, que vinham apelando à magnanimidade e tolerância do Estado democrático.

Tendo presente a necessidade de defesa da comunidade sociopolítica e da sua pacificação, o que estava em causa, como bem salientou a deputada comunista Odete Santos (que considerou incorrecta qualquer abordagem do problema a partir da morosidade dos processos ou do cha-

mado imbróglio jurídico), era decidir sobre se a melhor forma de atingir aquele objectivo passa por continuar a "brandir a ameaça da sanção e a execução da mesma, contra pessoas reinseridas na sociedade, contra agentes que contam já longos períodos de prisão", ou, pelo contrário, por ser clemente e magnânimo "pondo até onde for possível, em nome da política criminal, um ponto final em determinadas acções penais".

Tanto mais que, foi ainda Odete Santos a lembrá-lo, as "auto e ilegítimamente denominadas Forças Populares 25 de Abril fracassaram completamente", sendo certo que em nenhum momento houve qualquer identificação "entre os métodos e objectivos pelas mesmas preconizados e a luta dos trabalhadores", e esta, concluiu, "é a mais importantes condena-

ção moral" que se lhes pode fazer.

Depois de considerar que esta amnistia é ainda "a mais rotunda confissão do seu fracasso e a mais dramática condenação da actuação" das FP-25, Odete Santos, justificou a posição da sua bancada lembrando que "razões políticas e de política criminal" levaram o PCP, "já há muito tempo", a manifestar-se favorável a uma tal decisão.

"E somos favoráveis com tanto mais legitimidade quanto é certo, como se sabe - sublinhou -, que sempre condenámos energeticamente o recurso ao terrorismo como forma de luta política e sempre manifestámos a nossa reprovação pelas actividades de uma organização que, embora usurpando o nome emblemático da Revolução dos Cravos, nada teve a ver, de facto, com o 25 de Abril".

TRABALHADORES

DESMEMBRAMENTO INSEGURO NA CP

«O aumento do número de incidentes e avarias de toda a ordem na rede da CP só pode ser atribuído à descoordenação que se verifica na gestão», afirma a Comissão de Trabalhadores. Numa nota divulgada anteontem, a CT refere que «o recurso sistemático a empreiteiros que não estão habilitados para um trabalho responsável no caminho-de-ferro, aliado à criação de empresas afiliadas, privou a exploração da rede do benefício que resulta dum comando único, sem conflitos de interesses, mais coordenável e mais fiável e com indiscutíveis ganhos de produtividade em matéria de segurança». Actualmente, «a descoordenação que vem de fora penetra até os diversos serviços da CP, com uns a rivalizarem com os outros, e todos a sacudirem a água do capote quando se trata de apurar responsabilidades».

Para a CT, «torna-se cada vez mais difícil de compreender que o Governo do PS, em vez de analisar em profundidade os desastrosos efeitos da situação criada pelo desmembramento da CP, levado a cabo pelo executivo do PSD, se proponha prosseguir e, porventura, até agravar a actual política de desmembramento, com riscos para a segurança da circulação e com prejuízos para os utentes, para a economia nacional, para a CP e para os ferroviários».

A CT decidiu tomar posição publicamente porque «em poucas semanas, arderam em plena via quatro locomotivas» e «os descarrilamentos, felizmente sem consequências de maior, sucedem-se a uma cadência preocupante». «Dir-se-ia que o Governo está à espera que ocorra uma tragédia de grandes proporções, para depois, só depois, vir a público anunciar a abertura de inquéritos cujos resultados ficam quase sempre no pesado silêncio do segredo de uma gaveta ministerial» - comenta a nota da Comissão de Trabalhadores da CP.

POR UM AE NA AIP/FIL

Está marcado para hoje um plenário de trabalhadores da Associação Industrial Portuguesa/Feira Industrial de Lisboa, para decidir as formas de luta a encetar para que a direcção da AIP aceite negociar a proposta de Acordo de Empresa que lhe foi entregue dia 12 de Dezembro - informou o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do distrito de Lisboa. Numa nota de imprensa distribuída na semana passada, o CESL refere que os 300 trabalhadores da AIP/FIL não são abrangidos por qualquer convenção colectiva de trabalho, pelo que avançaram para a aprovação de uma proposta de AE. A direcção da associação recusou negociar qualquer acordo, mas os seus argumentos são contrariados pelos representantes dos trabalhadores: a AIP factura milhões de contos na realização de feiras e congressos, pelo que não pode alegar uma função de utilidade pública sem fins lucrativos.

COZINHEIRAS DA CML

A abertura de negociações do caderno reivindicativo entregue no final de Outubro à vereadora responsável pelos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa é reclamada pelas cozinheiras ao serviço do município. O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, em nota divulgada na semana passada à comunicação social, afirma que uma fonte da direcção municipal da Administração Geral e Gestão dos Recursos Humanos «confirmou à direcção do STML aquilo que já vínhamos denunciando: a perspectiva imobilista da vereadora dos Recursos Humanos e da Acção Social, que recusa avançar com melhorias nos refeitórios municipais com o objectivo de os privatizar; a existência de uma situação pouco clara no processo de concessão à exploração privada do refeitório da Companhia de Intervenção Especial do Regimento de Sapadores Bombeiros (...); a situação gravíssima ao nível da higiene e condições sanitárias dos vários refeitórios municipais». Trabalhadores da CML que, embora com vínculo precário, asseguram necessidades permanentes dos serviços, estão a ver os seus postos de trabalho serem colocados em causa, pelo que decidiram deslocar-se aos Paços do Concelho no passado dia 28, para intervir na sessão pública da Câmara. Ao dar conta desta decisão, o STML refere que há casos de não pagamento dos serviços prestados naquelas condições.

CANDIDATURA MAL ACABADA

Será que o Ministério da Educação quer fingir que a prova de candidatura para passagem ao 8º escalão da carreira docente terminou, não a terminando na prática - interroga-se numa moção aprovada na semana passada, num plenário de professores realizado pela Fenprof em Lisboa. Recordando que a abolição da candidatura é uma promessa eleitoral cujo cumprimento o ME arrasta desde Novembro, os docentes rejeitam as disposições transitórias impostas pelo Governo e manifestam o seu apoio às posições da federação e à campanha de envio de um postal a exigir a contagem integral do tempo de serviço.

Sindicato e federação dos Têxteis insistem na viabilização e defesa do emprego

Accionistas da Abel Figueiredo devem dar garantias aos credores

«Este é um caso típico do sector, com empresas falidas e patrões multimilionários» - comenta Manuel Freitas, coordenador da Fesete/CGTP, que reafirmou ao «Avante!» a exigência de suspensão da desmontagem das máquinas colocadas em leasing na Abel Pereira de Figueiredo e Filhos.

Em conferência de imprensa que deram sexta-feira no Porto, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanificios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (Fesete) e o Sindicato Têxtil do Distrito do Porto sublinharam mais uma vez que a grave situação da Abel Pereira Figueiredo «terá que ter uma solução que viabilize a empresa e o emprego». Para tal, apontaram uma série de pressupostos, de que sobressai a exigência de que os accionistas da empresa «de imediato disponibilizem meios financeiros ou garantias reais aos credores, de modo a satisfazer alguns dos compromissos, travando-se desta forma o desmantelamento».

A federação e o sindicato reclamam «uma investigação e avaliação rigorosas de todos os actos da família Figueiredo e restantes accionistas, através do Ministério das Finanças e da Procuradoria Geral da República, com as respectivas consequências legais», e defendem que, «simultaneamente e de imediato sejam tomadas as medidas mais adequadas que permitam suspender a desmontagem das máquinas, bem como a retoma da laboração da produção, o que exige a intervenção do Governo, com a correspondente responsabilização dos accionistas e credores».

Estas exigências foram reafirmadas anteontem por Manuel Freitas. Contactado pelo «Avante!», o coordenador da Fesete esclareceu que as máquinas já levantadas são apenas uma parte do equipamento devolvido pelo tribunal às companhias de leasing. No entanto, a continuação da desmontagem não deixará de dificultar cada vez mais a desejada viabilização.

O sindicalista congratulou-se por ser já conhecida a decisão de avançar com os inquéritos, nomeadamente por parte do Ministério da Economia, das Finanças e da Procuradoria Geral da República.

As estruturas sindicais pretendem ainda, conforme o documento distribuído sexta-feira aos jornalistas, que seja acelerado o processo judicial de recuperação e protecção de credores, «de modo a que o saneamento financeiro seja possível, condição indispensável à viabilização da empresa». Deve ser elaborado «um verdadeiro plano de recuperação, que passe também por outras medidas nos planos da reestruturação e reorganização do processo produtivo da empresa, adaptando-a às condições de mercado cada vez mais comple-

pela defesa dos postos de trabalho».

Ricas falências

Manuel Freitas classificou a têxtil de Santo Tirso como «um caso típico» da situação que se vive no sector, onde há inúmeras empresas falidas, que encerram, despedem, não pagam aos trabalhadores, à Segurança Social, ao

face ao ambiente concorrencial».

É admitida a possibilidade de participação, neste processo, das sociedades de capital de risco (Sulpedip, Norpedip e outras), a exemplo do que sucedeu na Coelima e noutros casos.

Na conferência de imprensa foi exigido o «apuramento total das responsabilidades e a punição dos agentes agressores dos trabalhadores, a começar pelas chefias». «Existem responsabilidades políticas, desde o governador civil ao Ministério da Administração Interna, que não podem ser escamoteadas», frisam as estruturas sindicais dos têxteis, reafirmando que vão continuar a apoiar os trabalhadores da Abel Figueiredo na luta pela viabilização da empresa e



fisco ou a outros credores, mas cujos patrões estão multimilionários - e não se coíbem sequer de exhibir sinais dessa riqueza».

O documento distribuído dia 1 à imprensa tinha por título «Têxtil Abel Alves Figueiredo - Uma questão económica ou uma acção criminosa?». Depois de um breve resumo do passado mais distante (onde é referido o facto de,

depois do 25 de Abril, a família Abel Figueiredo ter deixado a empresa totalmente descapitalizada, tendo-a recuperado em 1978, num processo violento que passou por agressões a dirigentes e técnicos sindicais, numa altura em que estava estabelecido o equilíbrio funcional), é denunciado o ambiente que ali se instalou e que «cilindrava quem se

atrevesse a lutar pelos seus legítimos anseios e direitos».

A Fesete e o sindicato responsabilizam a família Figueiredo pela situação actual, denunciando um esquema «a funcionar tipo polvo», que passa por uma malha de empresas da família e envolve mesmo quadros «que, para nosso espanto, são accionistas e integram a Comissão de Trabalhadores».

Posição da Concelhia do PCP

Na passada sexta-feira, a Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP divulgou um comunicado em que comenta a actual situação na Abel Alves Figueiredo, documento que aqui reproduzimos.

«A situação que se vive na empresa Abel Alves Figueiredo tem merecido o acompanhamento e a preocupação da Comissão Concelhia de Santo Tirso do Partido Comunista Português».

«Já há muito que o PCP vinha alertando para o aumento do desemprego no concelho e para a existência de várias empresas em situação de risco (entre as quais a Abel Alves de Figueiredo), o que foi reafirmado em recente conferência de imprensa de 29 de Janeiro».

«Denunciámos a falta de espírito empresarial do patronato do concelho, na maioria dos casos mais preocupados com a sua riqueza pessoal do que com a situação das empresas. Elucidativo é o que se passa com as empresas do Grupo Ferreirinha, praticamente todas na falência, enquanto o seu responsável se passeia num Jaguar de 18 mil contos».

«Situação semelhante é a que se vive na Abel Alves Figueiredo, onde os trabalhadores lutam em defesa dos seus postos de trabalho, sofrendo até brutais e injustificadas cargas policiais, enquanto o sr. Figueiredo está em Espanha ocupado em acautelhar os seus interesses no Corte Inglés, para onde transferiu investimentos que poderiam contribuir para a resolução da grave situação da empresa. Não terá contribuído para a descapitalização da empresa o facto de os edifícios e terrenos que pertenciam à Abel Alves Figueiredo terem sido vendidos a outra sociedade de que o sr. Figueiredo é igualmente proprietário?»

«Atitudes como esta por parte de empresários portugueses, useiros e vezeiros em ludibriar a lei, não deveriam ser impedidas?»

«Estas atitudes não se podem confundir com os posições dos trabalhadores da Abel Alves Figueiredo, não servem para atenuar a gravidade da brutal carga policial, nem tão-pouco a irresponsabilidade do Governo e da Câmara Municipal de Santo Tirso, que deveriam ter intervido atempadamente. Os trabalhadores já em Janeiro tinham alertado estas entidades para a gravidade da situação. Em 3 de Fevereiro, o Partido Comunista Português, através de requerimento do deputado José Calçada na Assembleia da República, colocou de novo a questão».

«Estas atitudes de administração da empresa não servem para justificar a insensibilidade das sociedades de leasing que, com as suas posições, podem lançar para o desemprego cerca de 400 trabalhadores».

«A Comissão Concelhia de Santo Tirso do Partido Comunista Português apela às partes envolvidas para a necessidade de, através do diálogo, se procurar viabilizar a empresa e a manutenção dos postos de trabalho. O Governo, as sociedades de leasing e os credores devem estudar alternativas e assumir responsabilidades, se a actual administração não o fizer. A administração da empresa deve ser responsabilizada e investigadas as eventuais irregularidades».

«Os trabalhadores assumiram a defesa dos postos de trabalho. Nessa luta contaram e podem contar com todo o apoio e compreensão do PCP. É necessário que o Governo, os credores e o Poder Local assumam também as suas obrigações. Não basta dizer que o social, que a pessoa está em primeiro lugar. É necessário demonstrá-lo.»

TRABALHADORES

CGTP exige fim da chantagem do poder económico

Da proposta de OE conclui-se a necessidade de outra política

Ao apreciar o Orçamento do Estado, a central alerta para a falta de medidas que combatam eficazmente o perigoso agravamento do desemprego e denuncia as pressões do capital para obter ainda maiores benesses.

A proposta de Orçamento apresentada na AR pelo Governo de António Guterres «não suporta um projecto de criação de emprego», uma vez que nela se verifica um «insuficiente

apoio à dinamização do aparelho produtivo» e a «ausência de orientações e apoios para áreas novas de criação de emprego» - considera a Comissão Executiva da CGTP-IN,

que apreciou segunda-feira o documento.

Em conferência de imprensa, o coordenador da Intersindical Nacional sublinhou que «não há soluções para o grave problema do desemprego com *medidas sociais de emprego*», e pretender o contrário é «encanar a perna à rã e mentir aos portugueses no que concerne à questão central que é o direito ao

emprego». Manuel Carvalho da Silva, acompanhado por Manuel Lopes, Rui Paixão, Jerónimo Rodrigues e Maria Augusta de Sousa, defendeu a necessidade de «agir perante as situações débeis que vivem muitas empresas», recordando que a *Inter* apresentou já em 26 de Novembro ao primeiro-ministro uma listagem com centenas de empresas com problemas, incluindo aí todas as que nas últimas semanas têm sido referenciadas como estando com grandes problemas. «Mas continua a haver um atraso na resposta a estas situações», lamentou, realçando que «só há solução para o problema do emprego se se combater o facilismo com que está a aumentar o desemprego».

O processo de privatizações anunciado pelo executivo do PS foi apontado como mais um facto de agravamento dos problemas de emprego.

A CGTP alerta para o «agravamento perigoso» do desemprego no País, referindo que «de Dezembro para Janeiro houve um aumento de quase 20 mil desempregados e estamos a aproximar-nos perigosamente do meio milhão de pessoas sem emprego, oficialmente registadas, com agravamento particular do desemprego juvenil e do

desemprego de longa duração, entre outros aspectos preocupantes».

Carvalho da Silva criticou também o facto de o OE não privilegiar o investimento público, considerando que «a previsão de um aumento de 3,9 por cento não chega para os desafios e problemas colocados».

Compromisso frustrado

A política fiscal proposta «segue um caminho que não corresponde ao compromisso do Governo», entende a CGTP, uma vez que aquele «criou expectativas positivas de efectivo combate à fraude e à evasão fiscal, e as medidas que começam a ser fechadas no OE vão no sentido oposto». Carvalho da Silva apontou a previsão de aumento de receitas do IRC, que vai limitar-se ao crescimento que resultará do pagamento de impostos por empresas públicas que se sabe que deram resultados positivos em 1995.

A CGTP voltou a denunciar o «escândalo» que significa o facto de que «90 por cento das empresas portuguesas não pagam IRC, e os empresários e profissionais liberais pagam de impostos, em média, um terço

daquilo que paga um trabalhador por conta de outrem».

O escândalo é agravado por «todas as pressões do capital para que as benesses ainda aumentem mais», o que configura a «continuação de uma chantagem autêntica do poder económico sobre o poder político, pressionando com posições que visam apenas benesses e mais benesses para os capitalistas, que não têm em conta os interesses nacionais e que, do ponto de vista político, têm uma clara articulação com as posições assumidas pelo CDS-PP».

Perante o recrudescimento dos «alertas» sobre a situação da Segurança Social, a central decidiu solicitar mais uma entrevista ao ministro das Finanças.

A Comissão Executiva apontou os artigos 8 e 9 do OE como contrários ao conteúdo do acordo assinado entre o Governo e os sindicatos da Administração Pública, porque «apontam um esvaziamento do compromisso no que concerne ao quadro de excedentes e também quanto ao salário mínimo», o que já mereceu o devido reparo endereçado ao primeiro-ministro: «Não pode, o Governo, subscrever com os sindicatos um acordo e depois chegar ao OE e esvaziar esse acordo!»



Os trabalhadores vêm hoje para a rua em defesa do trabalho com direitos

Hoje: um primeiro sinal

Mobilizando as estruturas sindicais e os trabalhadores, a *Inter* tem em marcha «muito esclarecimento e muita mobilização» em torno das questões da polivalência e da flexibilidade.

Para hoje, está marcado «um conjunto de acções de diversos sectores que procurarão dar um primeiro sinal da sua disposição de não aceitar estas propostas e lutar contra elas», esperando a CGTP «que o Governo esteja atento, que a generalidade das forças políticas e as forças sociais comecem a observar com atenção o que de fundo está em causa», como foi afirmado na conferência de imprensa de segunda-feira.

Entre as acções anunciadas para hoje pelos sindicatos, federações, uniões e a CGTP, destaca-se a concentração de trabalhadores de vários sectores do distrito de Lisboa, a partir das 15.30 horas, no Largo de Camões, seguida de desfile até à residência oficial do primeiro-ministro. Em São Bento vão concentrar-se sindicalistas da Administração Pública (incluindo das autarquias, depois de um plenário nacional do STAL), para entregar os abaixo-assinados exigindo revalorização dos salários.

Para o Camões deslocam-se trabalhadores da Carris, do Metro, da Belos Transportes e da Transportes Sul do Tejo - empresas para onde foram convocados plenários - e também da Rodoviária de Lisboa, da Lisboa Transportes, da Transporta e dos transportes privados de passageiros - que estão em greve durante 24 horas.

Foi igualmente convocada greve de 24 horas no sector da construção civil e obras públicas, onde decorre durante toda a semana uma série de lutas pela revisão da contratação (com concentrações marcadas para hoje, em Lisboa, e amanhã, no Porto, junto às associações patronais).

No sector da metalurgia e metalomecânica estão convocadas paralisações em várias empresas e foi feito apelo à participação nas acções conjuntas com outros sectores. Para Setúbal está marcada uma concentração do sector junto ao Governo Civil, a partir das 15.30 horas.

Em várias empresas do sector químico no Barreiro decorrem plenários durante a manhã, com acções de rua e distribuição de propaganda. Membros de organizações representativas dos trabalhadores de Almada deslocam-se à delegação da Inspeção Geral do Trabalho. Activistas do sector da hotelaria protestam junto à secretaria de Estado do Turismo. Dirigentes, delegados e activistas sindicais do distrito de Faro reúnem de tarde no

auditório da Assembleia Municipal, para depois realizarem uma acção de rua.

Faça-se um debate sério

«Sob pena de tornar as relações laborais típicas do século passado, o Governo não pode fazer legislação laboral que coloque na mão dos patrões a total disposição da vida dos trabalhadores e do seu tempo de trabalho», afirmou o coordenador da CGTP. A Comissão Executiva da central lançou «um desafio para um debate sério, frontal, claro, com todos os trabalhadores», sobre os problemas da flexibilidade e da polivalência. Esta matéria é «o cerne» da proposta de lei apresentada na semana passada na AR pelo Governo, e onde a semana de 40 horas é apenas um «complemento». A proposta de lei será posta à discussão pública, durante 30 dias, logo que seja publicada no Diário da AR.

A CGTP reafirma que «aquilo que é proposto é gravoso para os trabalhadores e aquilo que os patrões querem com esta lei geral é pura e simplesmente inadmissível».

Invocar polivalência e flexibilidade em nome do emprego é «mentir com todas as letras aos portugueses», já que «não há medidas de flexibilidade e polivalência para melhorar o emprego». O coordenador da central recordou mesmo que «documentos recentes das Nações Unidas, da OIT, da OCDE» rejeitam a flexibilidade e polivalência como vias para o aumento da competitividade das empresas. E recordou que «há outros: organização, gestão, outras políticas financeiras, outras políticas monetárias».

1º de Maio muda

Já estão em preparação as comemorações do 1º de Maio, que incluirão dezenas de iniciativas em todos os distritos e regiões autónomas, sob o lema «Trabalho com direito para todos», revelou Carvalho da Silva.

Em Lisboa as comemorações não terão lugar no local habitual, devido a obras do Metropolitano na Alameda Afonso Henriques. Assim, ao princípio da tarde, efectua-se a concentração na zona do Campo Pequeno, seguindo-se um desfile para o imenso largo da Cidade Universitária.

ORTs respondem ao plano de privatizações do Governo

Parar e reconsiderar antes que seja tarde

Estruturas sindicais e comissões de trabalhadores de empresas do sector empresarial do Estado analisaram sexta-feira «o surpreendente anúncio, por parte do Governo, de prosseguir uma política de privatizações condenada em 1 de Outubro».

Numa resolução aprovada na reunião é feita ao Governo a reclamação de «parar e reconsiderar, antes de comprometer os próprios alicerces da construção do futuro, abstendo-se de alienar as alavancas da sua construção e salvaguarda». Da AR, os ORTs do sector público empresarial exigem «que, em conformidade com as suas atribuições constitucionais, faça valer os interesses dos trabalhadores, das populações e do País, designadamente na sua posição face ao OE e face a cada privatização preconizada, e que a estes interesses subordine a sua posição face à revisão da Constituição».

Nas conclusões da reunião, apresentadas em conferência de imprensa por Manuel Carvalho da Silva, António Quintas, José António Antunes e Fátima Messias, afirma-se a decisão de «mobilizar os trabalhadores» para a luta em defesa do sector empresarial do Estado, bem como contra a flexibilidade e a polivalência, pela defesa dos direitos e dos postos de trabalho, pela revisão da contratação colectiva. A luta nas empresas deverá ser acompa-

nhada de um esforço para a sua conjugação, a par da participação em lutas mais gerais.

Deste ponto de vista, foram referidas a greve da Portucel de Viana do Castelo (que se tem verificado todas as últimas sextas-feiras e deve prolongar-se até Julho) pela redução do horário de trabalho, a greve de dia 1 na Siderurgia Nacional, a luta das Pirites Alentejanas, e a participação nas acções de hoje.

Os sindicalistas e membros de CTs do SEE «manifestam a sua indignação» face à intenção do Governo e apontam-lhe alguns motivos para reconsiderar, nomeadamente:

- realizar uma política de venda de património para financiar o Orçamento do Estado implica a opção posterior de cortar nas receitas (porque não haverá mais património para alienar, nem estarão disponíveis os lucros gerados pelas empresas estatais e a sua contribuição fiscal);

- são hoje as empresas públicas que pagam uma fatia substancial do IRC cobrado (191 milhões de contos previstos para 1996), enquanto a generalidade das empresas privadas foge às suas obrigações fiscais;

- ao entregar ao capital nacional e transnacional importantes alavancas da economia, o poder político vai ficando progressivamente subalternizado ao poder económico, posição muito mais frágil para inverter a situação actual e obter nos impostos sobre o capital a fonte de financiamento das despesas do Estado.

INTERNACIONAL

Prostituição

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU, segundo notícia divulgada pela Lusa, concluiu que, na Ásia, um milhão de crianças praticam prostituição «em condições praticamente equiparadas à escravidão». Nos EUA, o número apontado é de 300 mil crianças, que se podem encontrar sobretudo nos bairros onde é maior o consumo e o tráfico de droga. Referindo o alargamento da prostituição infantil aos países de Leste e o crescimento do chamado «turismo sexual», este organismo das Nações Unidas afirma que a ideia de que o risco de contágio de SIDA é menor entre os jovens favorece a prostituição de menores. A venda de crianças e a dádiva remunerada de sangue são outras práticas correntes.

Israel/Síria

Terminou na sexta-feira mais uma ronda de conversações entre a Síria e Israel, em que foram sobretudo abordadas as condições de segurança necessárias para a realização de um acordo de paz entre estes dois países, que passará necessariamente pela retirada israelita dos Golã.

Ensaio Nucleares

A China reafirmou a intenção de pôr fim aos ensaios nucleares depois da assinatura do Tratado de Interdição Completa. Li Peng, o primeiro-ministro chinês, disse, no sábado, em Bangucoque, que as armas nucleares devem ser eliminadas de uma vez por todas.

Queda de Avião

123 pessoas morreram no acidente de aviação que ocorreu na quinta-feira no Peru. Segundo a Lusa, um porta-voz da polícia referiu que os corpos recuperados estavam mutilados e queimados, tornando muito difícil a sua identificação. O terreno montanhoso e as dificuldades de acesso ao local do acidente prolongaram as operações de salvamento por oito horas.

Prisão para Craxi

Foi emitido o quarto mandato de prisão provisória por suspeitas de corrupção contra o antigo primeiro-ministro italiano Bettino Craxi, que actualmente vive exilado na Tunísia. Este documento surge na altura em que se preparava o pedido de suspensão dos mandatos anteriores, de forma a permitir o regresso do antigo líder socialista a Itália.

Milosevic reeleito

O presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, foi reeleito presidente do

Angola

Processo de paz avança em Libreville

A cimeira de Libreville, que no passado dia 1 reuniu o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e Jonas Savimbi, constituiu um passo importante para criar «um clima de maior confiança no processo de paz», dizem os próprios interlocutores.

No encontro de Eduardo dos Santos e Savimbi, o segundo desde a assinatura do protocolo de Lusaca, em Novembro de 1994, terá sido acordada, segundo uma fonte diplomática citada pela Agência Lusa, a atribuição de uma vice-presidência ao dirigente da Unita. A mesma fonte acrescentou que a revisão pontual da Constituição angolana, tendo em vista a institucionalização de duas vice-presidências, será debatida numa sessão especial da Assembleia Nacional angolana, ainda este mês. A resposta oficial ao convite para a vice-presidência deverá ser dada «em foro adequado», admitindo-se a realização de nova cimeira, desta vez em

Angola, muito provavelmente na província de Namibe.

De acordo com o comunicado oficial, divulgado em conferência de imprensa no final do encontro, as partes concordaram em formar um Governo de União e Reconciliação Nacional (GURN) entre Junho e Julho deste ano, e reafirmaram o seu empenho para que o processo de formação das Forças Armadas Angolanas (FAA) esteja concluído até Junho próximo.

Na conferência de imprensa, foi igualmente divulgado que a UNITA já entregou a lista nominal dos seus quadros para o Governo de União e Reconciliação Nacional, que inclui uma das duas vice-presidências -



A paz é essencial para a reconstrução de Angola

para a qual Savimbi foi formalmente convidado por Eduardo dos Santos -, quatro ministérios, sete vice-ministérios e dezenas de dirigentes provinciais e comunais, num total de cerca de 200 pessoas.

Na ocasião, José Eduardo dos Santos lembrou que a Comissão Conjunta aprovou há poucos dias uma resolução sobre as acções a desenvolver até 9 de Maio, data em que o Conselho de Segurança da ONU fará uma avaliação do processo de acantonamento das tropas em Angola. Manifestando-se convencido de que todos «farão o seu

melhor para aplicar essas acções», o presidente angolano afirmou estar «optimista, depois de verificado o cumprimento satisfatório do calendário aprovado em Janeiro».

José Eduardo dos Santos classificou de «muito úteis e necessários para um clima de maior confiança no processo de paz» os seus encontros com Savimbi e, no caso da cimeira de Libreville, afirmou que contribuiu para a «resolução de questões pendentes» no processo de paz.

Também a UNITA reiterou «o seu empenho na paz».

Recorda-se que a pacificação angolana passa pelo acantonamento das forças da Unita, o que não se tem revelado nada fácil. Segundo uma fonte militar citada pela Lusa, esta semana deverão ser visitadas áreas previstas para acantonamento, admitindo que possam ser abertos quatro locais para reunião de parte dos mais de 60 mil homens da UNITA.

De cerca de dezena e meia de locais de acantonamento previstos, com capacidade para cinco mil guerrilheiros cada, estão a operar presentemente apenas quatro.

Saudação do PCP ao Congresso do PS da Sérvia

O 3º Congresso do Partido Socialista da Sérvia (PSS) realizou-se em Belgrado, nos dias 2 e 3 de Março. Em representação do PCP, assistiu aos trabalhos o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, que transmitiu ao PSS uma saudação do Comité Central.

A saudação do PCP, para além de exprimir votos de êxito no trabalho dos socialistas sérvios «no interesse dos trabalhadores e do povo da Sérvia, da paz, da independência e do progresso social», manifesta o desejo de que «no futuro se possam desenvolver as relações de amizade e cooperação» entre os dois partidos e os dois povos.

Sobre a situação internacional, a mensagem sublinha que se vive um tempo ainda marcado «pela ofensiva do imperialismo, visando impor a sua hegemonia universal contra a soberania dos povos», e recorda a responsabilidade decisiva das grandes potências imperialistas «no eclodir do trágico conflito que flagelou os povos da antiga Jugoslávia, atentando contra a sua soberania e integridade, fomentando e armando os nacionalismos radicais e impondo a sua vontade pela força, em detrimento da negociação pacífica, imparcial e justa».

O PCP recorda que «na Europa dita comunitária, os meios da alta finança, as grandes empresas transnacionais e os poderes políticos que os servem, que ditaram os critérios monetaristas e o calendário de Maastricht, estão provocando uma generalizada regressão social». Uma realidade que passa também pela «regressão democrática em cada país e no plano internacional», bem como pelo reforço militar da NATO. É neste contexto, faz notar o PCP, «em que cresce o desemprego, a precariedade laboral e a exclusão social, que as forças da extrema-direita, fundamentalistas e xenófobas, encontram alimento».

Contra esta realidade se levantam os trabalhadores e os povos em luta «pelos seus interesses vitais, a soberania nacional e a cooperação entre nações iguais em direitos, por uma Europa dos Povos baseada no trabalho, no progresso social, na democracia e na paz».

Recordando as importantes lutas que se têm desenvolvido e mobilizado vontades «para o reforço e convergência das forças revolucionárias, de esquerda e progressistas», o PCP, considerando fundamental o desenvolvimento da luta dentro de cada país, «considera igualmente necessário o desenvolvimento da solidariedade internacionalista entre os trabalhadores, os povos, as forças do progresso social de todos os países».

União Europeia

PCP exige revisão da estratégia comercial

Uma proposta para alterar a estratégia que preside ao estabelecimento dos Acordos Comerciais entre a União Europeia (UE) e países terceiros foi apresentada a semana passada pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

Na sequência da apresentação de uma proposta de resolução visando alterar a estratégia comercial da UE, o Parlamento Europeu atribuirá a uma das Comissões especializadas a realização de um relatório sobre a matéria que, aprovado em plenário, possa reflectir a posição do PE sobre o assunto e fazer reflectir decisivamente as orientações da Comissão e do Conselho relativamente à política comercial da União Europeia.

Trata-se de uma questão central e de profundo interesse para sectores produtivos nacionais de importância fundamental (agricultura, pescas e conservas, têxteis), sobre a qual os deputados do PCP no Parlamento Europeu têm sistematicamente chamado a atenção da opinião pública - casos recentes do Acordo com Marrocos ou do projectado Acordo com a África do Sul - e que parece, finalmente, começar

também a preocupar as entidades governamentais, como o pode revelar o tímido e insatisfatório sinal dado pelo Governo em relação aos Acordos Comerciais com a Índia e o Paquistão. Aliás, estes acordos motivaram igualmente a apresentação, pelos deputados do PCP no PE, de uma pergunta escrita dirigida à Comissão, onde se exigem esclarecimentos cabais sobre as razões que motivaram a exclusão da salvaguarda dos interesses portugueses relativos aos têxteis.

Na referida pergunta, faz-se notar que estes últimos Acordos resultarão inevitavelmente num considerável agravamento da situação já hoje difícil do sector têxtil português, não só pela «acrescida concorrência desigual» no sector, mas também «porque as ofertas de acesso nos mercados desses países e o obrigatório alinhamento pelos preços comunitários médios

excluem objectivamente as exportações portuguesas».

Por via dos Acordos, alertam os eurodeputados comunistas, «são postas em causa as já difíceis condições estabelecidas pelos Acordos do GATT, acentuam-se os seus impactos negativos e diminui-se o precário alcance das medidas comunitárias então adoptadas para os atenuar».

É tendo em conta esta realidade que a proposta de resolução apresentada pelos eurodeputados «rejeita que por via de diversos tipos de acordos comerciais com países terceiros se regreda relativamente ao estabelecido em acordos anteriores e mais amplos», ao mesmo tempo que se põem «em causa equilíbrios, por vezes precários, então fixados no seio da UE».

A proposta considera ainda «fundamental» que se faça a avaliação rigorosa dos impactos dos acordos comerciais estabelecidos, com vista à tomada de medidas tendentes a superá-los ou minorá-los, e afirma ser «imprescindível» que, relativamente a novos acordos, seja feita uma pré-avaliação rigorosa desses impactos.

INTERNACIONAL

Cimeira euro-asiática

O mercado e a hipocrisia com Timor-Leste em fundo

«O diálogo entre os países participantes deve ser efectuado numa base de respeito mútuo, igualdade e promoção dos direitos fundamentais, sem intervenção directa ou indirecta nos assuntos internos das partes.» Estas palavras do comunicado oficial da cimeira euroasiática, realizada a semana passada em Bangucoque, revelam a «necessidade urgente» de aumentar os investimentos europeus na Ásia, nem que para isso seja necessário ignorar a mão-de-obra barata, a exploração do trabalho infantil, o total desrespeito pelos direitos humanos naquele continente, ou deixar Timor-Leste na gaveta.

A cimeira de Bangucoque teve como objectivo fortalecer as relações políticas e comerciais entre 25 países asiáticos e europeus, que se comprometem a continuar a sua cooperação através de diversos encontros até ao ano 2000. A nova «parceria», anunciada no final da reunião, destina-se «a reforçar os laços entre a Ásia e a Europa, e portanto a contribuir para a paz, para a estabilidade global e para a posteridade». Com esta bela declaração de princípios, a que não faltou sequer a «adesão incondicional» dos dirigentes euro-asiáticos à carta da ONU e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, a cimeira de Bangucoque considerou criadas as condições para levar a cabo «a necessidade urgente» de aumentar os investimentos europeus na Ásia, simplificando e melhorando os procedimentos

aduaneiros e as normas de produção.

Não fora o caso de Timor-Leste, trazido à ribalta pela iniciativa, controversa embora, do Governo português, e a mistificação teria sido completa. Os supremos interesses do mercado dos dirigentes reunidos na cimeira foi ao ponto de «saudar» uma iniciativa que atirou ainda mais para o fundo da gaveta da União Europeia a famosa resolução secreta, apesar de aprovada, condenando a Indonésia pela invasão e dominação de Timor-Leste. Não faltou sequer quem, como o presidente francês, Jacques Chirac, afirmasse que «os direitos humanos são reforçados (...) pela liberalização da economia».

Participaram na ASEM os 15 países da União Europeia, os

sete membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia, Filipinas, Vietname e Brunei) e ainda a República Popular da China, Japão e Coreia do Sul.

A proposta portuguesa

Segundo o Governo, com a proposta apresentada pelo primeiro-ministro António Guterres, na passada quinta-feira, ao presidente Suharto, Portugal ganhou a «iniciativa política» na questão timorense.

«Conseguimos um objectivo fundamental, que foi colocar Timor-Leste na agenda da conferência e em toda a comunicação social internacional e, ao mesmo tempo, colocar a Indonésia numa situação difícil», disse, salientando que aquele país «ou aceita a nossa proposta, e, aceitando-a, cria uma situação nova extremamente favorável aos interesses do povo de Timor-Leste, ou não aceita, e fica de alguma forma desmascarada perante a comunidade internacional pela não vontade de resolver o problema».

Sublinhando que a proposta de «abertura de secções de interesses dos dois países nas embaixadas de países amigos», em troca da libertação de Xanana Gusmão e dos seus companheiros e a garantia do respeito

dos Direitos Humanos em Timor-Leste, com acompanhamento pelas Nações Unidas, não pode ser confundida com «o reatamento de relações diplomáticas com a Indonésia», o que, isso sim, seria «abdicar no plano dos princípios». António Guterres considerou que a proposta de Portugal é «extremamente positiva» para o povo timorense e abre «perspectivas inteiramente novas de diálogo político» no território, nomeadamente «caso se concretize a presença activa de Xanana Gusmão na vida política de Timor-Leste».

Por outro lado, o primeiro-ministro garantiu que Portugal defende e continuará a defender o direito à autodeterminação do povo timorense, o que, referiu, «não quer dizer que não haja passos intermédios».

O mediático e o essencial

Para Guterres, a proposta portuguesa «é profundamente inovadora» e teve um «enorme impacto junto da comunidade internacional, a tal ponto de se transformar no acontecimento mais mediático» da cimeira Ásia-Europa, que «acabou por discutir tão fundamentalmente Timor-Leste», depois de «tanta coisa ter sido feita» para o evitar.

Ora é justamente aqui que bate o ponto. Se do ponto de vista mediático a iniciativa por-

tuguesa teve os seus frutos, dificilmente se poderá concluir, como pretende o primeiro-ministro, que tal permitiu que a cimeira da ASEM «não fosse um exercício de natureza puramente económica, mas que a economia se subordinasse a questões políticas essenciais».

Não basta certamente que na declaração final da ASEM se afirme que o diálogo futuro entre a Ásia e Europa deve visar a «promoção dos direitos fundamentais, incluindo o direito à autodeterminação, de acordo com as regras da lei internacional», quando nenhuma medida concreta é tomada para que tal seja uma realidade. Os acordos económicos são regulamentados. Quem regula, fiscaliza e garante o respeito pelos direitos humanos?

Passado o efeito mediático, onde estão as garantias para o povo timorense? Os aspectos positivos da iniciativa portuguesa não podem fazer esquecer o essencial. E o essencial continua a ser o direito do povo timorense à autodeterminação, o essencial continua a ser a dramática subordinação dos direitos humanos aos interesses das transnacionais, o essencial continua a ser a impunidade de todas as indonésias do mundo lá onde mercados apetecidos e milhões de explorados fazem as delícias do capital.

Partido Socialista Sérvio no congresso do partido realizado dia 2. O porta-voz do SPS assegurou que este é um partido de esquerda moderno disposto a prescindir «daqueles que nunca foram de esquerda».

Bósnia

A ONU lançou na sexta-feira um apelo aos países doadores de fundos para a assistência humanitária aos refugiados e desalojados na Bósnia-Herzegovina. A ACNUR, responsável desde o acordo de Dayton pelo repatriamento de dois milhões de pessoas, informou que esta «é uma tarefa gigantesca e complexa que deveria começar no princípio da Primavera». Mostrando alguma preocupação quanto à partida dos sérvios de três bairros de Sarajevo, este organismo afirmou que tudo será feito para impedir o êxodo da população que se encontra nos outros dois bairros sérvios.

Sinn Fein

O Sinn Fein foi excluído das conversações preparatórias do processo de paz para a Irlanda do Norte que o ministro britânico para aquele território e o ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Irlanda mantiveram na segunda-feira.

Os dois principais partidos protestantes também não participaram nas conversações, afirmando que estas reuniões sugerem uma forma inaceitável de autoridade conjunta de Londres e de Dublin sobre a Irlanda do Norte.

Rússia

O Bloco Patriótico Popular foi fundado na Rússia no início da semana por mais de vinte partidos de esquerda, com o objectivo de apoiar Gennady Ziuganov, o candidato comunista às eleições presidenciais.

Marguerite Duras

Realiza-se hoje o funeral de Marguerite Duras, romancista, dramaturga e cineasta, falecida no domingo, em Paris. A autora de «O Amante» e «Hiroshima, meu amor», é considerada uma das personagens mais marcantes do nosso século.

Praga

Numa iniciativa da União dos Jovens Comunistas (KSM), várias centenas de pessoas manifestaram-se contra a NATO e a UE, em Praga, na passada semana. «Não à agressão. Não à guerra. Não à NATO» e «Não ao governo dos monopólios. Não à UE» foram as palavras de ordem mais ouvidas nesta manifestação realizada no âmbito das comemorações do 75.º aniversário do KSM.

A alternativa Aznar

Uma taxa de desemprego de 23 por cento, sucessivos escândalos de corrupção e o envolvimento governamental em acções de terrorismo de Estado em nome da luta contra a ETA, ditaram a derrota anunciada de Felipe Gonzalez e do PSOE após mais de treze anos no Poder.

A vitória do Partido Popular de José Maria Aznar, por pouco mais de um ponto de diferença do PSOE, fez das eleições legislativas do passado domingo, em Espanha, o princípio de um imbróglia difícil de resolver. Por um lado, a direita voltou ao Poder; por outro lado, a ausência de uma maioria absoluta vai obrigar a negociações complexas.

Aznar declarou-se favorável a uma política de pactos e pronto a «falar com todos os partidos» para assegurar a estabilidade governativa. Na verdade, não lhe resta outra alternativa. Com 38,8 por cento dos votos, os populares elegeram 156 deputados, contra 141 do Partido Socialista de Felipe Gonzalez (37,5 por cento). A maioria absoluta é de 176 deputados.

Para formar governo, o PP terá de conseguir o apoio de outras formações, e tal não se afigura fácil. Para alcançar uma maioria absoluta necessita da

contribuição de pelo menos dois grupos, sendo a Convergência e União de Catalunha (CIU), com 16 lugares, imprescindível. O outro parceiro mais lógico será a Coligação Canária, com quatro deputados, pois a adesão do Partido Nacionalista Basco, que elegeu cinco, é mais problemática.

Contas difíceis

O apoio da CIU, de Jordi Pujol, parece difícil. Segundo o dirigente Joaquim Molins, o seu partido não votará a investidura de Aznar como presidente do governo, dado que «poucos programas eleitorais são tão opostos como o da CIU e do PP».

Recorda-se que, durante os últimos anos, os populares criticaram duramente a cooperação da CIU com os socialistas, aos quais garantiram durante dois anos a maioria parlamentar, e desenvolveram na Catalunha uma política que os nacionalistas sempre denunciaram como con-

trária aos interesses essenciais catalães.

A hipótese mais provável, admitida de resto por Molins, é que a CIU se venha a abster, o que facilitaria a eleição de Aznar com maioria simples na segunda

Saudação do PCP

O Secretariado do CC do PCP enviou ao Partido Comunista de Espanha e à Esquerda Unida as suas felicitações pelos resultados alcançados nas eleições de domingo, e desejando os melhores êxitos na luta por uma verdadeira alternativa de esquerda.

votação, abrindo a via para eventuais acordos pós-eleitorais.

Um pacto com a Esquerda Unida, que elegeu 21 deputados (mais três do que em 1993), também não se afigura provável. Os resultados das eleições para o Parlamento autónomo regional da Andaluzia, que se saldaram pela quinta vitória consecutiva do PSOE e um recuo da Esquerda Unida (15 deputados contra os anteriores 20), parecem demonstrar que o eleitorado da Andaluzia não apreciou convergências, mesmo pontuais, registadas no passado recente com os populares.

Fora de questão afigura-se qualquer aliança com os nacionalistas bascos (o PNV manteve os seus cinco deputados), com quem as divergências são ainda maiores do que com a CIU, fundamentalmente no respeitante

aos princípios de autodeterminação reclamados pelo PNV.

O fantasma da instabilidade

O fantasma da instabilidade

O fantasma de um governo instável ou de novas eleições gerais paira no ar. Segundo a Constituição espanhola, de 1978, o chefe do governo é eleito pelo parlamento sob proposta do rei Juan Carlos. Se não for obtida a maioria absoluta, proceder-se-á a uma segunda votação dois dias depois, no decurso da qual uma maioria simples já será suficiente.

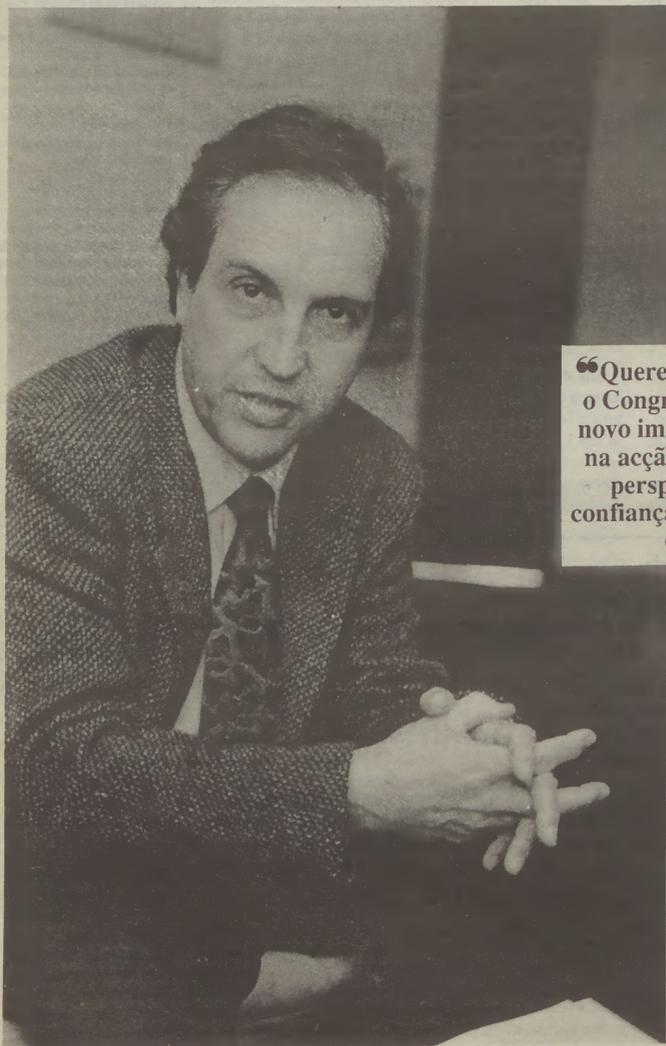
Um Partido forte dinâmico e interveniente

Com confiança e juventude comemoramos o 75º aniversário, disse ao "Avante!" o secretário-geral do PCP. O aniversário do Partido foi o pretexto para a conversa com Carlos Carvalhas, em que outras questões se colocaram. Sobre a actualidade dos ideais comunistas e a repercussão da actividade do PCP na sociedade portuguesa. Sobre a situação mundial e o relacionamento do PCP com as outras forças progressistas no mundo. Sobre o que se espera do próximo Congresso. Sobre a actual situação política portuguesa. Sobre o poder de atracção que o Partido exerce e que se traduz na iniciativa já lançada de promover a adesão de mais cinco mil novos membros até final do ano. Uma entrevista conduzida por Leandro Martins e Anabela Fino, com fotos de Jorge Caria.

"Avante!" - O septuagésimo quinto aniversário do PCP. O Partido está velho?

Carlos Carvalhas - Não se pode confundir uma incomparável e já longa história com envelhecimento. A grande maioria das adesões ao partido tem sido de jovens. A juventude deu uma importante contribuição à campanha eleitoral nas últimas eleições legislativas.

O Partido tem renovado as suas análises, está vivo, com dinamismo e com confiança e num quadro de lucidez e espírito crítico, continua a afirmar a fidelidade a ideais, valores e objectivos cuja juventude, modernidade e vitalidade continua fortemente ancorada nas realidades do mundo con-



temporâneo e numa visão humanista da evolução da sociedade para a qual não se vê alternativa válida. Mas tudo isto não quer significar que não tenhamos dificuldades e que não se precise de impulsionar o rejuvenescimento do Partido a todos os níveis.

Somos um Partido que se orgulha de ter levantado e de continuar a levantar as bandeiras das causas mais generosas, podendo-se dizer que os avanços, conquistas e vitórias alcançadas pelos trabalhadores e pelo nosso povo tiveram e têm historicamente a marca da contribuição, da luta, do esforço e até do sangue dos comunistas portugueses.

E por isso que, com confiança e juventude, comemoramos o 75º aniversário, com o orgulho de termos estado na primeira fila da luta contra o fascismo, pela liberdade e pela democracia, de termos sido fundadores do regime democrático e de continuarmos a luta pela defesa e pelo aprofundamento da democracia, a luta pela defesa da independência nacional. Ou será expressão de juventude e modernidade, como diz o Eng. Guterres, uma política de desbaratamento da riquíssima propriedade social, de entrega de alavancas fundamentais da economia ao estrangeiro, de fomento de desemprego e de intensificação da exploração?

Fundado em 1921, sob a inspiração da Revolução Russa de 1917, o PCP lutou durante o fascismo pela liberdade, pela justiça social e pela democracia. Depois de Abril, por conquistas políticas e sociais que abriram a perspectiva do socialismo em Portugal. Após a derrocada do socialismo na URSS e do desmantelamento do campo socialista no Leste da Europa, a inspiração perdeu-se? Porquê ser-se comunista hoje?

Não. Não se perdeu. E quando olhamos para as "chagas" do Mundo, para a acentuação das desigualdades, para o desemprego e a miséria, que são hoje realidades massivas mesmo nos países desenvolvidos, lado a lado com os privilégios da fortuna, quando olhamos para os avanços científicos e técnicos, que são acompanhados, não por regressões sociais, mas por regressões sociais, então é fácil perceber o porquê de continuarmos a ser comunistas e a "lutar para transformar".

E sobre esta questão é necessário não esquecer que o capitalismo ao longo do séc. XX mergu-

"Queremos certamente que o Congresso represente um novo impulso na iniciativa e na acção do Partido, numa perspectiva de grande confiança na luta pelos ideais e projecto"

lhou o mundo em duas guerras mundiais, sustentou até à última o colonialismo, instigou e apoiou ditaduras fascistas e está marcado pela opressão e a exploração da maioria da população do planeta. E não esquecer também as responsabilidades e os compromissos da social-democracia com o capitalismo, com o grande capital e com o neoliberalismo.

O PCP mantém a análise sobre as causas da derrota do socialismo?

As causas da derrocada residem essencialmente no "modelo" que a partir de certa altura se estabeleceu. E sem se deixar de sublinhar a grande "revolução de Outubro" neste século e os avanços e os aspectos positivos verificados em muitos domínios, sem se deixar de sublinhar os apoios às forças revolucionárias e progressistas em todo o mundo, mantemos - embora seja necessário continuar a aprofundar

a reflexão - que no essencial e em síntese, as causas da derrota residem na evolução da revolução para um «modelo» marcado pelo estatismo que se afastou dos ideais socialistas, que entrou no desenvolvimento das forças produtivas e que se caracterizou pela crescente repressão do Estado, pelo



"A experiência e a situação actual mostra que a classe operária e os trabalhadores precisam do seu partido, com a sua independência e identidade própria, que lute por uma sociedade liberta da exploração, da opressão e da alienação"

abuso do poder e que evidenciou uma ampla camada burocrática de beneficiários do regime que nada tinham de comunistas.

De um «modelo» que permitiu, com o andar do tempo, a instalação de uma espécie de guardiões do templo e do dogma que tratavam "sobranamente" da felicidade do povo, com este cada vez mais afastado das decisões e onde os sindicatos, contrariamente ao afirmado, não asseguravam o poder dos trabalhadores.

De um «modelo» que construiu uma economia hipercentralizada e "estatizada", com desprezo pelo mercado, onde floresceu o mercado negro e o desleixo e onde foi crescendo a manifesta falta de intervenção dos trabalhadores. De um «modelo» que concebeu também o marxismo-leninismo, como um «receituário», um «pronto-a-vestir», muitas vezes para justificar decisões, imposto como doutrina do Estado.

O PCP tem vincado a sua identidade comunista, mesmo nos últimos e conturbados anos em que outros partidos, no mundo, se deixaram vencer e abandonaram os princípios porque lutavam. Essa afirmação de identidade dos comunistas portugueses tem mostrado na prática razão de ser?

A experiência e a situação actual mostra que a classe operária e os trabalhadores precisam do seu partido, com a sua independência e identidade própria, que lute por uma sociedade liberta da exploração, da opressão e da alienação.

Como são hoje as relações com os outros partidos comunistas, alterada profundamente a situação internacional?

Temos relações com Partidos comunistas e com outras forças revolucionárias e progressistas em vários continentes. Na Festa do "Avante!" todos os anos têm estado dezenas de delegações, representativas dessas forças e também a título individual membros de partidos social-democratas, como aconteceu na última Festa, em relação, por exemplo, ao Partido Trabalhista Inglês e ao Partido Socialista Belga. Somos um Partido respeitado e considerado internacionalmente.

Faz sentido falar de movimento comunista internacional? Na nossa situação, que papel cabe às relações com outros partidos fora da área comunista - partidos de esquerda, revolucionários e anti-imperialistas?

Com a desagregação da URSS e de outros países socialistas, muitos partidos comunistas perderam influência, outros mudaram de nome mas mantêm o projecto, outros mudaram de nome e de projecto, aproximando-se ideologicamente da social-democracia. Mas é uma realidade que no quadro do amplo leque das forças progressistas, há um movimento com um importante conjunto de forças e partidos comunistas, que embora com uma composição diferente, com diferenças de opinião e com uma nova configuração, constituem uma alavanca indispensável para o desenvolvimento da luta. Se o grande capital tem as suas forças políticas que se coordenam e actuam na defesa dos seus interesses egoístas, mais necessário se torna, num quadro de grande ofensiva contra a soberania e as conquistas sociais dos trabalhadores e dos povos, o reforço dos laços de cooperação e solidariedade entre as forças comunistas e também com outras forças revolucionárias e progressistas.

Há quem advogue, com maior ou menor empenhamento, a criação de uma Internacional Comunista. Não a mesma que foi dissolvi-

da nos anos 40, mas que pudesse constituir uma área de reflexão comum e de coordenação de acções. A coordenação do capitalismo internacional, com as suas contradições, é uma realidade...

Há de facto quem o advogue. Mas é preciso ser realista, dar passos seguros, vencer as resistências e solidificar o que há de comum. Nós temos-nos empenhado, com modéstia, mas com persistência em procurar reforçar os laços, a reflexão comum e a aproximação, nomeadamente no continente em que estamos inseridos, isto é, entre os principais partidos comunistas europeus: PCP, PCE, PCG/AKEL, Partido da Refundação Comunista e o PDS Alemão.

Também aquando da formação do grupo parlamentar, no Parlamento Europeu demos uma contribuição empenhada para a unidade e a constituição do grupo que hoje é formado pelos principais partidos comunistas europeus e pela Esquerda Verde Nórdica. De qualquer forma, se é possível conceber e desejar variados níveis de cooperação, rejeitamos também quaisquer formas de organização internacional que colidam com a autonomia e a soberania de decisão de cada partido comunista.

Como encara o Partido as novas realidades formadas no seio da Comunidade Europeia - as tentativas de integração militar, as relações da CE com países terceiros, a posição da CE perante a competição económica com países asiáticos, fornecedores não apenas de matéria-prima mas de produtos?

O Partido está contra a transformação da União Europeia num bloco político-militar.

Quando às relações da CE com os países asiáticos e outros países "terceiros" a questão é esta: a União Europeia é muito liberal com os têxteis, o calçado, com produtos de indústria de baixa composição orgânica de capital e é "fortaleza" quando toca às actividades produtivas de interesse dos grandes grupos económicos que comandam a integração. E isto porque os países mais desenvolvidos já colocaram uma boa parte dessas indústrias de "trabalho intensivo" fora da Europa para aproveitar a mão-de-obra barata.

Nós sempre defendemos e continuamos a defender que, tal como para os produtos de alta complexidade tecnológica, também a produção dos têxteis e do calçado seja identicamente defendida. No Parlamento Europeu e antes ainda dos acordos do GATT que levaram à constituição da Organização do Comércio Mundial (OMC), defendemos a introdução de uma cláusula social e a tomada de medidas para combater o chamado «dumping social», não contra os povos, mas contra a exploração pelas transnacionais.

Mas também precisamos de apoiar e de defender, no nosso país, a nossa produção e necessitamos de passar, mesmo nos têxteis, calçado e confecções, para produções com marca e de nível mais elevado, para podermos concorrer pela qualidade.

Precisamos de bater o pé a sério e defender os nossos interesses na União Europeia. O que se passou com o acordo comercial com Marrocos, com a África do Sul e agora com a Índia e o Paquistão, mostram que o PS fala grosso para o país ver, para depois ceder em Bruxelas.

Neste ano de 1996, em que se comemora o nosso 75º aniversário, o "calendário" político dos comunistas está preenchidíssimo. Nele avulta a realização do XV Congresso do Partido, já marcado para 6, 7 e 8 de Dezembro, no Porto. Que grandes temas vão ser debatidos no Congresso? Que se espera dele?

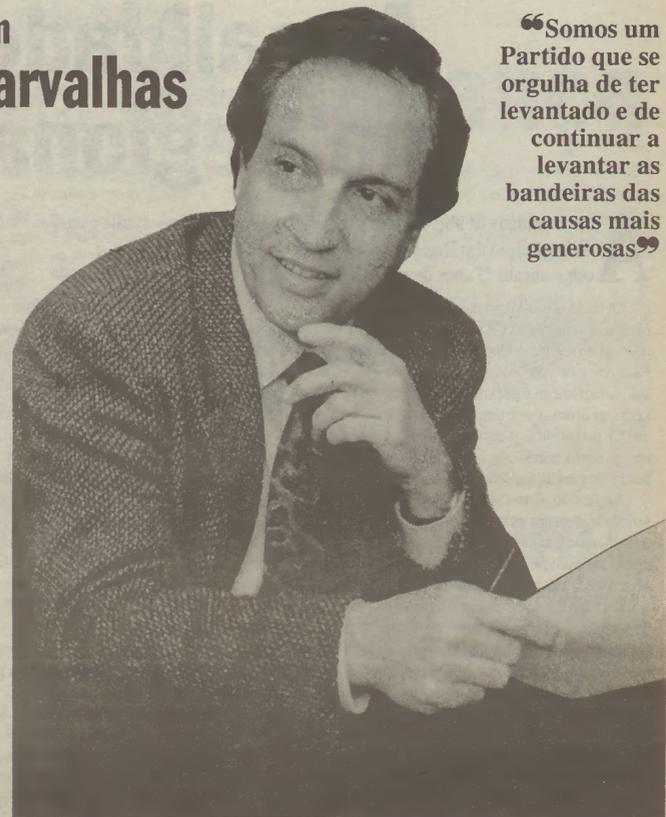
Vamos procurar responder a questões que nos preocupam, como por exemplo: Para onde vai o mundo? Para onde vai o nosso país? Que respostas para os novos problemas e desafios? Como nos vamos reforçar? Como aumentar a atracção em relação ao nosso projecto? Como vai o reforço da nossa ligação aos trabalhadores? Que intervenção para a juventude? Que renovação? Como aumentar a nossa influência?...

Em termos muito gerais e sintéticos, queremos certamente que o Congresso represente um novo impulso na iniciativa e na acção do Partido, numa perspectiva de grande confiança na luta pelos seus ideais e projecto.

O século XXI já não é apenas uma expectativa a médio prazo. Está aí, a quatro anos de distância. O Programa do PCP - para uma democracia avançada no limiar do século - vai sofrer alterações?

Como outras, esta é também uma questão que não está ainda decidida.

Entrevista com Carlos Carvalhas



"Somos um Partido que se orgulha de ter levantado e de continuar a levantar as bandeiras das causas mais generosas"

Com as alterações no tecido produtivo nacional, o encerramento de empresas e o peso crescente do terciário na economia, verificam-se certamente alterações significativas na composição e peso numérico da classe operária. Faz sentido que o PCP se reclame de partido da classe operária?

O PCP reclama-se de Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

A classe operária, mesmo segundo uma visão restritiva e «clássica», mantém ainda um imenso peso na vida económica e social portuguesa. E a questão não é só numérica. No entanto, é uma realidade que se têm verificado mudanças qualitativas no seio da classe operária que afectam a sua composição e identidade de classe.

Verifica-se também que os intelectuais e quadros técnicos ganham uma acrescida importância, tal como o que se tem caracterizado como classes ou camadas intermédias não assalariadas.

E foi tendo em conta esta evolução que definimos uma vasta frente social e que à aliança da classe operária com o campesinato, tivéssemos acrescentado uma outra aliança social básica: a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias. E creio que as lutas de massas contra a política de direita confirmou esta arrumação. A análise das classes e grupos sociais necessita de continuar. Há também a juventude, que temos definido como «uma grande força social» e que nestes últimos anos esteve na rua e em lutas de grande envergadura.

Os interesses reais da classe operária e dos trabalhadores, são no essencial, convergentes com os das diversas camadas não monopolistas.

Na sua actividade política, o PCP tem afirmado repetidas vezes a primazia da luta de massas para alcançar uma mudança efectiva no sentido da democracia e da justiça social. O equilíbrio entre as duas componentes - luta de massas e luta institucional - tem sido o melhor?

Nós privilegiamos a luta de massas e conhecemos bem as limitações da luta institucional. Mas a luta de massas não se consegue nem por declarações revolucionárias altissonantes, nem com repetitivas afirmações nos textos, nem por voluntarismos estereis.

A luta de massas exige ligações aos trabalhadores, às populações, aos seus problemas e aspirações e exige organização e orientações claras. Depois, a luta de massas pode ser simultaneamente impulsionadora e também estimulada pela intervenção institucional quando há uma boa interligação e quando se tem presente que, na luta institucional, uma questão fundamental é o intervir para fora, para o povo.

Mas se privilegiamos a luta de massas, também não temos preconcei-

"Precisamos de bater o pé a sério e defender os nossos interesses na União Europeia. O que se passou com o acordo comercial com Marrocos, com a África do Sul e agora com a Índia e o Paquistão, mostram que o PS fala grosso para o país ver, para depois ceder em Bruxelas"

tos, nem subestimamos a luta institucional e a sua mútua relação dinamizadora. Não temos a concepção nem de um "Partido parlamentarista" e "tribunício", nem de um "Partido-sindicato".

Ao longo da sua história, o PCP tem vivido "bons" e momentos "maus". Como caracterizar o momento que atravessamos do ponto de vista político?

A actual situação, com o PS a prosseguir no essencial a política que foi derrotada nas urnas, permite uma maior clarificação de posições. Creio que há hoje um quadro político que tem potencialidades para o reforço das posições do Partido, sobretudo se soubermos estar à altura dos exigentes desafios que esse quadro também nos coloca.

O reforço do Partido é essencial para que se venha a ter uma nova poli-

tica, uma política de esquerda. É com esta preocupação e tendo em conta a aproximação de muitos cidadãos ao Partido que decidimos também lançar uma campanha de adesão de novos 5 000 membros até ao fim do ano.

A mudança de Governo na sequência da derrota do cavaquismo, alterou significativamente a situação?

Passados 4 meses, creio que vai começando a tornar-se claro para muitos portugueses a correcção da advertência que fizemos nas eleições legislativas e creio que as esperanças e perspectivas de mudança, que o resultado das eleições acalentaram no povo português, estão cada vez mais comprometidas.

O Governo PS, em vez da indispensável ruptura com a política de direita, dá continuidade às respectivas orientações e alguns casos propõem-se mesmo agravá-las. Simultaneamente procura escamotear os factos com um discurso que não corresponde à política que desenvolve.

São estas as orientações fundamentais que estão traduzidas na Proposta de Orçamento de Estado, no programa de privatizações, na chamada política de rendimentos e preços e no chamado "acordo de concertação social" cozinhado entre o grande capital, o Governo e a UGT. Como é claro, o PCP está em frontal oposição a esta política.

E no tocante à cooperação a outros níveis com o PS?

Sempre que se verifique que da cooperação com o PS possam resultar vantagens para as populações, para os trabalhadores, para o nosso povo, o PCP defenderá essa cooperação. E nesse quadro que entendemos a nossa participação em coligação na gestão da CM de Lisboa. Mas tal facto, ou outras convergências pontuais com o PS para a aprovação de medidas positivas, por exemplo, na Assembleia da República, não podem servir para esconder a evidência de que, no mais essencial, na realização da política de direita em que o PS está empenhado, nas orientações económicas e sociais ou na revisão da Constituição, as suas alianças e entendimentos fundamentais serão necessariamente com os partidos de direita.

O PCP é oposição de esquerda ao governo PS e à sua política, não por intransigência ou radicalismo, mas por fidelidade às aspirações de mudança expressas pela maioria do nosso povo.

O PCP afirma-se como o Partido do futuro. E a juventude acredita? Como têm sido as relações do PCP com a juventude portuguesa? Os jovens vêm ao Partido? Como se reflecte na sociedade o trabalho dos comunistas entre a juventude? Que papel tem tido a JCP?

Sem dúvida que há importantes segmentos da juventude que vêem, muito justamente, o PCP como o Partido que defende os seus interesses, que não faz política politiquera, que honra os seus compromissos, um Partido de futuro. Sem dúvida, também, que nos consideramos insatisfeitos.

Na realidade nenhum partido, nenhuma organização juvenil interveio na defesa dos interesses e aspirações dos jovens como o tem feito o PCP e a JCP, organização dos jovens comunistas. Esta é uma verdade que está, seguramente, ligada à crescente adesão de jovens ao Partido e à JCP. Nos últimos anos aderiram à JCP mais de 2 500 jovens. Há reconhecidas potencialidades de aumento da influência dos comunistas junto da juventude.

Setenta e cinco anos de história. Que mensagem para os trabalhadores, os democratas, o povo português?

Os trabalhadores, os democratas, o povo português precisam de um Partido Comunista forte, dinâmico e interveniente.

Um Partido que não se resigna, que não se deixa vencer pelas dificuldades, que sem tibieza levanta as bandeiras dos valores da esquerda e que como nenhum outro defende os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Por isso nos dirigimos ao povo português, aos militantes e simpatizantes e também aqueles que por esta ou aquela divergência, por esta ou aquela razão, se afastaram do PCP, dizendo-lhes que o Partido precisa de todos, das suas contribuições e do seu empenho para que, no respeito pela nossa identidade, valores e princípios, possamos alargar a nossa influência e a nossa intervenção ao serviço do povo e de Portugal.

A realidade e as sombras na Regionalização

A oportunidade de abordar nas páginas do «Avante!» a importante questão da instituição das Regiões Administrativas no momento em que se comemoram 75 anos de vida e luta do PCP parece-me de todo adequada.

De facto, a instituição das Regiões Administrativas foi uma batalha de sempre do PCP no pós-25 de Abril. A esta importante reforma do regime democrático, sucessivamente protelada pelo PS dentro e fora do Governo e negada pelo PSD no longo consulado cavaquista, os nossos deputados, os eleitos da CDU no Poder Local, as diversas organizações do Partido, quadros e activistas do PCP deram um importante contributo, não baixando os braços nem se conformando com o que parecia inevitável – o abandono puro e simples da sua concretização.

Ao fazê-lo, demonstraram a coerência, a determinação, a seriedade, com que os comunistas ao longo da sua vida se batem e continuarão a bater pelos seus ideais e projectos. Pondo de lado egoísmos partidários e interesses mesquinhos. Tendo como objectivo da sua luta a construção de um País no qual a democracia se aprofunde e o desenvolvimento económico se processe no sentido de criar mais emprego e justiça social. Combatendo assimetrias e desigualdades. Inserindo a sua luta em torno de objectivos parciais no reafirmado projecto de conquistar uma sociedade liberta da exploração, da humilhação e da miséria – a sociedade socialista.

As palavras e os actos

Cumprindo objectivos inscritos no Programa Eleitoral de Outubro passado, no início da nova legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a apresentar na Assembleia da República um conjunto de projectos de lei no sentido de fazer andar o processo da instituição das Regiões Administrativas. Nesse sentido, foram apresentados diplomas referentes às finanças Regionais, às Atribuições e Competências das futuras regiões, concretizando aspectos demasiadamente vagos inscritos na Lei-Quadro, sobre a Transferência de Serviços e Património da Administração Central para as futuras Regiões Administrativas e finalmente um novo Projecto de Lei com uma nova definição das áreas de partida, configurando uma concepção de Regiões sem determinação de sede ou capital regional, aberto ao princípio da descentralização dos seus principais órgãos e serviços pelos mais importantes núcleos urbanos da área final a que pela vontade expressa das populações, a consultar através das Assembleias Municipais respectivas, venha a determinar como configuração final de cada região.

São contributos do PCP que cobrem lacunas e vazios num processo que visa impulsionar a resolução desta importante reforma. Estão abertos à consideração de outras propostas, sendo contudo inegável que com tais iniciativas o Grupo Parlamentar deu um importante passo para que a Assembleia da República possa avançar rapidamente com o processo da criação das Regiões administrativas. Se a vontade política que nos animou e a fidelidade aos compromissos assumidos estivesse também presente no comportamento dos demais partidos e designadamente no PS que, como se sabe, fez também da regionalização uma bandeira eleitoral inscrevendo-a no conjunto das paixões do actual primeiro-ministro, então a regionalização poderia ser uma realidade a curto prazo.

O que parece não é!

Mas, como muitas vezes acontece na vida, o que parece não é de facto! Importa por isso descodificar o significado e as consequências que para o processo da criação das Regiões Admini-

nistrativas teria se, no momento, vingassem algumas das propostas defendidas por dirigentes dos demais partidos.

No PP de Manuel Monteiro é conhecida a sua recusa. Para a disfarçar propõe um Referendo nacional sobre a matéria. Referendar o que está inscrito na Constituição significaria dar um importante e perigoso passo para governar sob a forma de plebiscito. Ideia aliás muito cara à direita. Hoje plebiscitava-se a Regionalização, pretensamente para assegurar a coesão nacional. Amanhã justificavam igual procedimento em relação ao exercício das liberdades para, sempre em nome dos superiores interesses da nação, «pôr a canalha a trabalhar».

No PSD do pós-Cavaco, a hipocrisia e a ambiguidade andam de mãos dadas num quadro conhecido de grande oposição a esta reforma. Daí o significado das várias habilidades a que recentemente no Algarve recorrem dirigentes deste partido na abordagem deste problema sabendo-se, como se sabe, que nesta região a regionalização é uma velha aspiração, sucessivamente prometida por todos.

É neste quadro que o ultracavaquista Cabrita Neto aparece recentemente a defender alguns poderes legislativos para as regiões administrativas. A ideia não é nova. No último Congresso do Algarve, já um conhecido jornalista dirigente do PSD a tinha defendido. A proposta, aparentemente avançada, é claramente anticonstitucional e não serve o avanço da regionalização. O que a Constituição prevê e o ordenamento jurídico do País necessita não são regiões com capacidade legislativa própria (diferentes por isso das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, cujos poderes legislativos justificados pelo seu carácter insular, são aliás bastante mitigados) mas órgãos com funções meramente administrativas, dotados de competências e poderes retiradas ao poder central e exercidos através de órgãos eleitos

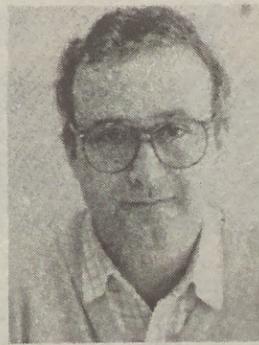
directamente pelas populações, permitindo a estes que passam a intervir e decidir sobre, entre outras matérias, as grandes opções que se colocam ao desenvolvimento de cada região.

Na mesma linha, Mendes Bota aparece a defender um referendo interno ignorando que todas as Assembleias Municipais do Algarve já se pronunciaram duas vezes, por unanimidade, a favor da regionalização. O actual Presidente da Comissão Política do PSD manifesta ainda a sua insatisfação acerca da Lei-Quadro. Todavia é necessário lembrar que esse Diploma é da responsabilidade do PSD, foi votado por unanimidade na AR e contendo falhas e insuficiências na altura reconhecidas por nós, apesar de tudo, representava um avanço num processo sucessivamente bloqueado pela direita e pelos temores e resistências no interior do PS.

Trata-se, portanto, de posições que longe de contribuírem para o avanço deste complexo processo, se revelam como novas linhas de obstaculização ao mesmo, constituindo, pela natureza do conteúdo de algumas das propostas, novas achas

para a fogueira dos muitos que no interior do PSD claramente pretendem ver definitivamente queimada esta reforma do sistema.

Mas o panorama no interior do PS é igualmente animador. A recente disputa no interior da direcção deste partido, em torno do princípio da simultaneidade e as propostas que particularmente do Algarve foram defendidas no sentido de consagrar uma região piloto, são falsas questões e inserem-se num processo que visa retardar caminhos que desde já poderiam e deveriam ser percorridos, deixando transparecer que o PS estará sobretudo apostado em fazer depender o seu avanço da futura revisão constitucional e a esta o subordinado. Provavelmente porque num processo de revisão em que o PS tem sobretudo pontes de convergência com a direita, a única cedência que nesta matéria a direita eventual-



CARLOS LUÍS FIGUEIRA

Membro da Comissão Política

mente estaria disposta a fazer (em sintonia com importantes sectores dentro do PS) seria a de consagrar a região-piloto do Algarve.

Não se nega aqui a delicadeza e a complexidade que em muitas regiões do País se verificará em torno da definição da área de chegada das futuras regiões. Mas a Constituição distingue claramente o processo da criação primária das regiões da sua instituição final, fazendo depender o ponto de chegada, isto é, a definição geográfica final de cada região, dos resultados da consulta efectuada através das Assembleias Municipais respectivas. Tal procedimento permitiria que rapidamente o Algarve pudesse instituir a sua região sem necessidade de esperar por um processo, naturalmente longo, da revisão constitucional. Bastaria para tanto que rapidamente fossem discutidos e aprovados na Assembleia da República os diplomas que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou.

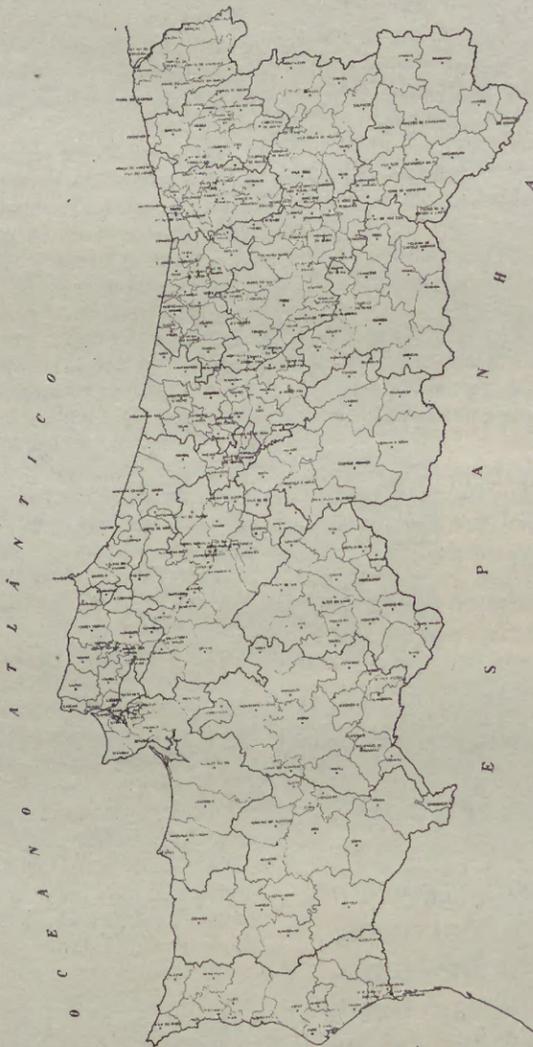
Assim, contestar agora o princípio da simultaneidade, contrapondo-lhe a instituição da figura da região-piloto, é claramente andar para trás erguendo novas dificuldades e provocando mais atrasos ao processo. Poder-se-ia admitir há alguns anos (e nós defendemo-lo) o exemplo da região-piloto no Algarve como mecanismo de teste e sobretudo como factor de desbloqueio. Hoje, na situação em que o País se encontra, marcado por políticas económicas e sociais que conduziram à desertificação económica e humana de importantes regiões do País, a resposta do processo da criação de regiões administrativas em todo o País para que, entre outros aspectos, outras políticas de desenvolvimento regional possam ser melhor defendidas e implementadas no terreno.

Nunca negando aqui a delicadeza e complexidade que se reveste todo o processo de criação das regiões administrativas, exactamente porque assim o consideramos, nos surgem como arogantemente aburricadas as declarações que sobre esta matéria foram recentemente defendidas pelo actual Governador Civil de Beja, dirigente nacional do PS, em torno da proposta de regionalização para o Alentejo apresentada pelo PCP. Saleiro descobre agora em finais de milénio que o Alentejo no seu todo é uma ficção e tão grave quando isso numa atitude que deixa cair por terra o propagandeado diálogo do PS, ergue a proposta do seu partido como a única em torno da qual se deve fazer uma discussão sobre esta matéria. O sectarismo, os mesquinhos interesses pessoais, também activam o fogo dos que tudo farão para que a regionalização não avance. Interessa saber ao serviço de quem está Saleiro!

É inegável o interesse em seguir as atitudes do Governo PS nesta matéria. Para já, contamos com a ambiguidade e o defenismo revelados na primeira hora pelas declarações de Pimpão ao defender a necessidade de se obterem largos consensos, quando se sabe que regionalização com todos não existe. Posteriormente reflectindo certamente as inúmeras contradições internas que dentro do PS se exprimem sobre esta questão, e também as enormes cautelas reveladas desde a primeira hora por este Governo, em não exprimir em público o que lhe está na alma, admitem avançar com o PCP na aprovação do processo. A ver vamos!

O anunciado propósito do Governo PS em governar através de uma política assente em acordos pontuais à direita e à esquerda não é possível. Porque a esquerda, o PCP, não se disponibilizará a discutir pequenos trocos para com isso legitimar o engrossar da carteira dos grandes beneficiários de uma política que, no plano económico e social, se está a revelar como continuadora da realizada pela direita derrotada em Outubro último.

Em torno das grandes reformas e das principais linhas de política económica e social não há consensos possíveis e o tempo que corre, nas dificuldades e incertezas que comporta, não suporta maneirismos.



EM FOCO

Ensino Superior em debate

Os vectores de mudança

A criação de mais 30 mil vagas no Ensino Superior público, que grosso modo deve corresponder às actuais necessidades, levaria a um acréscimo de gastos da ordem dos 15 milhões de contos. Os gastos com o contingente português na Bósnia orçam em 12/13 milhões de contos. Um paralelo talvez simplista, mas que reflecte de forma clara diferentes opções possíveis. Uma informação pontual, mas significativa, que surgiu ao longo do debate sobre o Ensino Superior, que decorreu sábado passado, no Hotel Zuriq, em Lisboa, por iniciativa da comissão Nacional do Ensino Superior do Partido Comunista Português.

Ensino Superior: vectores de mudança foi o tema de uma iniciativa aberta, destinada a uma reflexão alargada e conjunta sobre a crise no sector. Iniciativas abertas que se instituíram já como método de trabalho, que "vem de trás e irá para a frente", nas palavras de Edgar Correia, com quem tivemos uma breve conversa de balanço desta realização.

O Seminário desdobrou-se em três painéis.

Um primeiro sobre *financiamento e avaliação*, moderado por Nuno Rilo, da Universidade de Coimbra, e em que se destacou a intervenção de Rui Namorado Rosa, da Universidade de Évora.

O segundo painel teve como tema de debate - *expansão, acesso e acção social*. Teve como moderador Ana Maria Guedes, da Universidade de Évora, cabendo as intervenções principais a Sousa Lopes, da Faculdade de Ciências de Lisboa, e Suzana Paisano, estudante, da JCP.

Ensino Politécnico / Ensino Universitário foi o tema em discussão no terceiro painel, moderado por João Cunha Serra, do Instituto Superior Técnico (IST), e que contou com as intervenções de Mário Carvalho, do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), e Hernâni Mergulhão, do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL).

Passados mais de quatro meses de governação do PS, o Seminário constituiu um momento de balanço, destacando-se, ao longo do debate, a ideia de que se mantém o **potencial de crise** no sector, pelo peso dos problemas não resolvidos, a insuficiência das respostas, a preocupação relativamente às orientações esboçadas.

Os extractos da intervenção de Edgar Correia, no encerramento do seminário, e que aqui inserimos, dá-nos uma ideia concreta da dimensão dos problemas em causa.

Pacto educativo para que futuro?

"O discurso oficial aparece a privilegiar orientações que, longe de conduzirem à inversão do quadro global existente, correm o risco de defraudar expectativas e de reconduzir o sistema a um quadro crítico", afirmou Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, no encerramento do Seminário Nacional do PCP sobre o Ensino Superior.

Edgar Correia referiu-se, em particular, ao documento distribuído pelo Ministério da Educação aos diversos partidos políticos com representação parlamentar. Um documento "pomposamente intitulado de *pacto educativo para o futuro*".

O pacto educativo para o futuro

Sem prejuízo de um exame mais detalhado do documento e da adopção de uma posição formal, algumas observações se impõem de imediato em relação ao seu teor.

A primeira. Num documento que se apresenta com o propósito de enunciar "princípios", "orientações estratégicas" e "compromissos para a acção", é em absoluto incompreensível que o Ministério da Educação omita qualquer referência aos valores, princípios e objectivos de política educativa democrática, tal como estão consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, e nos quais a acção governativa deve evidentemente enquadrar-se.

Neste contexto não pode deixar de ser negativamente apontado o facto do conceito de "ensino público" praticamente não constar do documento do Ministério da Educação, em vivo contraste com indícios valorizadores do ensino privado e da mercantilização dos saberes. Leiam-se, por exemplo: a necessidade de "redefinição do papel do Estado"; a "maior participação das diversas forças sociais (...) na execução (sic) de políticas educativas"; a "complicação dos utentes (resic) nos custos do ensino superior"; o papel das instituições particulares de solidariedade social na área do pré-escolar; e a definição de "cartas escolares integradas", prenunciando o incumprimento do preceito constitucional que incumbe ao Estado da "criação (de) uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (Artigo 75º).

A segunda observação que o "pacto" de Marçal Grilo suscita diz respeito ao carácter vago e generalista de muitas das suas formulações e que oscilam entre lugares-comuns de natureza óbvia e universal (como: "a Educação é um assunto de todos", ou "a educação e a formação configuram áreas de prioridade política", etc.), até expressões de equívoco significado e alcance políticos, acompanhada ainda de uma interminável listagem de assuntos destituída de qualquer conteúdo substantivo.

Será possível que alguma entidade minimamente responsável formule a sua posição perante meros enunciados genéricos, tais como: "aprovação de um quadro normativo

orientador da educação pré-escolar" - com que orientações?; ou "desenvolvimento de medidas (...) visando a promoção das aprendizagens e o sucesso da escolaridade" - de que medidas se trata?; ou "aprovação do novo regime jurídico da formação contínua de professores" - com que efectivo conteúdo?; ou "financiamento do ensino secundário" do qual apenas se diz que "deve admitir soluções diversificadas" - o que está em concreto a bailar na cabeça dos responsáveis governativos?; ou muitos outros temas?

Os compromissos e as promessas educativas concretas do PS, como que se vão esbatendo e perdendo, de documento para documento, desde o chamado "contrato de legislatura" de há um ano, ao programa eleitoral, depois, ao programa do Governo, e agora a esta proposta de "pacto". Ao mesmo tempo que vai emergindo um discurso político vago, predominantemente abstracto e de recorte verbalista. Debalde se procuram no chamado "pacto", algumas das bandeiras com que o PS acenou ao eleitorado, como é o caso, por simples exemplo, da eliminação dos *numerus clausus* no acesso ao ensino superior ou do objectivo de estabelecimento do *turno único* nas escolas.

E sendo cara ao Ministro da Educação a imagem do "pacto" como um grande "guarda-chuva" educativo, resta saber se o guarda-chuva não apresenta uma finalidade bem mais prosaica, que é tão-só o de proteger os responsáveis do Ministério da Educação quando passarem à fase de concretização das orientações vagas que agora, proposadamente, apresentaram ao país.

Política cavaquista praticamente intocada

Outra observação que se impõe diz respeito ao facto do Governo, ao fim de vários meses, manter praticamente intocado o património da política educativa cavaquista.

É a manutenção da legislação do pré-escolar, apesar do coro de protestos e críticas dos educadores, dos sindicatos, das autarquias, de muitas associações de pais, que desde a primeira hora justamente reclamam a sua revogação e a generalização da rede pública.

É o prosseguimento das mesmas e inadequadas orientações no que respeita à avaliação dos alunos e a conservação, no essencial, de um sistema de acesso ao ensino superior particularmente injusto.

E nem sequer foi revogado o diploma através do qual o PSD tentou liquidar a gestão democrática das escolas e cuja aplicação, pela continuada resistência oposta pelos professores, havia já falhado fragorosamente e em toda a linha.

Orçamento

Em matéria de *orçamento da educação*, tão grande tem sido a propaganda oficial, que se compreende que seja difícil o caminho a percorrer por uma informação objectiva e verdadeira. Para além de algum crescimento das verbas para a remuneração dos professores, a verdade é que quase todas as restantes rubricas têm uma evolução muito insuficiente ou exprimem até um visível retrocesso.

Compare-se, por exemplo, a despesa autorizada em 1995 com o Orçamento inicial de 1996 mais a dotação provisional do Ministério das Finanças. A evidência dos números, pode observar-se que a rubrica ensino, que se refere a um total de cerca de 747 milhões de contos e portanto a 84% do orçamento da educação, apresenta uma variação apenas de 3,2%, o que entrando em linha de conta com a inflação prevista representa uma efectiva redução do valor real (-0,2%).

Neste panorama importa sublinhar que o ensino básico e secundário é particularmente afectado, apresentando uma diminuição do valor real orçamentado de 2,3%. Pergunta-se: com diminuição real de verbas, como se vai melhorar o ensino básico e o secundário? E onde está o caminho para o turno único?

Uma vez que nos encontramos num Seminário sobre o Ensino Superior impõe-se sublinhar, no que respeita à rubrica bolsas e empréstimos aos alunos, que se verifica em relação ao ano passado apenas um crescimento real de 225 mil contos - num total de 4 milhões de contos para um universo de cerca de 300 mil alunos!



■ Margarida Folque

8 MARÇO

Quando igualdade rima com igualdade

Foi a 8 de Março de 1857 que operárias têxteis de Nova Iorque, pela primeira vez em greve, descem à rua e exigem a redução do horário de trabalho - então de 16 horas - e salários iguais aos dos homens. Em 1911, por proposta de Clara Zetkin à II Internacional Socialista, o 8 de Março é aprovado como Dia Internacional da Mulher e pela primeira vez festejado por mais de um milhão de mulheres na Alemanha, na Áustria, na Dinamarca, em Paris.

A luta das mulheres começava, finalmente, a tornar-se visível e a ganhar terreno em toda a Europa e, naturalmente, também em Portugal.

Mas a verdadeira luta pela igualdade e pela defesa de direitos específicos das mulheres, em Portugal, começava em 6 de Março de 1921 data da fundação do Partido Comunista Português. Ainda que isto não esteja perfeitamente consciencializado por todos os (e as) comunistas, a história da luta das mulheres portuguesas se não se confunde com a história do PCP, está a ela intimamente ligada.

De facto, o PCP nasce da necessidade sentida pelo proletaria-

do, não se pode dizer que só ao PCP se devam os avanços da democracia e dos direitos das mulheres. O que se pode dizer, com rigor, é que o PCP teve neles um papel determinante e que, sem o PCP, sem a luta abnegada de tantos e tantas comunistas, esse processo teria sido muito mais lento e muito mais difícil.

É lugar-comum dizer-se que o estado de avanço de uma democracia, do progresso de uma sociedade, se mede pelo papel que as mulheres aí desempenham. Será um lugar-comum mas corresponde à verdade. Efectivamente, sempre que a democracia avança, a participação da mulher na sociedade intensifica-se e sempre que se intensifica a intervenção da mulher na sociedade, a democracia aprofunda-se. O inverso é igualmente verdade.

A luta em defesa dos direitos das mulheres é, pois, uma vertente da luta em defesa da democracia. Nem todos, contudo, assim o entendem, nem todos, ainda que o entendendo, actuam de acordo com esse princípio.

çar' a igualdade, o que se está a fazer é a promover a desigualdade»; ou, ainda, «eu não sou e nunca fui discriminada, nunca senti qualquer diferença de tratamento para comigo»; etc., etc., etc. Ou seja, conceitos como «igualdade de oportunidades», valores como «solidariedade» só são válidos quando não dizem respeito às mulheres.

Mas a realidade mostra que (pre)conceitos que têm milénios não desaparecem de um dia para o outro. E estes, que à mulher dizem respeito, estão, de facto, enraizados na maioria de nós, mulheres e homens. Só assim se compreende que as próprias mulheres reajam muitas vezes face ao trabalho nesta frente de luta como se de uma tarefa menor se tratasse, que considerem que militar num movimento de mulheres as diminui. Pensam, eventualmente, que o facto de gritarem «não sou discriminada», as «faz» emancipadas, que o facto de pertencerem (as poucas que pertencem) a órgãos directivos, ou exercerem (as poucas que exercem) cargos de maior responsabilidade, as torna mais «iguais» aos homens. Quando, afinal, o que está em causa não é uma igualdade - que ninguém contesta - mas a falta de oportunidades e condições para o exercício dessa igualdade.

Seria bom que o Partido aproveitasse estas comemorações para reflectir sobre se se mantém ou não a importância da luta pela igualdade homem/mulher. Se a participação da mulher, a todos os níveis, continua ou não a ser considerada como uma fonte de enriquecimento para a sociedade e para o Partido.

Seria bom, ainda, que essa reflexão levasse em linha de conta o facto de que não têm, necessariamente, que se «sentir discriminados» todos, todas, os que insistem em manter viva uma luta que consideram parte integrante dos ideais que os comunistas defendem.

As mulheres e

As mulheres estão hoje confrontadas com uma grave ameaça à segurança, ao equilíbrio e estabilidade da sua vida profissional, familiar e social, consubstanciada no recente Acordo de Concertação Social.

Ou não fossem elas as que mais dificuldades sentem na obtenção de emprego; as primeiras a ser despedidas; as que mais suportam os custos da maternidade.

A leitura do Acordo não deixa dúvidas e é com profunda inquietação que se verifica o propósito do Governo apresentar na Assembleia da República uma proposta de lei, com carácter imperativo, que constituiria um tremendo golpe no direito ao horário de trabalho e à carreira profissional, sob a capa da «adaptabilidade»/«flexibilidade» e da «polivalência».

No concreto, como é que isso se iria reflectir na vida das mulheres?

Se tivermos em conta

— as consequências do que seria o poder discricionário das entidades patronais na gestão e organização dos tempos de trabalho;

— que esta «flexibilização» dos horários não têm nada a ver com horários flexíveis;

— que as horas extraordinárias passariam a ser pagas como tempo normal;

— que deixariam de ser consideradas as pausas e as intermitências;

— que a dignidade profissional e a evolução das carreiras e categorias profissionais passariam a ser determinadas não pelos contratos mas pelos patrões e administrações;

— que a polivalência passaria a ser regra obrigatória;

Com certeza conseguimos vislumbrar que estamos perante uma medida de fundo e integrante duma estratégia mais global da ofensiva aos direitos sociais e laborais.



do, rural e urbano, pelas camadas mais exploradas e desfavorecidas da população, pelas mulheres, pelos jovens, por sectores da intelectualidade progressista, da existência de um partido que, representando os interesses e anseios destas classes e camadas, constituísse uma vanguarda organizada na luta em defesa desses mesmos interesses e anseios, contra a exploração, pela paz, pela igualdade e justiça social, pelo progresso e bem-estar de todos.

Este ano, a 6 de Março, o Partido Comunista Português completou 75 anos de vida, 48 dos quais vividos nas mais duras condições de clandestinidade. Foram 75 anos em que as mulheres sempre contaram com o PCP e em que o PCP sempre contou com as mulheres.

O 25 de Abril de 1974, culminando uma longa e dura luta pela liberdade e contra o obscurantismo, veio instaurar a democracia e criar as condições para a alteração do estatuto da mulher em Portugal. Em 1976, a Constituição consagrava importantes direitos das mulheres.

Não falamos aqui daqueles que atrás de discursos palavrosos, pretensamente defensores dos direitos das mulheres, escondem políticas retrógradas e atentatórias da sua dignidade e dos seus direitos. Ou daqueles que, para atingir objectivos menos claros (ou demasiado claros?), acenam às mulheres com soluções que, indo supostamente ao encontro dos seus interesses, mais não visam que aprofundar ou criar novas formas de exploração dos trabalhadores (neste caso das mulheres trabalhadoras), e fazê-los suportar a crise gerada e alimentada pela política de direita que prosseguem.

Falamos, sim, de tantos homens e tantas mulheres que, defendendo uma sociedade de progresso e de justiça social, «passam ao lado» das discriminações às mulheres, sem as ver, sem com elas se solidarizar, como se de um facto normal se tratasse. E que justificam este «fechar de olhos» com argumentos tão frágeis (chamemos-lhe assim) como: «se homens e mulheres são iguais, então os movimentos de mulheres não têm sentido»; ou «ao tentar 'for-

■ Adelaide Pereira

A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril 10 anos após uma Conferência

Dez anos depois da Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril, parece-nos esta uma boa altura para reflectir sobre o conteúdo e a actualidade das conclusões que então tirámos, num mundo que entretanto mudou aceleradamente.

Nestas mudanças, muitas houve que nos devem preocupar e naturalmente levar à acção. Falamos de uma política de retrocesso social e de regressão de valores que faz ressurgir velhas concepções que apresentam a mulher como ser desigual; que retira direitos por elas alcançados - nomeadamente o direito de reforma aos 62 anos; que permite discriminações salariais geradoras de outras discriminações, nomeadamente ao nível dos subsídios de desemprego e de reforma. Uma política que permite a impunidade para o não cumprimento das leis que consagram a igualdade, que garantem o direito ao trabalho e os direitos sociais de quem trabalha.

É usual ouvirmos dizer que Portugal é dos países com legislação mais avançada sobre os direitos das mulheres. E que o problema reside no não cumprimento das leis.

Mas, apesar da falta de mecanismos de fiscalização, não é por ineficácia que as leis não se cumprem, mas sim por uma clara opção de classe que os sucessivos governos têm tomado, no sentido de impedir a concretização da igualdade de oportunidades nos planos económicos, sociais, culturais e políticos.

À direita não interessa que a igualdade se concretize. Porque isso implica a criação de mais emprego, maior acesso à educação e à cultura, mais condições sociais, mais desenvolvimento, mais democracia.

Como resultado dessa política de classe, desenvolvida nestes 10 anos, temos hoje um refluxo na caminhada de emancipação da mulher.

O Partido tem sido, entretanto, uma força de combate não só na defesa dos direitos já conquistados, como na apresentação de propostas na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu visando alargar e consagrar novos direitos.

O Partido assumiu também em Outubro passado o compromisso, que está a cumprir, de dar combate ao défice de participação das

mulheres, nomeadamente quando se bate na AR por propostas que então apresentou, das quais destacamos:

- Divulgar os **direitos das mulheres** e dinamizar e apoiar as lutas das mulheres em defesa dos seus direitos;

- Lutar pela **reposição de direitos** que lhes foram retirados, designadamente a idade da reforma aos 62 anos; a dispensa do trabalho nocturno na indústria; a proibição do trabalho nocturno às mulheres grávidas, entre as 20.00 e as 07.00 horas;

- **Aperfeiçoar o quadro legislativo** dos direitos das mulheres e da instituição de mecanismos de garantia e fiscalização do seu cumprimento, de forma a garantir a igualdade homem/mulher, designadamente no que concerne ao reforço dos direitos das associações de mulheres e à garantia do direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego, incluindo respectivamente a atribuição do estatuto de parceiro social às associações de mulheres e a inversão do ónus da prova;

- **Penalizar todas as práticas discriminatórias em função do sexo**, particularmente as que advêm do exercício de direitos consignados na lei da maternidade/paternidade;

- Garantir a **igualdade de acesso e de tratamento no trabalho** e no emprego e o respeito absoluto pelo princípio de salário igual para trabalho igual;

- Promoção de acções que garantam às mulheres desempregadas a **reinserção no mercado de trabalho** de forma estável e qualificada;

- Defender a **revalorização dos postos de trabalho e tarefas** que ocupam a mão-de-obra feminina;

- Elaboração de um **estatuto profissional para as mulheres** que trabalham na agricultura ou em explorações familiares;

- Alargar a todo o território nacional uma efectiva **rede pública de educação pré-escolar de carácter gratuito**, começando por garantir a educação pré-escolar a todas as crianças de 5 anos;

- Implementar uma rede de equipamento social de **apoio à família**;

- Defender a introdução na lei da consideração de razões de ordem social e económica para a **Interrupção Voluntária da Gravidez** até 12 semanas e alargamento do prazo da IVG por razões eugénicas das 16 para as 22 semanas.

Quando, em 1986, realizámos a nossa Conferência, pretendíamos que esta fosse um ponto de partida para a discussão e aprofundamento dos problemas que afectavam a vida das mulheres e, simultaneamente, o lançar das bases para o reforço da nossa intervenção na luta emancipadora, como parte integrante da luta que o Partido trava em defesa do regime democrático.

Em 1996, dez anos depois, importa ver em que ponto estamos e recordar algumas das direcções de trabalho então aprovadas e que visavam transformar em acção as conclusões da Conferência, designadamente:

- ter em conta na acção política e na actividade de massas do Partido, não só as justas reclamações comuns a homens e mulheres, mas também as reclamações específicas das mulheres;

- apoio mais efectivo e mais dinâmico às diversas formas de organização e acções unitárias das mulheres, designadamente as estruturas sindicais, os movimentos femininos e as mais variadas iniciativas de carácter social e cultural;

- ter como uma das expressões na batalha ideológica a luta pela mudança das mentalidades, no que se refere à problemática feminina;

- o reforço em todos os aspectos da intervenção da mulher na vida e na acção partidária.

Em 1996, importa considerar se se mantêm actuais e justas as direcções de trabalho de há dez anos atrás.

É certo que, quando o Partido promove Seminários onde se discute sobre «A Mulher na Comunidade Local» (1990), ou sobre a «Participação das Mulheres em Igualdade - Uma Condição de Progresso, um Desafio à Sociedade» (1991) ou ainda quando realiza Encontros com as «Mulheres Eleitas nas Autarquias» (1994) ou sobre as «Mulheres Trabalhadoras» (1995), está a levar à prática as direcções de trabalho aprovadas.

Mas é certo também que, por razões que a cada um de nós caberá avaliar, muitas destas direcções de trabalho não foram ainda levadas à prática. Como é certo que não só há muito para fazer, como podemos e devemos fazer mais.

Podemos, pois, afirmar, dez anos após a Conferência sobre «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», que as suas principais orientações e conclusões permanecem justas e actuais, ou seja, inteiramente válidas como base de trabalho para o Partido nesta frente.



1) Acordo de concertação ■ Fátima Messias

Medida essa que, de tão gravosa, foi «camuflada» com redondos adjectivos de forma a que passasse despercebida junto das trabalhadoras e dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Para além destes aspectos, outros há igualmente gravosos, como a promoção do emprego a tempo parcial - e a salário «parcial», convém não esquecer - em simultâneo com a atribuição de apoios ao patronato para facilitar a admissão ou a passagem a este tipo de contrato.

É mais uma medida discriminatória e que promove uma maior precariedade e segmentação do emprego, particularmente das mulheres.

Aliás, a satisfação e o triunfalismo evidenciados pelo patronato não deixam margens para dúvidas: com este Acordo tornado lei, ser-lhes-ia garantido um instrumento infalível para se assegurar da exclusividade absoluta do pessoal ao seu serviço!

Seria assim como poder mover a roda da História para trás e rapidamente!

Pretendendo ir ainda mais longe, o Governo PS vai avisando que pensa avançar também com a revisão da legislação laboral, mesmo que os parceiros sociais não se entendam.

As medidas contidas no Acordo estão em rota de colisão com a melhoria real das condições de trabalho e de vida.

E vem o Governo PS falar de crescimento e desenvolvimento?

Qual o sentido do crescimento se não se traduz na vida das pessoas?

A evolução comparada das taxas de desemprego mostra que os riscos são mais elevados para as mulheres.

Elas conhecem períodos de desemprego superiores aos dos homens.

São também as mais atingidas pelo emprego precário (recibos verdes, trabalho à hora, à peça, etc.).

Com o previsível crescimento do desemprego, o feroz ataque aos direitos, o aumento da exploração do trabalho e o conseqüente embaratecimento da mão-de-obra, não tardarão a aparecer por aí os velhos apelos sobre a necessidade do «retorno da mulher ao lar».

Importa ter em conta que não se pode reduzir a vontade de trabalhar das mulheres apenas ao aspecto económico.

É necessário não esquecer o facto de hoje serem cada vez mais as raparigas que prosseguem os estudos. Embora certas formações ou graus hierárquicos continuem a ser-lhes pouco acessíveis, alargou-se o leque dos diplomas e das profissões a que têm acesso. O controlo da fertilidade derrubou obstáculos.

Mas, sobretudo, o trabalho é para as mulheres fonte de autonomia, de independência, de abertura, de relações sociais, de cidadania.

As mulheres não estão não estão dispostas a renunciar a isso.

O esclarecimento é a partir de agora, criando as condições para ganhar consciências e vontades de muitas que, de boa-fé, no dia 1 de Outubro não acreditariam que o seu voto para a mudança desse suporte a uma política laboral de continuidade.

Nos tempos que correm não pode haver tréguas na consciencialização, na mobilização e na luta das mulheres pelo direito ao trabalho e a horários dignificados.

Os perigos aí estão a exigir de nós um empenhamento e uma dinâmica de grande disponibilidade e combatividade, numa movimentação colectiva cada vez mais ampla.

Por isso, este mês de Março tão ligado à Mulher, conjuga-se com esclarecimento, participação e luta.

Nesta luta, como noutras, também está o PCP!

Porque, contra ventos e marés, é através da consciência e da luta que se pode transformar o presente e conquistar uma vida digna e melhor!

EM FOCO

Álvaro Cunhal Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura



Os últimos tempos da ditadura fascista, que imediatamente precederam a Revolução de Abril, ou seja, a crise geral da ditadura e o governo de Marcelo Caetano, os objectivos da revolução antifascista, a actuação e as alianças das várias forças políticas constituíram um dos pratos fortes da campanha reaccionária contra a Revolução de Abril desencadeada a propósito das comemorações do seu 20º aniversário.

Ora a natureza da ditadura, a época de Marcelo Caetano, os objectivos, posições e actividades das várias forças políticas, constituem matérias do ensaio agora editado, significativas não apenas relativamente à vida nacional nessa época mas também para o conhecimento e a compreensão de tudo quanto se lhe seguiu no quarto de século desde então decorrido — a luta revolucionária para pôr fim à ditadura, o 25 de Abril, a revolução democrática e a contra-revolução até aos dias de hoje.

edições
Avante!

■ Jorge André

"Marketing"

Interessa olharmos pela nesga que neste momento se abre nas muralhas da «Nova Igreja» católica. O papa fez incursões-relâmpago pela América Latina, os bispos franceses (logo imitados pelos portugueses) procuraram agradar a gregos e troianos, enquanto que Monsenhor Gaillot, que não desarma, entrou nos sofisticados circuitos da INTERNET. Enquanto que tudo isto acontecia, por entre uma certa confusão, em Portugal forças políticas poderosas surgiam, finalmente, a mencionar com todas as letras, o alvo a que se propõem, de instalar na vida social portuguesa uma «revolução tranquila» (ou «de veludo», como outros lhe chamam) capaz de promover, a curto prazo, uma «reconciliação» de classes. Tal como na Polónia, uns anos atrás... Mas, vamos por partes.

Em menos de uma semana, João Paulo II atravessou, como uma seta, quatro países latino-americanos mergulhados em lutas internas, na pior das misérias sociais, no narcotráfico, na crescente dependência do grande capital e na esclerose religiosa introduzida pelas novas seitas. O papa limitou-se a proferir as palavras de conveniência que se impunham, a confraternizar com os poderosos e a reiterar as suas intransigentes posições teológicas, nomeadamente as que se referem ao SIDA e ao controlo artificial da natalidade. Repetiu-se e voltou a partir de mãos vazias, tal como as trouxera à chegada.

Já não aguardavam o papa, tal como na década de 80, quando a igreja ainda constituía para muitos um sinal de esperança e de transformação, maciças multidões de camponeses sem terra. João Paulo II decerto que o constatou, bem como certamente não pôde deixar de reconhecer que não se estanca a debandada a que se assiste, na América Latina, dos fiéis católicos que buscam abrigo nas igrejas protestantes ou nas novas seitas religiosas. E João Paulo II decerto também terá entendido que estas contínuas transferências de crenças apenas estão a afectar a igreja católica institucional, sem beliscar, sequer, o crescimento das comunidades de base unidas à Teologia da Libertação. Prosseguem, sem o sucesso desejado, a demissão ou o afastamento dos professores, sacerdotes e teólogos progressistas. É um estado de coisas decepcionante. A «Nova Cruzada» foi declarada já lá vão 7 anos. Mais do que tempo, segundo os calendários da Opus Dei, para que a «revolução tranquila» tivesse chegado a bom termo. Mas na América Latina, e noutras partes do mundo, sinais cada vez mais fortes parecem desmentir claramente essa visão optimista.

Outros acontecimentos chamam a atenção para o que se passa em França. Com uma súbita guinada, a conferência episcopal violou o Catecismo, colocou-se numa posição que entra em rota de colisão com a Cúria Romana, e declarou lícito o uso de preservativos por parte do povo católico! Decisão tanto mais chocante quanto é certo ser público e evidente que a actual hierarquia francesa é conservadora e extremamente chegada ao papa e à Opus Dei.

Com efeito, logo após a chegada do Cardeal Wojtyla à cátedra pontifícia, a disciplina da igreja gaulesa foi intensificada, quer na composição tendencialmente fundamentalista da sua conferência episcopal, quer através de profundas reformas do ensino eclesiástico ou das nomeações e transferências de sacerdotes, cada vez mais frequentes, directamente decididas pela Santa Sé. No plano canónico, foram concedidos amplos poderes às dioceses urbanas para as quais foram nomeados bispos reputadamente conservadores. A reforma trouxe como consequências a divisão do conjunto das dioceses e paróquias em privilegiadas ou secundarizadas e a completa entrega da formação dos novos padres a seminários fundamentalistas. É nestes quadros que vem a surgir a inesperada mudança de posição do episcopado francês imediatamente seguida (com uma rapidez nada habitual!) pelos bispos portugueses.

Agradar à juventude

É certo que João Paulo II tem programadas, ainda para este ano, duas visitas a França e que convirá agradar à juven-

tude, maquilhando a «Nova Igreja» com as tintas de uma aparente modernidade. E não é menos certo que os bispos estavam conscientes de virem a travar uma batalha perdida. Contra todos os catecismos do mundo, é evidente que católicos e católicas praticam o controlo da natalidade. Basta olhar-se as estatísticas e verificar-se como é cada vez menor o crescimento demográfico nos países que se declaram mais fiéis a Roma.

Terá, portanto, pesado em tudo isto uma preocupação central de «marketing» e de mobilização de massas, visando a constituição das molduras humanas sem as quais as visitas do papa perderão o carácter televisivo e pas-

sarão despercebidas do grande público. São questões que certamente preocupam os bispos franceses mas que, mesmo assim, não chegam para explicar a sua inesperada mudança de atitude.

A questão de fundo, poderá dizer-se, é que, tal como na América Latina e noutras partes do mundo, a igreja católica está profundamente dividida, ainda que por vezes a fractura que nela existe seja pouca evidente a um olhar desprevenido. Com o Concílio Vaticano II, o mundo católico deu um brusco salto à esquerda; depois, sem transição «tranquila» nem a consciência ganha no debate, regressou à obscura apatia dos valores integristas. Tudo foi decidido pelas altas hierarquias. Os crentes leigos ou os simples religiosos limitaram-se a assistir, como espectadores, às mais imprevisíveis mutações de cenários. Para muitos deles, a única solução encontrada foi partir. Outros ficaram, aparentemente submissos, emudecidos nas suas secretas convicções. Talvez se comecem a notar, agora, sinais do seu regresso à acção.

Em França, por exemplo, o «caso Gaillot» assume cada vez mais dimensões de paradigma ou de referência para uma importante ala de católicos convictos. Já resumidamente contámos, nestas páginas, a sua história: bispo francês de Évreux, dedicou a sua acção apostólica aos mais necessitados, sobretudo aos «sem abrigo». Membro do episcopado, recusou sobrepor a vontade da cadeia hierárquica aos direitos que reconhecia aos deserdados. Demitido da sua diocese, por indisciplina, e intimado a ir ao Vaticano, não tentou resistir às sanções da Congregação da Fé: foi a Roma, encontrou-se com o papa, regressou a França e fixou-se em Paris onde pastoreia uma paróquia pobre. João Paulo II, com uma petulância digna de um qualquer grande papa renascentista, atribuiu-lhe, então, a direcção de uma diocese «eventual», situada em Madagas-



car (a diocese há anos que tinha sido desactivada e, como é evidente, o papa sabia-o).

Monsenhor Gaillot nem pestanejou. Tinha recebido, e continua a receber, milhares e milhares de apoios vindos de todo o mundo. Quando respondera aos tecnocratas do Vaticano, tinha-lhes dito, simplesmente: «Não tenho medo de vocês. Sou cristão, sou um homem livre!»

A Santa Sé quis comprá-lo e ofereceu-lhe, primeiro, a direcção da importante «Congregação Abbé Pierre»; depois, a capelania-geral da assistência religiosa nos hospitais franceses. O padre recusou.

e confusão!

Gaillot prosseguiu o seu trabalho junto dos imigrantes, dos idosos, dos doentes e dos excluídos. Mais recentemente, aproveitando a estultícia da expressão «diocese eventual», estabeleceu-se nos circuitos universais do sistema INTERNET onde, sem território limitado, pode fazer chegar a sua voz a qualquer parte do mundo. A iniciativa foi um êxito e encontra-se em plena expansão. Gaillot difunde os princípios e as conclusões do Concílio Vaticano II.

balhadores. O trabalho sempre foi a chave de todos os sistemas.

Quando alguém alude a «revolução tranquila» logo vem à baila, com razão, tudo o que se passou na Polónia, em 1989. Para aqueles que se interessam em descodificar discursos herméticos, o essencial do processo que então teve lugar está minuciosamente registado na encíclica «Centesimus Annus» que João Paulo II fez publicar em 1991 para celebrar o centenário da «Rerum Novarum». A nova encíclica é, neste aspecto, quase que um manual. Como realizar, com os trabalhadores, uma «revolução tranquila»? Os acontecimentos polacos respondem por si.

Afirme-se, em primeiro lugar, o empenho da Igreja na defesa e promoção dos direitos do homem e a incapacidade das instituições na defesa dos princípios constitucionais. «Com esta afirmação muitas vezes se indentificou a grande maioria do povo, o que levou à procura de formas de luta e de soluções políticas mais respeitadoras da dignidade da pessoa... O factor decisivo que desencadeou as mudanças foi, certamente, a violação dos direitos do trabalho... Foram multidões de trabalhadores a tornarem ilegítima a ideologia que pressunha falar em nome deles» (C. A., 22 e 23).

Esclareça-se, depois, que qualquer sistema económico coloca, sobretudo, problemas de natureza cultural. «Não é possível compreender o homem partindo, unilateralmente, do sector da economia, nem ele pode ser definido simplesmente com base na sua inserção de classe... No centro de cada cultura, está o comportamento que o homem assume diante do mistério maior: o mistério de Deus» (C. A., 24).

Declare-se, por último, que foi realizado o reencontro entre a Igreja e o Movimento Operário e que só a doutrina social católica pode albergar as formas de consciência espontânea dos trabalhadores. «O Movimento Operário insere-se numa movimentação mais geral dos homens do trabalho e dos homens de boa vontade, a favor da libertação da pessoa humana e da afirmação dos seus direitos; cresce, hoje, em muitos países e, longe de se contrapor à igreja católica, olha-a com esperança... Àqueles que hoje estão à procura de uma nova e autêntica teoria e prática de libertação, a Igreja oferece, não só a sua doutrina social e, de modo geral, o seu ensinamento acerca da pessoa redimida em Cristo, mas também o seu empenhamento

concreto no combate da marginalização e do sofrimento» (C. A., 26).

Nos lábios dos bispos pouco tempo durou este doce sabor a vitória. Os trabalhadores polacos cedo compreenderam que tinham consentido em entregar, a troco de nada, as suas armas principais: consciência de classe, direitos à contratação, à negociação salarial e ao controlo de gestão, pleno emprego, etc. Tinham participado, contra os interesses do seu próprio povo, numa «revolução tranquila» que apenas beneficiava o grande capital e a igreja.

No actual mundo católico há catadupas de contradições.

Palavras

e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

Helder Costa cristão das catacumbas

Cristão das catacumbas. Houve já quem assim o denominasse. Helder Costa é de facto um dos intelectuais portugueses cuja visão do mundo, ainda que matizada pela evolução da História, como não poderia deixar de ser, nunca no essencial se alterou.

A sua última peça, *Parabéns a Você*, estreado há meses na «Barraca», é disso testemunho. Trata-se, aliás, de um magnífico espectáculo teatral, desconcertante pela mescla de doçura e de violência e que tanto pode fazer pensar em Brecht, pelo que tem de «distanciado» e de exemplar, como na catarse escatológica de textos do tipo *Quem tem medo de Virgínia Woolf?*

Um casal jovem e feliz prepara a festa de aniversário, em que vão participar o pai e a irmã dela. Juntos, evocam a figura amorável da mãe, já desaparecida.

Há uma guerra que estrondeia nas notícias da rádio: rebeldes contra reaccionários, ou opressores. A família em festa, que é vagamente progressista, toma partido pelo seus, sem se deixar todavia perturbar muito pelo alarido que a telefonia difunde. Até que dois soldados irrompem brusca e no calor daquela casa, rudes, sujos, pesados, com poucas palavras. São acolhidos com extremos de cortesia e afabilidade. Mas afinal, apesar das fardas, eles são do exército dos outros. E rebenta a violência, num crescendo atroz, naquela sala tranquila. Pancadas, violação da mulher, requintes de crueldade. A tal ponto que os intrusos vão levar com eles os dois homens novos, o marido e o irmão da anfitriã, para matarem um deles. E são ela própria e o pai que têm de designar a vítima, ou eles executarão os dois reféns.

Diga-se desde já que os actores eram excelentes, bem dirigidos, por vezes fulgurantes – Ana Brandão, Carlos Vieira de Almeida, Joaquim Nicolau, José Boavida, Pedro Alparça, Castro Sebastião.

O que se segue é a grande surpresa. Pai e filha desentendem-se na escolha daquele que tem de ser sacrificado e vem então à tona, entre imprecações, insultos, vômitos de alma, tudo o que naquela pacata família burguesa, até com boa consciência de esquerda, está oculto, sepulto.

Não acrescentamos mais. Esta peça singularíssima, de uma tão radical violência, denuncia os lagos parados, por vezes cheios de remoinhos e podridões, das sociedades em crise de um mundo onde as altas tecnologias mais modernas não logram, pelo uso que delas se faz, proporcionar a felicidade, mas antes o aviltamento e a dor de milhões de seres humanos.



«Revolução tranquila»...

Em sentido bem diferente parece caminharem as coisas no nosso país. De todas as áreas da governação começam a chegar sinais de tentativas de «sacralização» da vida social, no ensino, na saúde ou no emprego. São os caminhos tão longamente apontados por Escrivã de Balaguer. A citação já referida, do ministro português a uma hipotética «revolução tranquila» insere-se nesses quadros de actuação e não é por acaso que a afirmação surge no acto de lançamento de importantes negociações que envolvem o Estado e os tra-



■ Miguel
Urbano
Rodrigues

A ideologia do mercado

O pensamento único e as lições da França

A cumplicidade do sistema mediático e a traição da maioria da *intelligentsia* tem dificultado a compreensão do carácter da crise que a humanidade enfrenta no final do segundo milénio. É uma crise para a qual não há termo de comparação. Isso não facilita o entendimento dos seus mecanismos.

O projecto que está na sua origem arranca de uma deformação do liberalismo clássico e tem por objectivo inconfessado impor um modelo de sociedade na qual o fosso que separa já os países industrializados (mil milhões de pessoas) dos não desenvolvidos (cinco mil milhões) se alargaria. Simultaneamente, em ambas as áreas, os desníveis entre os de cima e os de baixo também aumentaria.

O instrumento dinamizador do projecto é o funcionamento selvagem, sem controlo dos mercados, sobretudo os financeiros.

O sistema, inspirado em ideias velhas, adquiriu estilo e ritmo próprios há poucos anos. Os seus ideólogos não escondem alguma dificuldade em definir com rigor aquilo que pretendem a longo prazo e afundam-se em contradições quando interrogados sobre os efeitos previsíveis.

O mercado (!) não conhece fronteiras. Aspira a uma dimensão planetária. Paira acima do Estado pelo mundo afora. Mais inquietante: priva-o da sua função milenar de organizador. O Estado, reduzido a um papel subalterno (por vezes voluntariamente), fica impossibilitado de cumprir os seus deveres sociais pelas limitações impostas pela engenhagem do mercado.

Neste contexto, o homem acaba transformado em simples objecto. A história, por incómoda, tende a ser apagada e a cultura, nas suas múltiplas frentes, recebe o tratamento de coisas supérflua e perigosa.

Creio útil recordar vezes sem conta que o valor das transacções nos mercados financeiros corresponde já a 50 vezes o valor do comércio mundial. O jogo do dinheiro, para o sistema, tem prioridade sobre a produção. Assistimos ao enchimento de um tumor que cresce sem controlo.

Erigido na prática em religião, o mercado e a sua teoria da globalização tendem pela sua lógica a fazer do homem um ser tão desprovido de razão, vontade e emoções como os esboçados nas utopias de Orwell (1984) e Huxley (Um Admirável Mundo Novo) que tanto impressionaram as gerações da primeira metade do século.

A reflexão sobre os antecedentes desta moderna tragédia em marcha está ainda no berço. Mas não é aventuroso afirmar que a implosão da URSS, ao destruir a relação de forças existente, criou as condições que tornaram possível a louca galopada do liberalismo selvagem e a arrogante apologia do pensamento único.

Um pensamento totalitário

Contrariamente ao que os *media* sustentam, não vivemos um tempo propício ao aperfeiçoamento da democracia. A nossa época acusa a hegemonia de um pensamento profundamente reaccionário, não obstante os avanços da ciência e da técnica serem favoráveis, quando a conjuntura mudar, a grandes avanços da humanidade.

A democracia é incompatível com o sistema, de raiz totalitária, que faz do pensamento único uma arma indispensável ao movimento do mercado.

A substituição da ideologia do progresso pela ideologia do dinheiro alterou nos últimos anos o comportamento das forças da direita. Tradicionalmente, mesmo os dirigentes mais retrógrados sentiam-se na obrigação de simular que as suas políti-

cas visavam a objectivos humanistas e eram concebidas em benefício do povo. Até Salazar falava farsaicamente em justiça social e prometia melhorar a situação dos «humildes». Hoje, a máscara foi retirada por inútil; não há ponte possível entre as massas populares e os mercados financeiros que lhe são inacessíveis. O objectivo supremo fixado ao homem é o enriquecimento rápido. O êxito individual, medido pela fortuna, tem prioridade sobre as exigências do colectivo. A palavra sucesso (um galicismo) passou a *slogan* das forças do capital. Não terá sido por acaso que Cavaco Silva fez da fantasmática Política do Sucesso quase um emblema governativo. A publicidade (sobretudo a televisiva) mudou de estilo para servir melhor o

pensamento único. O culto reverencial do dinheiro assume aspectos obsessivos. A propaganda dos bancos, das Bolsas, dos investimentos, dos carros, casas, roupas e jóias caras, em crescendo de arrogância, não hesita em recorrer a imagens cruéis que apresentam o empresário e o gestor e as respectivas famílias como modelos da humanidade moderna, civilizada. Essa gente refinada é projectada muito acima da massa, rebanho amorfo e indiferenciado. A virtude e até a beleza física aparecem como qualidades exclusivas da aristocracia do dinheiro cujas mansões e estilo de vida sumptuosos são apresentados como metas existenciais.

Habilmente, sugere-se que os assalariados comuns, a esmagada

economistas, a conferência que mais interesse despertou foi a de Bill Gates, patrão da Micro Soft. O herói do Ciberespaço, contudo, limitou-se a alinhavar banalidades.

O protesto da França

O torrencial movimento de protesto do povo francês contra o pacote de medidas do Governo Juppé que visam destruir conquistas sociais alcançadas após lutas de muitas décadas, expressou com transparência a rejeição do projecto de sociedade defendido pela ditadura do mercado. A recusa dos trabalhadores do sector público (e não só) da França em aceitar a legislação que pretende minar os alicerces da Segurança Social e privatizá-la gradualmente foi um acontecimento que, pelo significado, teve enorme repercussão em todo o mundo. Pela sua coerência e firmeza, a atitude dos franceses serve de exemplo a outros povos.

A tentação do modelo norte-americano é grande. O desejo de utilizar em especulações financeiras e no sector imobiliário os biliões das caixas de reformas, até agora geridos pelos sindicatos, inspira uma gula indisfarçável.

O conflito entre o povo, de um lado, e os detentores do poder político e do capital, de outro, foi rico de lições importantes. Com o apoio massacrante da comunicação social, Chirac, Juppé, ministros, patronato e tecnocratas assumiram a defesa das medidas do pacote. Reduzir a Segurança Social a um nível mínimo e oferecer o resto ao sector privado é na linguagem oficial um acto de responsabilidade, de inteli-

gência, de coragem, de criatividade, de patriotismo. Aqueles que se levantam contra essa política, exigindo a manutenção de pensões dignas para os idosos após uma vida de trabalho, e que se opõem à eliminação do ensino gratuito e à sabotagem de um serviço de saúde que é ainda o menos desumanizado da Europa — esses, ou seja a esmagadora maioria, são insultados. Chamam-lhes irresponsáveis, defensores do caos, anarquistas, arruaceiros e outros mimos. Para Chirac, Juppé & Companhia é necessário que os grandes paguem cada vez menos e os pequenos descontem cada vez mais para receber cada vez menos benefícios. Afirmam que a luta dos que vivem do salário pelos seus direitos ameaçados é uma manifestação de cegueira que pode levar a França à ruína; as reformas cuja execução serviria os interesses do grande capital e dinamizaria os mercados financeiros expressam, segundo eles, lucidez política e sentido de Estado, sendo imprescindíveis à modernização da sociedade francesa.

Na realidade, as reformas exigidas pela ditadura do mercado são retrógradas, significam atraso, involução social.

Considerado globalmente, o papel dos intelectuais na crise foi muito negativo. Somente uma minoria, agrupando os melhores, ficou do lado do povo no grande confronto. Uma parcela ponderável permaneceu em atitude passiva, alheando-se do movimento de protesto. Essa tendência para o distanciamento foi notória naqueles, e são muitos, que dizem estar desiludidos de tudo e aderem às teses que proclamam a morte das ideologias e o fim da luta de classes. Alguns utilizam o discurso sobre a complexidade das sociedades pós-industriais, as auto-estradas da informação e os prodígios do ciberespaço como argumento para justificar uma postura de alienação e inércia.

A maioria, recorrendo a diferentes discursos, acabou por levar água ao moinho do Governo e do grande capital. Não legitimaram abertamente a ofensiva Chirac-Juppé contra os trabalhadores, mas aceitaram o blá blá blá que atribui o suposto arcaísmo da França ao temor da inovação e à tenaz defesa de «privilégios sociais» que a Alemanha e a Inglaterra aboliram há muito e que nunca existiram nos EUA. Estranha linguagem a que envolveu a capitulação de um segmento importante de uma *intelligentsia* tradicionalmente combativa e que já foi a mais revolucionária da Europa.

Le Monde Diplomatique mostrou, na imprensa, o bom exemplo. Uma raridade. Dedicou ao conflito Povo-Poder quase metade da sua edição de Janeiro, assumindo a defesa do movimento do protesto



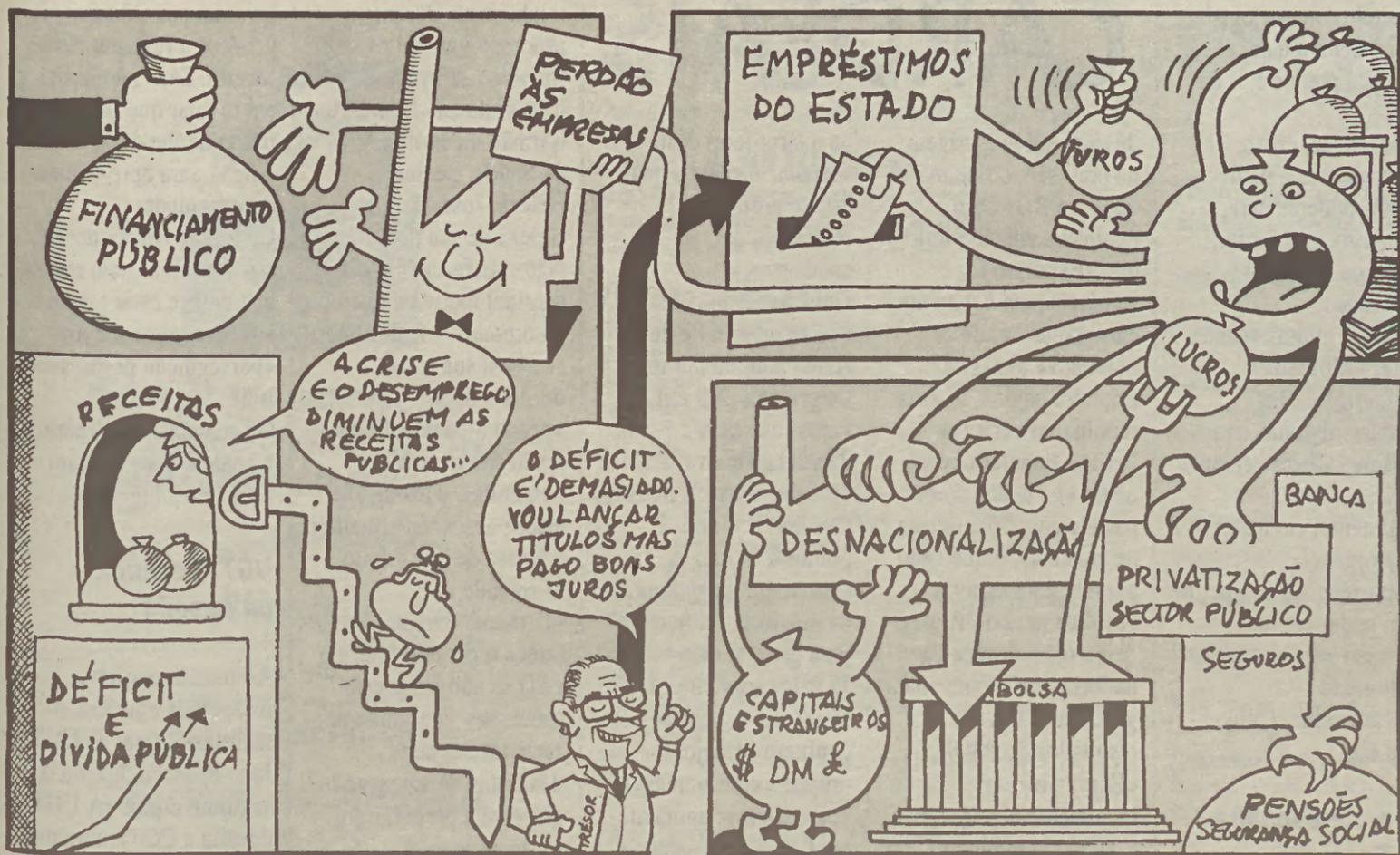
dora maioria dos trabalhadores que ficaram à margem do sucesso, são criaturas menores, gente sem importância, falhada. Isso por terem ficado longe do Deus dinheiro, por incapacidade de penetrarem no mundo da riqueza, da modernidade. Os habitantes do Olimpo do dinheiro e os tecnocratas a seu serviço, familiarizados com a religião do mercado e a sua liturgia, simbolizam a virtude, o bem; ao mundo cinzento do trabalho é colado o rótulo do fracasso.

O catecismo do sistema martela-nos os ouvidos com uma sentença inapelável: o mercado seria o estado natural da sociedade, o caminho do homem, a fase última e superior de uma nova humanidade.

Aos sacerdotes da novíssima religião não choca o facto de a sua sonhada Nova Roma ser concebida para ampliar e não reduzir as desigualdades afrontosas que já separam os homens. Se o projecto resultasse, o desemprego alastraria de maneira alarmante e a miséria e a fome também.

Os ideólogos do mercado global medem o progresso pela taxa de crescimento do PIB, pelos lucros das transnacionais e dos bancos e pelo índice Dow Jones. É esclarecedor que em recente conferência internacional, os EUA, com apoio de alguns países europeus, se tenham oposto a incluir o direito à habitação entre os direitos fundamentais do homem. Sintomático também dos novos tempos: no Fórum de Davos Platz, pólo mundial de estadistas e

EM FOCO



contra a engrenagem que, sob os aplausos do pensamento único, promove o desemprego e quer bloquear as conquistas sociais.

Num oportuno artigo, o historiador Philippe Videlier lamenta que a tecnocracia tenha em França corroído o discurso crítico e os cérebros. Mediante uma extraordinária inversão de papéis – sublinha – a palavra serve agora para denunciar nas reivindicações populares «o conservadorismo» e pretende identificar «o progresso» e «a reforma» no retrocesso social.

Para nosso mal, conhecemos intimamente esse discurso. Também o ouvimos repetir até à exaustão pelos epígonos do cavaquismo com os desastrosos resultados que aí estão...

A perversão dos conceitos de responsabilidade política e de progresso não é de hoje. Há mais de duzentos anos, antes da Revolução Francesa, já Gabriel de Mably, no seu ensaio sobre «Os direitos e os deveres dos cidadãos», se insurgia contra o farisaísmo dos governantes e bradava: «As leis concebidas para ajudar a razão e defender a nossa liberdade podem porventura aviltar-nos e tornar-nos infelizes? O imenso desejo que todos temos de ser felizes reclama permanentemente contra a surpresa ou a violência que nos foi feita. Por que não terei eu qualquer direito que prevaleça contra leis incapazes de produzir o efeito que a sociedade delas espera?»

O papel dos EUA

É do conhecimento público que a ditadura religiosa do mercado e o pensamento único que lhe serve de alicerce têm o seu principal bastião nos EUA.

Depois da nova ordem internacional no terreno político-militar definida por George Bush após a guerra do Golfo, ou seja a Paz Americana, tal como a concebe o imperialismo mais cruel do nosso tempo – assistimos agora a uma ofensiva diferente, mais sofisticada e imaginativa, para impor no planeta a nova ordem económica mundial: a ditadura dos mercados financeiros.

A globalização dos negócios sob a égide do capital (faceta do imperialismo) está a ser-nos apresentada, em golpe de mágica, como contribuição para o avanço da humanidade. O processo seria comandado por lúcidos visionários.

Os media difundem a mentira, levam-na a todos os recantos da Terra. As gigantescas empresas que controlam a informação preparam-se, aliás, para partilhar o ciberespaço.

O ambicioso projecto em desenvolvimento transcende o liberalismo, tal como o sonharam Adam Smith e Stuart Mill. Vai muito mais longe. É abrangente, triturador. Abraça o mundo e, pela sua natureza e metas, tem um cariz totalitário. Os que o recusam são atacados como inimigos, apontados à execração pública como inimizades do povo, tal como na peça eterna de Ibsen. O pensamento único, omnisciente, seguro da sua infalibilidade, apresenta, é preciso dizê-lo, facetas fascizantes.

O mercado de novo tipo e pensamento único – repito – têm o seu centro de poder nos EUA, nas englobam o conjunto dos países industrializados e os tentáculos do mostrengo não param.

Na Europa dos 15, é um facto, o desemprego alastra e as resistências às perversões antidemocráticas da globalização são fortes. Viu-se na França, onde o protesto do povo (que prossegue, diversificando-se) nos ofereceu uma autêntica aula de história contemporânea. Mas não haja ilusões: a superestrutura de Poder da União Europeia e as forças do capital tornaram-se parte integrante da poderosa engrenagem.

As complicações manifestam-se em múltiplas frentes, designadamente na área política-militar. Apesar das contradições (que

são muitas e de superação difícil, porque a arrogante pretensão de Washington de exercer a hegemonia militar e política a nível planetário provoca mal-estar crescente), os EUA continuam a agir como Polícia do Mundo. E os aliados europeus e o Japão submetem-se, não obstante os resmungos.

A instrumentalização, pelos EUA, do Conselho de Segurança, etapa na escalada da imposição da sua vontade discricionária, é afinal um fenómeno inseparável de uma estratégia que busca o poder absoluto e cuja complexidade escapa cada vez mais a milhões de pessoas que, erradamente, julgam estar bem informadas.

Tudo é complementar no sistema, comandado por um Estado poderoso mas fragilizado por pressões invisíveis. As instituições deste são formalmente democráticas, mas o povo não participa minimamente na tomada de decisões e não tem consciência dessa exclusão e das suas consequências. Um pequeno número de dirigentes-homens do Presidente, militares, cientistas, tecnocratas de alto nível, representantes das grandes transnacionais, banqueiros –, situa-se no vértice de uma estratégia que procura compatibilizar ambições imperiais, objectivos dos senhores do mercado e interesses dos gigantes que dominam a imagem e a (des)informação.

O sistema, tal como no campo da economia e das finanças, actua na área das relações internacionais de modo a que os seus fins reais não possam ser, pelo menos, inicialmente, identificados e tornados públicos.

As agressões norte-americanas, avalizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (o secretário-geral é um homem de mão) são invariavelmente apresentadas como iniciativas humanistas, impostas por exigências éticas: defesa da paz, da democracia, dos direitos humanos.

Assim aconteceu no Golfo: uma guerra criminoso foi enaltecida pelos media como cruzada universal ao serviço dos mais altos valores e princípios. Transcorreram, aliás, anos até que o embargo ao Iraque abriu os olhos a muita gente, finalmente chocada com uma política que, para satisfazer os interesses dos gigantes petrolíferos e colocar quase todo o Médio Oriente sob tutela americana, quase fez regressar à Idade Média um novo de 18 milhões de habitantes.

Assim ocorreu também na Somália. No início, o grande e ridículo show do desembarque americano confundiu. A opinião pública europeia não se apercebeu logo dos reais objectivos de uma intervenção imperial anunciada como filantrópica e desinteressada. A cruel farsa somente veio a adquirir o seu carácter de intervenção colonial de tipo clássico quando os somalis começaram a resistir e morrer. Depois a nação invasora pôde ver pela televisão soldados seus, abatidos em combate, arrastados pelas ruas de Mogadíscio. Clinton responsabilizou então as Nações Unidas pelo fracasso num discurso cínico; e ordenou a retirada.

A lógica do sistema não lhe permite captar o sentido da história. As análises da Casa Branca e do Pentágono que precederam a imposição da solução americana na Bósnia-Herzegovina traduzem essa incapacidade. Uma campanha mistificadora procurou persuadir o mundo de que os EUA, ao desencadarem em Agosto e Setembro, através da NATO, os bombardeamentos maciços contra os sérvios da Bósnia, como prólogo à imposição do diktat de Dayton se empenhavam abnegadamente na criação de condições para a paz na Região. Entretanto, o simples facto de a NATO, violando o seu estatuto, ter, também por exigência americana, reduzido a ONU a um papel de mero figurante no cenário balcânico, configura uma grave derrota do Direito internacional e uma ameaça real à paz. Mas a perversão mediática, mais uma vez, ludibriou centenas de milhões de pessoas. Apenas uma ínfima percentagem da humanidade se apercebeu de que as próximas eleições norte-americanas

foram um dos factores determinantes da decisão que atirou a NATO para a Bósnia com todas as suas perigosas consequências. A preocupação com a paz esteve ausente das motivações da «elite» que conduz o jogo e está empenhada em manter na Casa Branca um Presidente muito decorativo, que saber sorrir, mas é, na própria opinião dos seus mais íntimos colaboradores, um político ignorante, eternamente indeciso e de escassa inteligência.

Na farsa dramática em evolução, os argumentos americanos foram assumidos pelos governantes da União Europeia. Em Portugal, o PS alinhou. Foi chocante o aparecimento na televisão do Primeiro-Ministro e do seu ministro da Defesa a repetirem que a Brigada portuguesa se encontrava na Bósnia ao serviço da paz e que os dois jovens que já ali morreram ofereceram a vida pela Pátria. Dói-me sempre escutar uma linguagem de falso

patriotismo que repete outra, não muito antiga, que nos traz à memória terríveis recordações.

Sombras e luz

Respeito e admiro o povo norte-americano na sua diversidade tão mal conhecida na Europa. Respeito a sua contribuição para grandes conquistas da humanidade. Não o confundo com os sacerdotes da religião totalitária do mercado e com os ideólogos do pensamento único. Esse respeito não me impede, porém, antes me coloca no dever de chamar a atenção para um perigo concreto: o monstruoso sistema imperial dos EUA e o projecto de sociedade altamente hierarquizada que tentam criar com o apoio dos demais países industrializados consubstanciam a maior ameaça que a humanidade enfrenta na viragem para o terceiro milénio.

A minha geração conserva uma memória dolorosa da trajetória e o III Reich e da herança de ruínas e genocídio que deixou. Agora a conjuntura é muito diferente e o desafio outro. Hitler era um paranóico, o Estado e o Partido eram fascistas e os seus crimes inspiravam repulsa universal.

A situação hoje é muito diferente e a ameaça de outra natureza. A ideologia que sacraliza o jogo do dinheiro através da religião do mercado não aparece directamente vinculada a um país determinado. Mas o seu bastião localiza-se nos EUA, uma sociedade de sólita tradição democrática cujo povo ama a liberdade. Por isso mesmo, pela enorme dificuldade que noutros continentes e no próprio território dos EUA os homens e as mulheres sentem no entendimento e decifração das contradições inerentes a um projecto assustador e desumanizante, a possibilidade de mistificar, de virar do avesso a realidade, funciona como a melhor arma da engrenagem em movimento. O sistema glorificado pelos futuros donos do ciberespaço engana as suas próprias vítimas.

O perigo desse projecto assumiu já, entretanto, tal dimensão que até a revista britânica *The Economist* – um dos tempos mundiais do liberalismo – reconheceu em editorial, quando 1994 se despedia, que «nos países industrializados o fosso entre ricos e pobres aumentou na última década», porque «a economia de mercado não tem sensibilidade moral». Uma confissão a não esquecer.

Sinto temor do futuro imediato. Serão certamente muito difíceis os próximos anos. Os sacerdotes do mercado e a gelada e arrogante «elite» que maneja o poder imperial dos EUA são incapazes de compreender que a teoria da globalização se choca com a infinita complexidade do comportamento de sociedades moldadas por culturas diferentes, de civilizações que resultaram na marcha do tempo de transformações quase moleculares.

Essa cegueira gera uma mundividência irracional. Por isso mesmo, sou optimista a médio prazo. Há limites inultrapassáveis para a irracionalidade, em política como na economia.

O projecto de sociedade do grande capital é incompatível com o que de melhor existe no homem. Ruirá como outros, aparentados pela ambição e o egoísmo, que aspiravam a perpetuar-se. O pensamento único irá com ele ao fundo. Um luar de esperança nos céus da França reforça a certeza de que as coisas não podem continuar como estão. É um luar ainda pálido, que anuncia lutas intensas e diferenciadas, nada fáceis, pelo mundo fora.

A história, como nos lembrou Marc Bloch (fuzilado pela Gestapo nazi), não é o mesmo que a relojoaria ou a marcenaria.

(¹) Obviamente, não pretendo negar a importância do mercado como elemento imprescindível nas relações de compra e venda e regulador de preços através do binário oferta-procura. Nessa acepção, o mercado sempre desempenhou, desde as velhas civilizações da Mesopotâmia e do Egipto, um papel positivo na evolução económica e no progresso da Humanidade.

Manuel Fiteiro

Era quase uma da madrugada, de sábado. O Congresso do PP, sem qualquer novidade que despertasse interesse, morria de sono. Uma parte dos delegados cavaqueava nas redondezas ou consumia forte nos bares. Nem Paulo Portas conseguira acordar o cinzento conclave.

A direcção estava também informada que as transmissões televisivas não estavam a provocar qualquer interesse no País. Foi então que Monteiro desferiu o conhecido golpe do abandono. Subiu à tribuna, queixou-se frouxamente que estava a ser pressionado na formação da lista dos novos dirigentes, o que não tolerava e por isso ia-se embora. Como que combinadas, as televisões interromperam os programas e lá se viu o

Monteiro, numa jogada muito denunciada, pegar na pasta preta e sair da sala.

Ouviram-se, então, muitas vozes a pedir plenos poderes para Monteiro, que foram, claro, de imediato aprovados. Também muitas vozes a gritar «Monteiro! Monteiro!». Mas também algumas, em surdina, a dizer «fiteiro! fiteiro!». Realmente, em matéria de arrogância, de pesporrência e de apetite pelo poder pessoal poucas vezes se terá visto tanto descaramento. Cuidado com ele!

Nem na Espanha o «Expresso» acerta

Com a granítica convicção de sempre, o «Expresso» da semana passada garantia a vermelho e ao cimo da primeira página: «Aznar 7 pontos à frente». Para que não houvesse

PONTOS CARDEAIS

dúvidas sobre a origem da previsão, o semanário de Pinto Balsemão explicava em antetítulo que «Expresso faz sondagem em Espanha», entregando-se, de imediato e ainda na primeira página, às suas repolhudas certezas: «O Partido Popular deverá obter 41,3% dos votos nas eleições legislativas de amanhã», o que «não garante uma maioria absoluta para o PP, mas deixa-o ao alcance da maioria "suficiente" para governar». Quanto aos resultados do PSOE, o «Expresso» era igualmente peremptório: «ficará em segundo lugar, a cerca de sete pontos de distância». E gabava-se: «É esta a previsão de uma sondagem do EXPRESSO realizada em Espanha e efectuada pela empresa Demoscopia, na terça e

na quarta-feira desta semana, durante a qual esteve proibida a realização de sondagens.» Dois dias depois foi o que se sabe: o PP de Aznar ganhou por uns tangenciais 300 mil votos (que nem a 1,5% de vantagem correspondeu...), ficando a milhas dos tais «7 pontos à frente» e, sobretudo, longe longe da «maioria "suficiente" para governar». Já galga fronteiras a mania do «Expresso» em confundir desejos próprios com sondagens «científicas»: agora até em Espanha se estende ao comprido.

Que «Beleza»...

«O PSD portou-se vergonhosamente» e «foi seguramente responsável pela «perseguição política à

minha irmã, durante o processo judicial de que foi alvo», afirmou em entrevista ao «Expresso» o irmão da ex-ministra da Saúde, Leonor Beleza, José Manuel Beleza de seu nome. Não satisfeito com esta original teoria de que os incómodos sofridos por si e pela sua irmã derivam de «perseguições políticas» e não das tralfulhices cometidas, o azougado «Zezé» escancara melhor a massa de que é feito afirmando que «Fernando Nogueira nunca teria sido líder do PSD se não fosse este processo» - enigma que seria interessante deslindar - e ameaçando que está a preparar um livro em que irá «identificar» as pessoas que perseguiram a irmã e beneficiaram da sua queda no partido. Quanto aos «negócios» em que se envolveu com o Ministério da Saúde, que resultaram nos cambalachos que o

levaram aos tribunais, à prisão e à fuga em parte incerta, Zezé não hesita em revelar que foi a sua irmã que lhe deu a «dica» para aproveitar a oportunidade. Com uma «dica» destas, o jovem Zezé nem repara que parece estar também a fazer - como ele diz - «perseguição política» à irmã... Ou se calhar até repara, e a gente é que está para aqui feitos ingénuos.

UGT: desafio... ou basófia

Assomado por uma inesperada empáfia, o secretário-geral da UGT, João Proença, lançou o seguinte repto: «A UGT desafia a CGTP para um debate público entre o seu secretário-geral e o coordenador da CGTP sobre o Acordo (de Concertação de Curto Prazo) e a actual situação económica e social, num ou mais órgãos de Comunicação Social». Isto após acusar a CGTP de tecer críticas ao Acordo, «de um modo que certamente agrada ao patronato mais retrógrado», aparentemente «esquecendo» que quem assinou tal acordo com o patronato (e para grande satisfação deste) foi exactamente a UGT. A resposta da CGTP não se fez esperar e o seu coordenador, Carvalho da Silva, respondeu preto no branco: «Quanto à proposta de discussão pública com a UGT acerca destas matérias, respondemos que, com a UGT, discussão, quanto mais pública melhor. Porque temos exemplos, num passado recente, de assunção pela UGT de compromissos em reuniões, que depois não cumprem. Portanto, repito, discussões com a UGT, quanto mais públicas melhor. E não nos fiquemos apenas por um debate. Façamos debates acerca de tudo e em todos os órgãos de Comunicação Social». Portanto a bola está no campo da UGT. Rapidamente veremos se quer realmente jogar ou se, mais uma vez, não passa tudo de basófia...

PONTOS NATURAIS**Actualidade****Santo Tirso**

Fevereiro

O vento arrasta mais uma ilusão.

Manda o dinheiro.

De basta em basta se chega a bastão.

Hip! Hip!

Cavaco não foi capaz. Outro será bom rapaz. Grita quando o acordo faz: - Hip! Hip! Hurrah CIP!

Direito à indignação

Trabalhador trabalhará onde, como e quando o empresário quiser para que o seu lucro não tenha perda. Um «acordo» de merda.

(Psst, o menino meu farsante isso são maneiras de escrever no AVANTE?)

Pois é

Vivemos num estado de direito

Trabalhador: tu tens de obedecer a tudo quanto quiser o tal estado.

O patrão, esse, fica dispensado.

Já tem tanto que o preocupe coitado!

Reflexão

Jamais vi a polícia bater num rico. Por que será?

Eureka! Perfeito! é porque vivemos num estado de direito.

Vi na TV

O Ferraz ri, de contente não cabe em si

com o presente ri, de repente, com os dentes todos que ar de valente

que gentis modos tanta alegria dá gosto ver.

(Meu Deus, o que a ironia me faz sofrer!)

O «acordo»

Vá, meus senhores

coragem, vamos, tão perto estamos dessa ruptura o golpe extremo que nos devolve à escravatura sonho supremo do Capitão louco.

Coragem, vamos! Falta tão pouco...

Mário Castrius



AGENDA



**Pela Democracia
Pelo Socialismo
Por Portugal**

Aljustrel

Cine-Teatro Oriental - Domingo às 17h

Comício

com a participação de

Carlos Carvalhas

Ferreira do Alentejo

Domingo às 20h

Jantar com a participação de

Carlos Carvalhas

Quinta da Atalaia

(Amora/Seixal)

Sábado, 9, a partir das 10h

Almoço-convívio com a participação de

Álvaro Cunhal

COMÍCIOS COMEMORATIVOS**Lisboa**

Pavilhão dos Desporto - 8 de Março às 21h30

Porto - 17 de Março
Évora - 15 de Março
Aveiro - 23 de Março
Coimbra - 29 de Março
Alpiarça - 30 de Março

JCP

BRAGA - Encontro distrital - CT de Braga, dia 9 às 15h

FARO - Debate: «Os Jovens e o Ideal Comunista», no CT do PCP, dia 9 às 15h, com José Casanova

PORTO - Debate: «PCP - Gerações de Luta», no CT da Boavista, dia 8 às 21h30, com Costa Feijão

LISBOA - Convívio dia 8, às 24h, na sede nac. da JCP/Lisboa e jantar dia 9 às 20h no CT da Amadora.

Assembleias de Organização e Plenários

BRAGANÇA - 4ª Ass. da Org. Concelhia: dia 10 às 15h na Esc. Prep. Augusto Moreno, com a participação de António Lopes. No final, lanche-convívio.

VILA REAL - 6ª Ass. da Org. Concelhia: dia 9 às 15h30 no Rest. «Aquarius», com Agostinho Lopes.

SANTARÉM - 7ª Ass. da Org. Concelhia: dia 10 às 10h na Casa do Campino, com João Amaral. Almoço comemorativo no final.

ALVALADE SADO - 4ª Ass. da Org. da Freguesia: dia 9 às 15h, com José Catalino.

BARREIRO - Encontro concelhio sobre o Movimento Associativo: dia 9 às 15h no CT concelhio, com Carlos Rabaçal e Joaquim Tavares.

PLENÁRIOS - Sector Saúde LISBOA: CT Vitória, dia 11 às 18h30, com Carlos Aboim Inglez; LOURES: da freg. Prior Velho, dia 9 às 21h; S. JOÃO DAS LAMPAS: dia 7 às 21h30, no CT. Da CDU ÉVORA: de S. Pedro, dia 9 às 15h, no CT; de Sto. Antão, dia 9 às 17h, no CT; de S. Mamede, dia 12 às 21h, no CT.

Álvaro Cunhal na Universidade de Évora

A convite da Universidade de Évora, o camarada Álvaro Cunhal profere ali hoje, com início às 17h, uma conferência sob o tema «Portugal às portas do 3º Milénio».

Distrito de AVEIRO

Ovar - Jantar no Rest. Gaivota (Furadouro), com Sérgio Teixeira - dia 9 às 20h.

Ílhavo - jantar no Rest. Carabobo, com António Filipe - dia 8 às 20h.

Distrito de BRAGANÇA

Exposição "75º Aniversário": até dia 9 em Bragança (Centro Cult. Municipal), de 10 a 15 em Mirandela (Centro Cult. Municipal)

Distrito de BEJA

Almoços em Mértola, com Francisco Felgueiras, e em V. N. Baronia, com António Gervásio - dia 9; dia 10 em S. Marcos da Ataboeira, com José Soeiro. Sessão com José Soeiro em Monte Sete - dia 10.

Distrito de BRAGA

Barcelos - Debate no Aud. do Museu da Olaria: «A luta e a vida do PCP», com José Vitoriano - dia 8 às 21h30.

Braga - Convívio na Esc. Prep. André Soares, com José Vitoriano - dia 9 às 15h.

Delães/Famalicão - Jantar, Rest. Loureiro, com José Vitoriano - dia 9 às 20h.

Fão/Esposende - Convívio em casa do cam. Novais - dia 10 às 15h.

Fafe - Romagem aos cemitérios de Fafe, de homenagem a camaradas falecidos - dia 10, partida do CT às 9h; convívio no CT - dia 10 a partir das 15h.

Riba d'Ave - Debate na JF: «A luta dos trabalhadores e o PCP», com Lino Lima - dia 9 às 16h.

Distrito de CASTELO BRANCO

Covilhã - Almoço no Rest. Rosa Negro (Centro Cívico) com Carlos Rabaçal - dia 10 às 13h

Tortosendo - Jantar no CT, com Carlos Rabaçal - dia 9 às 20h.

Distrito de COIMBRA

Coimbra - Acção de propaganda na Baixa, a partir das 9h. Almoço das freguesias da Margem Esquerda, no "Espaço Art e Gala" (Sta. Clara) com Sérgio Teixeira - dia 9

Figueira da Foz - Almoço no Rest. Teimoso II (Buarcos), com Dias Lourenço - dia 10 às 13h.

Lousã - Almoço no Rest. S. Silvestre, às 13h. Inauguração de Exposição no Atrio da Biblioteca sobre o Aniv. e o IV Congresso do PCP (realizado na Lousã) às 15h30 (patente ao público até 17/3). Debate no Auditório da Biblioteca, com Vasco Paiva e Alberto Vilaça, às 16h - dia 10

Vila Nova de Poiares - Almoço das organizações de Poiares e Penacova, no CT de Poiares, com Domingos Oliveira - dia 10 às 13h.

Distrito de ÉVORA

Alandroal - Sessão com Raimundo Cabral - dia 9 às 16h.

Arraiolos - Jantar com José Soeiro - dia 9 às 20h.

Borba - Almoço com Diamantino Dias - dia 10 às 13h.

Estremoz - Jantar com Raimundo Cabral - dia 9 às 20h.

Évora - Jantar no Monte Alentejano, com Henrique de Sousa - dia 8 às 20h.

Pavia - Almoço em Mora, com António Murteira - dia 9 às 13h.

Portel - Almoço com José Soeiro - dia 9 às 13h.

Distrito de GUARDA

Seia - Almoço no CT, com Manuela Silva - dia 10 às 13h.

Distrito de FARO

Faro - Jantar no CT - dia 9, às 20h.

Loulé - Almoço no Rest. "O Tanque" (Almancil) - dia 10 às 13h.

Olhão - Almoço no CT - dia 10.

Portimão - Almoço no Rest. "Retiro do Peixe Assado" - dia 10.

Distrito de LEIRIA

Marinha Grande - No Sport Império Marinhense, com Aurélio Santos, dia 9: convívio musical às 16h, jantar às 20h, sessão às 21h30 e homenagem aos antigos presos políticos, às 22h30.

Distrito de LISBOA

Alcabideche - Plenário e convívio no CT, com Alexandre Teixeira - dia 9 às 15h.

Damaia/Amadora - Almoço no CT, com Albano Nunes - dia 10 às 13h.

Cascais - Debate e convívio da freguesia de Estoril e da cél. Alcatel no CT de Cascais, com José Neto - dia 10 às 15h;

Lisboa - debate no CT Vitória: «A identidade do Partido e a luta de massas», com Blanqui Teixeira - dia 12 às 19h30.

Convívio/debate da freg. Sto. Condestável, no CT Pedro Soares - dia 9 às 16h. Almoço da Zona Norte de Lisboa, no CT do Lumiar, com Margarida Aboim - dia 9 às 13h.

Mafra - Almoço no Rest. O Petisco, com Júlio Filipe - dia 9 às 13h.

Distrito de PORTO

Freamunde - Jantar na Churrascaria Nogueira, com Emídio Ribeiro - dia 8 às 20h.

Felgueiras - Jantar na Esc. Preparatória, com Avelino Gonçalves - dia 9 às 21h30.

Maia - Jantar no Rest. Samuel (Areosa), com Jorge Sarabando: dia 9 às 20h.

Matosinhos - Debate-convívio na Esc. Sec. do Padrão da Légua, com Henrique Sousa - dia 9 às 15h30.

Porto - Jantar volante e baile no CT da Boavista, com Vidal Pinto - dia 9 às 20h

Santo Tirso - Almoço na Esc. Prep., com Henrique Sousa - dia 10 às 12h30.

S. Pedro da Cova - Convívio com ex-mineiros na Casa da Malta, com Dias Lourenço - dia 9 às 15h30.

Valongo - Jantar no Rest. Ponte dos Arcos (Campo), com António Oliveira Alves - dia 9 às 20h.

Vila Nova de Gaia - Jantar-festa no Polivalente da Esc. Sec. Almeida Garrett, com António Lopes - dia 9 às 20h; em Avintes, no Rest. Roque (S. Mart. Arnelas), com João Amaral - dia 9 às 20h.

Distrito de SANTARÉM

Abrantes - Almoço no Rest. Vicente (S. Miguel de Rio Torto), com Carlos Brito - dia 10 às 13h.

Alcaldaria - Debate: «O Marxismo no final do século», com Sérgio Ribeiro e J. Barata Moura, dia 8 às 21h30. Café-concerto.

Entroncamento - Almoço no Rest. Palmeira (Barquinha), com Albano Nunes: dia 9 às 20h.

Distrito de SETÚBAL

Alcácer do Sal - Jantar no Centro Soc. do Bº do Laranjal, com J. M. Maia (dia 10 às 19h30) e na Carrasqueira, Rest. Rei Choco (dia 9 às 19h30).

Almada - Debate no CT concelhio sobre o «PCP e a Resistência», com Aurélio Santos - dia 7 às 21h. Almoços no Feijó (Rest. Casa Alentejana), Trafaria (Rest. Verde Mar), dia 9; na Cova da Piedade (Rest. Plátano, em Pombal), dia 10; lanche-convívio em Cacilhas, dia 9 às 15h.

Barreiro - Plenários-convívios no CTs de Alto do Seixalinho, com Helder Madeira - 9 às 15h - e de Palhais, com José Paleta - dia 9 às 16h

Ermidas Sado - Almoço no CT, com Ferreira da Costa - dia 10 às 13h

Grândola - Almoço no Pav. da Feira, com Conceição Morais - dia 9 às 13h

Montijo - Jantar no CT concelhio, com Aurélio Santos - dia 9.

Pinhal Novo - Almoço no CT, com Domingos Abrantes - dia 9 às 13h

Quinta do Conde - Almoço no CT, com Blanqui Teixeira - dia 10.

Sarilhos Grandes - Almoço no CT, com Vítor Dias - dia 10.

Distrito de VIANA DO CASTELO

Viana - Jantar dos concelhos de Vale do Minho, na Esc. "Ancorensis", com Honório Novo - dia 9 às 19h30

Exposições itinerantes "75º Aniversário" e "50º Aniv. fim da Guerra" - de 8 a 15 Março em Caminha

Distrito de VILA REAL

Chaves - Almoço no Rest. Chaves Douro, com Agostinho Lopes - dia 10 às 13h

Vila Real - Jantar no Rest. Aquarius, com Agostinho Lopes - dia 9 às 19h.

Distrito de VISEU

Viseu - Almoço na Esc. Secundária Viriato, com Aurélio Santos - dia 10 às 12h30. No mesmo local, Tarde Cultural com Carlos Clara Gomes e o grupo Cor da Lua.

Reg. Autónoma dos AÇORES

Horta - Almoço com J. Decq Mota e Luís Bruno - dia 9 às 13h

Reg. Autónoma da MADEIRA

Funchal - Debate com Quadros e activistas: "O Partido e o Movimento Sindical". No CT, com Jerónimo de Sousa - dia 10 às 15h. Às 20h, jantar/comício no Rest. "A Parreira".

EM FOCO

Quinta, 7

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.45 Infantil / Juvenil
16.30 Os Dias Úteis
17.30 Automobilismo: Rally de Portugal
18.05 Golo!
18.35 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
19.50 Automobilismo: Rally de Portugal
20.00 Telejornal
20.40 Roseira Brava
21.30 33º Festival RTP da Canção
00.30 24 Horas
01.00 Automobilismo: Rally de Portugal
01.15 Remate
01.35 O Dia da Independência (Filme de Robert Mandel, EUA-1982. Ver Destaque)

TV 2

11.00 Missa de Aniversário da RTP
16.30 Desporto de A a Z: Atletismo
17.35 Rua Sésamo
18.05 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Musical: «Beat Special» - X
20.10 A Mulher do Sr. Reitor

Sexta, 8

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Automobilismo: Rally de Portugal
14.45 Malha de Intrigas
15.10 Dias Úteis - Tema: Dia Internacional da Mulher
16.10 Infantil / Juvenil
16.55 Automobilismo: Rally de Portugal
18.00 Golo!
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Campomaiorense-Porto
22.45 Roseira Brava
23.35 Isto É o Agildo
00.30 24 Horas
01.00 Remate (incluindo «Rally de Portugal»)
01.35 O País das Sereias
02.55 Automobilismo: Grande Prémio F1 da Austrália (Treinos)

TV 2

16.00 Motociclismo
16.50 Casa do Caçador
17.40 Rua Sésamo
18.10 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Arte em Imagens
20.00 Artes e Letras - «Vanessa Redgrave»
20.55 Irmãs
22.00 TV2 Jornal

Sábado, 9

CANAL 1

08.00 Festa da República - Tomada de Posse do Presidente da República, Jorge Sampaio
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.40 Jornal Jovem
15.10 Festival da Canção Italiana de S. Remo
18.30 Paul McKenna
19.00 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Benfica-Chaves
22.45 Parabéns
01.15 24 Horas
01.50 A Cidade do Mal (Filme de Mark Rosner, EUA-1991. «Thriller»)
03.45 Automobilismo: Frande Prémio F1 da Austrália

TV 2

08.00 Infantil / Juvenil
10.55 Clube Disney
12.00 Universidade Aberta
15.00 Universiadas 95
16.20 Desporto
18.00 Jogo Falado (Tema: Caso Bosman)
19.00 TV2 Informação
19.05 Os Cadetes Divertem-se (Filme de Roy Del Ruth, EUA-1950. Comédia Musical)
20.55 Trio de Quatro
22.00 TV2 Informação
22.05 Seis Histórias
23.05 Remate
23.35 A Coragem de Uma Mulher (Filme de Harry Winer, EUA-1988. Drama)

SIC

09.00 Buêrére
11.30 Portugal Radical
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.25 O Juiz Decide
14.25 Top Sic
16.00 Caça ao Tesouro
17.30 Luna Parque
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
22.00 Big Show Sic
00.35 Último Jornal
00.50 Marados à Solta (Filme de Howard Zieff, EUA-1989. Comédia)

TVI

10.00 Animação
11.30 As Histórias mais Bonitas
12.00 Tomada de Posse do Presidente da República
12.30 Novos Eventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Tênis - Torneios ATP
15.30 A Hora do Recreio
17.10 Isto É Espectáculo (Filme de Jack Haley, Jr., EUA-1974. Ver Destaque)
19.30 Telejornal
20.10 Diagnóstico: Crime
21.10 Caçadores no Espaço (Filme de Lamont Jackson, Can-1983. Ficção Científica)
23.00 Campeonato Espanhol de Futebol
00.45 Últimas Notícias
01.05 Modelos (Filme de Charles Vidor, EUA/1944. Ver Destaque)

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Malucos do Riso
22.15 Camilo e Filho
22.45 Táxi
23.45 Os Donos da Bola
01.05 Último Jornal
01.25 Playboy

TVI

10.00 Caixa de Perguntas
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.35 A Escolha é Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Os Rapazes da Companhia C (Filme de Sidney J. Furie, EUA-1978. Ver Destaque)
00.15 Grande Plano
00.45 TVI Jornal
01.30 Rua Jump, 21

Domingo, 10

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.25 86-60-86
15.05 A Lei de Burke
15.55 Os Jovens Cowboys
16.50 Os Jacksons - Um Sonho Americano
17.25 Emoções Fortes
17.55 Robocop
18.45 Mr. Bean
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Futebol: Marítimo-Sporting
22.45 Quem É o Que?
23.50 24 Horas
00.20 Paixões
01.20 No Calor da Noite

TV 2

09.00 Caminhos
09.35 Atletismo: Meia Maratona de Lisboa
11.00 Missa
12.00 Novos Horizontes
12.30 Regiões
13.30 Euronews
14.00 Golo Europa
14.30 Jornada Desportiva
19.35 O Homem e a Cidade - «Ilhavo»
20.05 Miss Robin Crusoe (Filme de Eugene Frenke, EUA-1954. Aventuras)
21.20 Escandinávia Selvagem
22.15 TV2 Informação
22.20 A Ilha das Gaivotas
23.15 Domingo Desportivo
00.50 A Vontade de um General (Filme de Francesco Rosi, It/Jug-1970. Ver Destaque)

SIC

09.00 Buêrére
13.00 Primeiro Jornal
13.25 Vida Selvagem
14.15 Internacional Sic
15.00 Contrato Final
15.50 Aventuras de Bruce Lee
16.20 O Guarda-Costas



«Nova Oportunidade» (segunda-feira no Canal 1), tida como «A Dinastia» de tempos menos sumptuosos

17.15 Walker, o Ranger do Texas
18.15 Aeroplano II (Filme de Ken Finkelman, EUA-1982. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.45 Chuva de Estrelas
22.50 McQuade, O Lobo Solitário (Filme de Steve Carver, EUA-1983. Acção)
00.45 Último Jornal
01.00 Uma Loira para Três (Filme de Lowell Sherman, EUA-1933. Ver Destaque)

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Missa
13.30 Portugal Portugues
15.00 Jornal do País
15.40 Olho Popular
17.15 O Jogo do Ganso
19.30 Telejornal
20.15 Menina Prodigio
20.45 O Pai da Chefê
21.10 Raio Azul
22.20 Um Duo de Três (Filme de Alan Rudolph, EUA-1984. Ver Destaque)
23.50 Últimas Notícias
00.05 Irmãos de Sangue

Segunda, 11

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.40 Marco Paulo com Música no Coração
22.55 Nova Oportunidade
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.35 O Mago de Lublin (Filme de Menahem Golen, EUA-1979. Drama)

TV 2

16.30 A Casa do Caçador
17.30 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.05 Não Me Lembro, Era Pequeno
20.15 Martin Chuzzlewit
21.15 À Roda do Mundo
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Segunda Parte
00.30 Musical - «The White Room» - VI

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes

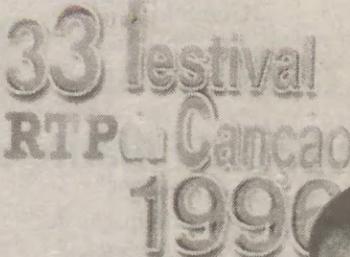
TVI

10.00 Clube da Manhã
11.00 Novos Eventos
11.30 Rumores
12.00 Fado, Fadinho
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 O Assassino Errado (Telefilme de Peter Levin, EUA-1990. Policial)
24.00 TVI Jornal + Primeira Fila
01.10 Rua Jump, 21

Terça, 12

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.10 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.50 Roseira Brava
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 A Fogueira das Vaidades (Filme de Brian de Palma, EUA-1990. Comédia)
24.00 24 Horas
00.30 Remate
00.50 A Longa Noite de Terror (Filme de Robert Clouse, EUA-1977. Terror)



A RTP faz anos hoje. A nova Direcção comemora-o com uma Missa e mais um Festival da Canção, de que Lúcia Moniz, filha do director musical do Festival, Carlos Alberto Moniz, é uma das intérpretes - quem sabe?, a revelação

TV 2

16.40 Golo Europa
17.40 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
18.55 Contos a Óleo
19.10 De Boa Saúde
19.25 Rotações
20.15 24 Horas para a Morte
21.15 Lendas e Narrativas
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Teatro: «O Sr. Halpern e o Sr. Johnson»
00.10 A Par e Passo

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.50 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.35 Último Jornal
00.50 Sonhar Acordado
01.20 No Fim do Mundo

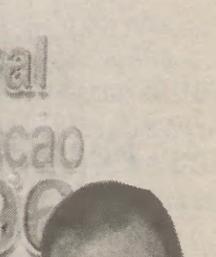
TVI

10.00 Clube da Manhã
10.35 Documentário
11.05 Olho Popular!
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Picket Fences
23.00 Os Novos Intocáveis
24.00 TVI Jornal
00.40 Jornal do Mundo
01.10 Rua Jump, 21

Quarta, 13

CANAL 1

08.00 Notícias
08.15 Remate
08.30 Rua Sésamo
08.55 Notícias
09.05 Blossom
09.35 Roc II
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
11.45 Rosto de Mulher
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Caminhos Cruzados
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.55 Infantil / Juvenil
16.45 Dias Úteis
18.10 Golo!
18.40 Cinzas
19.10 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.25 Futebol: Portugal-Itália (Sub-21)
22.30 Roseira Brava
23.20 Prémio Bordalo
00.15 24 Horas
00.30 Remate
01.00 Os Complexos de Portnoy (Filme de Ernst Lehman, EUA-1972. Comédia)



A RTP faz anos hoje. A nova Direcção comemora-o com uma Missa e mais um Festival da Canção, de que Lúcia Moniz, filha do director musical do Festival, Carlos Alberto Moniz, é uma das intérpretes - quem sabe?, a revelação

TV 2

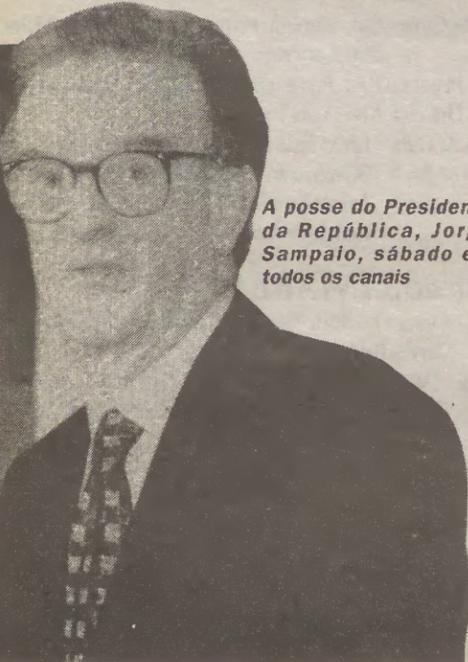
16.30 Motores
17.35 Rua Sésamo
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Desafios
20.15 Uma Cidade, Dois Mundos
21.15 Planeta Terra
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 William - A Educação de um Rei
23.50 Musical

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Barba e Cabelo
22.15 Casos de Polícia
23.30 Decadência
00.35 Último Jornal
01.05 Toda a Verdade

TVI

10.00 Clube da Manhã
10.35 Documentário
11.05 Olho Popular!
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 A Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.45 A Escolha é Sua
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Picket Fences
23.00 Os Novos Intocáveis
24.00 TVI Jornal
00.40 Jornal do Mundo
01.10 Rua Jump, 21



A posse do Presidente da República, Jorge Sampaio, sábado em todos os canais

21.15 Dinheiro em Caixa
21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.50 Amor e Dedinhos de Pé (Filme de Luis Filipe Rocha, Port/Esp/Fr-1991. Ver Destaque)
01.00 Ver Artes - «Pomar e os Retratos do Presidente»
01.25 Musical: «Uma Noite em Palermo»

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Felicidade
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imigrantes
15.10 Os Donos do Jogo
15.40 Buêrére
17.30 Notícias
17.45 Renascer
19.00 Cara e Coroa
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.45 Os Malucos do Riso
22.15 Camilo e Filho
22.45 Táxi
23.45 Os Donos da Bola
01.05 Último Jornal
01.25 Playboy

TVI

10.00 Jornal do Mundo
10.30 Morena Clara
11.30 Clube da Manhã
13.00 Quem Sai aos Seus...
13.30 Jornal da Uma
14.15 Primeira Mão
14.35 África Nossa
15.00 A Escolha é Sua
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 A Fúria do Destino
19.00 O Jogo da Vida
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Esquadrão Classe A
21.45 Fora de Jogo
22.00 Vingança sem Fim (Filme de Gianfranco Cabiddu, It-1989. Drama)
00.25 TVI Jornal
00.55 Rua Jump, 21



«Decadência», a série da Globo que se diz inspirada nas actividades da IURD no Brasil, com Edson Celulari como «Bispo»

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...**Amor e Dedinhos de Pé**

(Quinta, 22.50, TV2)

Com argumento do próprio realizador, escrito de parceria com **Izaías Almada**, *Amor e Dedinhos de Pé* é uma história que reconstitui a cidade de Macau no início deste século e em que se contam os amores de um enfatuado sedutor por uma belíssima mulher. Encenado com gosto e desenvoltura por **Luís Filipe Rocha**, um dos mais dotados cineastas portugueses actuais, os principais papéis do filme são desempenhados por **Joaquim de Almeida** e pela espanhola **Ana Torrent**, figurando ainda no elenco **Jean-Pierre Cassel**, **João D'Ávila** e **Henrique Viana**.

Mata-me Outra Vez

(Quinta, 00.50, SIC)

Realizado por **Jon Dahl** à maneira do bom e velho cinema

negro, este filme conta-nos o percurso de uma mulher fatal pelo deserto do Nevada, em busca do amor e não só...

O Dia da Independência

(Quinta, 01.35, Canal 1)

Situado numa pequena cidade do interior do EUA, *O Dia da Independência* debruça-se sobre a história de um homem que se apaixona por uma mulher mas acaba por ter de suportar uma situação doméstica bastante depressiva em que avultam os problemas conjugais da



Duas famosas seqüências de *'The Band Wagon'* e *'Meet Me in St. Louis'*, em destaque no filme *'Isto é Espectáculo'*, uma compilação de **Jack Haley, Jr.**

Isto é Espectáculo

(Sexta, 17.10, TVI)

Primeiro de uma série de três filmes (datados respectivamente de 1974, 1976 e 1994) dedicados ao grande cinema de entretenimento, *Isto é Espectáculo* foi realizado por **Jack Haley, Jr.** a partir de uma montagem dinâmica e verdadeiramente criativa (mais do que pura compilação) de cenas escolhidas de filmes musicais. Nesta primeira parte (que ignoramos se irá ter continuação, embora os dois primeiros filmes da série já não sejam desconhecidos dos espectadores de televisão) brilham a grande altura nomes como os de **Fred Astaire**, **Bing Crosby**, **Gene Kelly**, **Peter Lawford**, **Liza Minnelli**, **Donald O'Connor**, **Debbie Reynolds**, **Mickey Rooney**, **Frank Sinatra**, **James Stewart** e **Elizabeth Taylor**, entre tantos outros, em seqüências extraídas das mais inesquecíveis obras deste género cinematográfico produzidas pela **MGM** - de que apenas aqui se destacam, a título de exemplo, *Um Americano em Paris*, *Serenata à Chuva*, *Show Boat*, *Rose Marie* ou *Sete Noivas Para Sete Irmãos*. Se ainda não viu, não perca e não deixe de gravar!

Modelos

(Sábado, 01.05, TVI)

Com uma das mais belas e conhecidas partituras de **Jerome Kern** e **Ira Gershwin**, *Modelos* é mais um daqueles filmes que, pese embora a estreiteza do argumento (mais do que visto e revisto!), não pode passar em claro em termos de cinema-espectáculo. Aqui, estamos perante a história de um empresário de um clube nocturno que se apaixona por uma bailarina... Mas o que importa é a música e os bailados com a participação de **Gene Kelly** (com brilhantes momentos a solo!) e **Rita Hayworth**.

Suru - O Rebanho

(Sexta, 00.00, TV 2)

Mais um filme do realizador turco **Zeki Okten** é hoje transmitido pela **TV 2**. Desta vez, o filme dá-nos a ver a vida de dificuldades de duas famílias nómadas da região Leste do país, com a crueza (mas ao mesmo tempo a empenhada paixão) de um cineasta que se confronta com a situação de miséria, subdesenvolvimento e opressão do seu país. O filme foi premiado no Festival de Locarno com o *Leopardo de Ouro* e no Festival de Berlim com o *Prémio do O.C.I.C.*



Um fotograma de *'Amor e Dedinhos de Pé'*, um filme de **Luís Filipe Rocha**

Um Duo de Três

(Domingo, 22.00, TVI)

Um pouco abandonado pelo produtor à época da sua estreia, *Um Duo de Três* conta-nos com algum talento e bastante humor a história de um desafortunado músico vítima de dois casamentos falhados e à mercê dos promotores de concertos e donos de clubes devido a desastrosas aventuras financeiras. Realizado por **Alan Rudolph**, destacam-se neste filme as canções e a interpretação de **Willie Nelson** e, sobretudo, a presença de **Lesley Ann Warren** e **Rip Torn**.

A Vontade de um General

(Domingo, 00.50, TV 2)

Levados até à mais estúpida das mortes pelas ordens absurdas de um general, milhares de italianos morreram na frente de batalha austríaca durante a I Grande Guerra. Adaptando o romance homónimo (e autobiográfico) de **Emilio Lussu** - em que são postas em contraste as posições de um jovem que quisera ir para a guerra e agora compreende o seu horror e a aceitação do «fatalismo» da tragédia por parte de soldados seus compatriotas de origem campo-



sua própria irmã. Com bons desempenhos de **Kathleen Quinlan** e **David Keith**, o destaque vai entretanto para a portentosa criação de **Dianne Wiest** e para o assinalável à-vontade com que **Robert Mandel**, o realizador, se desembaraça desta sua primeira experiência atrás das câmaras.

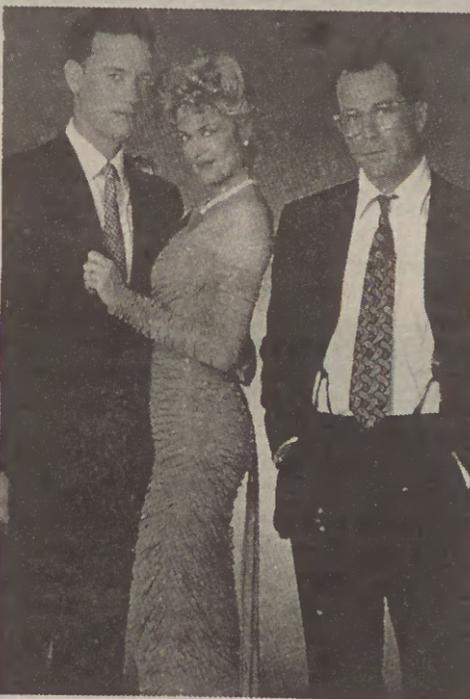
Os Rapazes da Companhia C

(Sexta, 22.00, TVI)

Trata-se de uma comédia melodramática situada durante a Guerra do Vietname e cujos principais protagonistas são um grupo de fuzileiros navais, treinados por um brutal oficial superior para integrar uma companhia de elite. Constituindo uma feroz crítica antibelicista, parcialmente conseguida, o filme é um documento importante em que a envolvimento da guerra é denunciada com ironia mordaz mas também com grande frontalidade, embora o argumento padeça de algumas fragilidades de escrita. **Stan Shaw** é um dos actores principais, em grande forma.



Cary Grant e **Mae West**, numa cena de *'Uma Loira Para Três'*, de **Lowell Sherman**



Tom Hanks, **Melanie Griffith** e **Bruce Willis**, intérpretes principais de *'A Fogueira das Vaidades'*, de **Brian De Palma**

nese - o realizador **Francesco Rosi** constrói um filme de grande afirmação antibelicista que, nas suas palavras, pretende «ligar o significado de uma guerra de há cinquenta anos às guerras dos nossos dias.»

Uma Loira Para Três

(Domingo, 01.00, SIC)

Com argumento escrito pela própria **Mae West** a partir de um seu espectáculo da Broadway (*Diamond*

Lil) esta comédia é considerada como uma das melhores de sempre com a participação da célebre diva. O seu parceiro é, aqui, o indispensável **Cary Grant** e, para ouvir **Mae West** cantar *Easy Rider* ou *Frankie and Johnny*, não custa nada ficar acordado até às tantas...

TELEVISÃO

■ Francisco Costa

Apenas «questões de pormenor»?

Poderia aqui falar-vos, hoje, do estado de cínica indiferença que me assolou ao ver o mais substancial da cobertura televisiva do Congresso do CDS/PP no passado fim-de-semana.

Poderia dar-vos conta de como já nem sequer consegui espantar-me ao ver jornalistas - por vezes tão (des)preocupados a lançar farpas e insinuações a propósito da «democraticidade interna» de outros partidos - agora absolutamente distraídos, indiferentes ou impermeáveis às escandalosas golpadas dos bastidores do conclave, visíveis à vista desarmada, sem necessidade de teleobjectiva.

Poderia, apesar de tudo, aventurar-me a estranhar não terem aqueles meninos e meninas das várias televisões encontrado desta

vez quaisquer motivos de pasmo ou de assomo crítico - que minimamente lhes perturbasse o relato informado por puros «critérios jornalísticos» (pois claro!) - perante as atitudes ditatoriais do «quero, posso e mando» histericamente berradas pelo novo e fogoso prócere da extrema-direita nacional.

Poderia, ainda, interrogar-me como é possível que esta sempre tão excitada prole - correndo e tropeçando em grupo atrás dos seus próprios microfones, câmaras e blocos de apontamentos - se não envergonhe de ser tratada como um vulgar e acrítico bando de funcionários e burocratas de uma qualquer «república das bananas» e aceite sem pestanejar, como normal e natural «facto noticioso», que a um sujeito se lhe abram na véspera as portas

para abandonar o seu estatuto de independente e entrar para militante encartado de um partido e logo no dia seguinte, por artes mágicas, seja catapultado para um destacado lugar de direcção nesse partido.

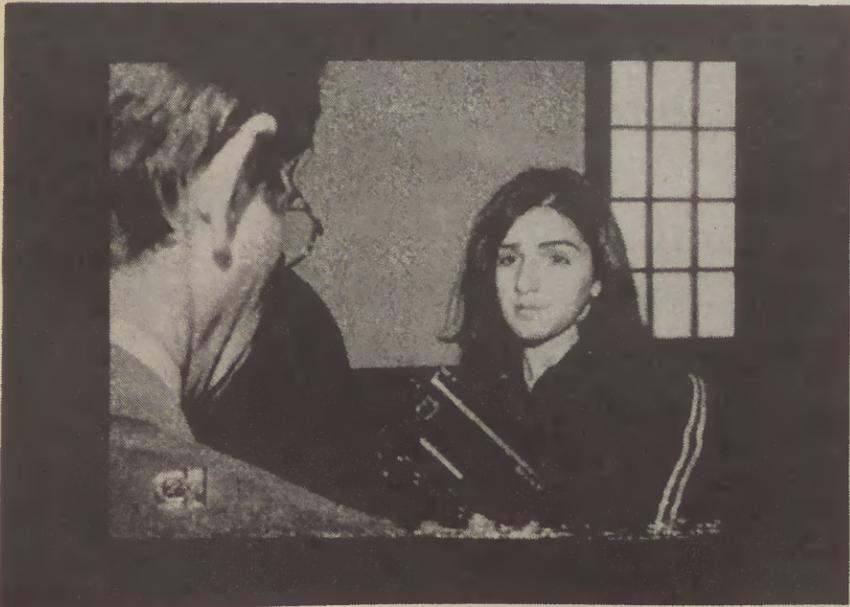
Poderia, também, perguntar em voz alta se as referências ao «teatro» por parte do decano Carneiro Jacinto - quando, no decorrer da longuíssima ligação a Coimbra, se referiu à atmosfera de *suspense* alegadamente ali instalada - longe de constituírem quaisquer críticas às vergonhosas encenações feitas à frente de toda a gente, se conformavam em ser (afinal, e muito mais) o reconhecimento implícito de que são elas (as encenações) que hoje melhor servem para vender *Telejornais* e *Jornais da Noite*.



João Amaral - entrar mudo e sair (quase) calado...



... a pressa foi tanta que a legenda foi parar à oradora seguinte...



Por aqui se vê quem são, para as televisões, os protagonistas das notícias...

Duas autênticas «pérolas» de síntese informativa...

Poderia referir-me a isto e muito mais se, de súbito, não fosse assaltado por um forte ataque de pudor e contenção que me leva, apenas, a desviar a minha curiosidade (e, por tabela, a vossa atenção) para duas questões de pormenor relacionadas com o quotidiano noticiário corrente, aparentemente menorizado por comparação com os fins-de-semana da política-espectáculo. Duas pequenas ocorrências, ambas pertencentes a espaços de informação do Canal 1, que quase sem se dar por isso, como é costume, tiveram lugar nos últimos tempos e que, configurando em conjunto com dezenas e dezenas de outras uma fria e determinada estratégia informativa patrocinada pela classe dominante (independentemente da cor que a serve) decidi escolher como meros exemplos simbólicos de uma certa forma de... desinformar.

Um deputado cheio de concisão

A primeira ocorrência verificou-se na quarta-feira, 28 de Fevereiro: no *Telejornal* desse dia, o *pivot* de serviço introduziu uma peça sobre a ida à Assembleia da República do Ministro da Administração Interna, Alberto Costa, para prestar esclarecimentos acerca da brutal carga policial sobre os trabalhadores da Abel Alves Figueiredo, em Santo Tirso - não referindo, embora, que o governante ali se deslocara por exigência do Grupo Parlamentar do PCP. Minudências!

Mas o mais curioso é que não só a ignorância desta referência foi mantida durante a peça propriamente dita como também a presença e intervenção do deputado do PCP na Comissão respectiva foi praticamente ignorada na chamada «economia interna» da organização da notícia.

Ora vejam: a peça durou 1 minuto e 50 segundos; destes, pouco mais de 1 minuto foi ocupado por um texto *off* explicativo que, no fundo, se substituiu às declarações dos principais protagonistas da notícia; mesmo assim, ao MAI foram concedidos 47 segundos para se explicar; do representante do PSD, Guilherme Silva, foram transmitidos uns curtos 9 segundos; e a representante do CDS/PP, Helena Santo, foi a mais beneficiada, com 15 segundos.

Entalado no meio disto tudo, ficou João Amaral, da boca do qual apenas nos foi permitido ouvir esta elaboradíssima sentença: «a Polícia excedeu-se e o Sr. Ministro confirmou-o». Uma frase, tão-só: nada mais nada menos que... 3 segundos! Espantoso!

Bem-aventurados os Grupos Parlamentares que têm nas suas fileiras deputados com tamanho poder de síntese! Se fossem todos assim, talvez Vasco Pulido Valente não tivesse afinal tão cédo sucumbido aos enfadados bocejos provocados pela classe política...

Perguntas tu... ou (não) respondo eu?

A segunda curiosidade noticiosa ocorreu dois dias depois, 1 de Março, também no Canal 1.

Os editores do *Telejornal* tiveram a bondade de se lembrar que o PCP entregara a sua proposta de revisão constitucional nesse dia e, vai daí, não deixaram de noticiar o facto à noite, na edição das 20.00. Não com as delongas com que, em ocasiões anteriores, se haviam referido (e rendido) aos outros projectos vindos das bandas do PSD, do PS ou do CDS/PP. Nada disso! Era preciso que tudo se passasse como que num «entre vírgulas».

A coisa foi feita assim: antes, colocaram uma peça em que se dava conta da confirmação, por

parte do Supremo Tribunal de Justiça, da pena de três anos de prisão «por falsificação de documentos e burla agravada» ao ex-Presidente da Câmara da Nazaré, Luís Monterroso, em relação ao qual, como que caritativamente, a notícia ocultava a sua qualidade de autarca socialista...

(Imagine-se como outro galo cantaria se se tratasse de um autarca de outro partido!) Tudo aviado em 18 segundos, com *locução off* pelo *pivot* de serviço em estúdio - um dispositivo técnico que, como se sabe, associado ao anonimato do jornalista (não foi sequer sobreposta qualquer legenda), não só funciona na prática como um expediente para «despachar» burocraticamente uma correnteza de notícias, como contribui objectivamente para as desvalorizar dada a ausência de alterações no nível *auditivo* que estimulem, pelo contraste resultante, a atenção do espectador.

Depois - e antecedendo rapidamente o intervalo para a publicidade - seguiu-se a notícia referente ao tal «projecto de revisão constitucional» nesse dia apresentado pelo PCP. Para não exagerar, a peça, mais modesta, teve ainda menos tempo: a RTP deve ser, aliás, das únicas estações de televisão do Mundo em que uma notícia filmada pode ter a módica duração de 13 segundos! E, como não podia deixar de ser, a *locução off* esteve mais uma vez a cargo do *pivot*, no mesmo tom de despacho e correnteza vindos do antecedente.

Mas, no tratamento da notícia, aconteceram algumas interessantes e inocentes «inovações»: em primeiro lugar e apesar de tudo, ainda houve tempo para se insinuar que o PCP tinha sido «o último partido» a entregar um tal projecto; depois, adiantou-se uma segunda desvalorização do mesmo uma vez que, segundo o texto, para os comunistas a Constituição «não precisa de grandes alterações», o que é um excelente pretexto para deixar em silêncio as alterações mais importantes que o próprio PCP propõe; finalmente, porque é da mais elementar prudência não tratar o espectador, sempre e em qualquer circunstância, como se este fosse um atrasado mental, lá condescendeu o escriba da notícia em acrescentar à frase anterior «*embora sublinhando que é necessário reforçar alguns direitos dos trabalhadores*». Obrigadinho!

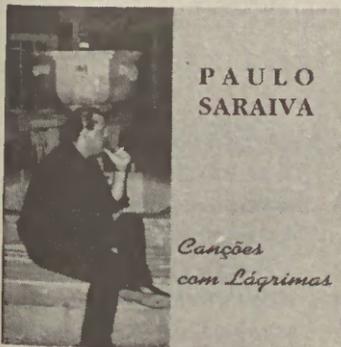
Curiosa, original mesmo, foi a forma como a divulgação do acontecimento foi tratada ao nível da imagem. Amontoados, por montagem, alguns planos da bancada parlamentar comunista na Assembleia da República que servissem de mero suporte quantitativo, a peça acabou com aquilo que (ausente embora qualquer resquício de som audível) poderia julgar-se serem imagens pertencentes a uma entrevista ao seu líder parlamentar. Qual quê! Na única imagem das suas mudas declarações, Octávio Teixeira surge enquadrado de costas para a câmara. Pelos vistos, quem estava a ser entrevistada por este era, afinal, a própria jornalista! É só conferir com a imagem junta!

Acabamos como começámos: serão estas apenas questões de pormenor? Claro que, ontem, amanhã ou depois de amanhã, a propósito da discussão do Orçamento ou do aniversário do Partido, até poderá ser que uma peça de maior profundidade e duração excepcionalmente possa dar a ideia de que, agora sim, o pluralismo regressou à televisão do Estado. Simplesmente, será isso decisivo em comparação com as omissões e deturpações quotidianamente acumuladas?

Não sei quantos meses depois da «mudança», no que toca a contas do deve-e-haver dos partidos e das personalidades políticas, a Nova Informação do serviço público de televisão está cada vez mais na mesma.

ESCAPARATE

DISCOS



Os clássicos revisitados

Paulo Saraiva / «Canções com Lágrimas» - Ovação OV-CD-089. Grav.: Novembro, 1994. Dur.: 43m 21s

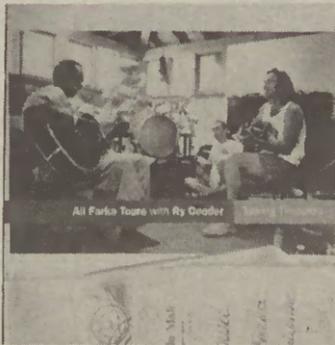
A voz bem timbrada de Paulo Saraiva apresenta neste disco um repertório em grande parte constituído por canções de referência cantadas e compostas por José Afonso ou Adriano Correia de Oliveira, algumas delas com versos do poeta Manuel Alegre - desde logo, o desafio e o risco maiores deste disco interessante. O destaque vai para melodias inesquecíveis como *Canção com Lágrimas*, *Trova do Vento que Passa*, *Menino d' Ouro* ou *Trás Outro Amigo Também*. Mas Paulo Saraiva soube rodear-se, igualmente, de convidados de talento, como António Bernardino, Vitorino ou Janita Salomé (nas vozes), Ricardo Dias e Manuel Portugal nas guitarras portuguesas e Luís Carlos Santos na viola clássica. É a reconfortante memória dos clássicos revisitados.

Brincadeiras com a linguagem

«Talking Timbuktu», Ali Farka com Ry Cooder. Edição de 1994 da World Circuit Music, importada pelo Mundo da Canção.

A semana passada atribuíram-se os Grammys 96, os prémios mais importantes para a indústria discográfica norte-americana. A imprensa mundial discutiu vencedores e vencidos. Glória efémera, como o prova o disco «Talking Timbuktu». Quem se lembra que esta gravação, que reúne Ali Farka Touré com Ry Cooder, mereceu um dos prémios Grammy de 1995?

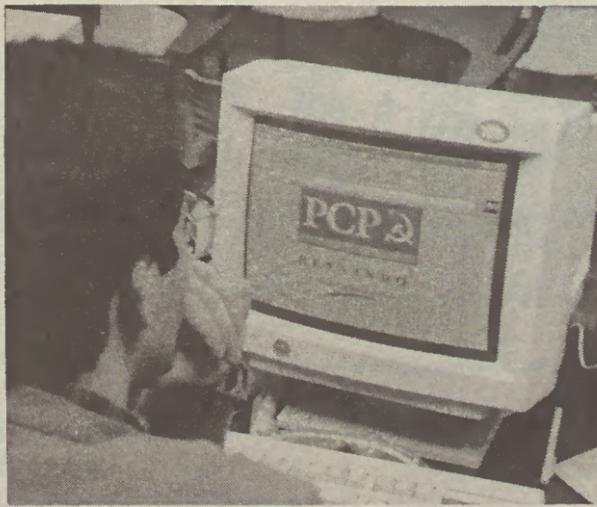
E no entanto é um disco excepcional, de brincadeiras com a linguagem: a da música entre as guitarras norte-americana de Cooder e africana de Touré; a da fala, pelas palavras em quatro línguas africanas. Touré traz do Mali qualquer coisa de diferente da pop a que certos músicos africanos habituaram os ouvidos ocidentais. Cooder, se calhar, produziu o seu melhor disco de sempre.



INTERNET

O PCP na Internet

Com a passagem e a comemoração dos 75 anos do PCP, chegou também o momento de os portugueses passarem a poder contactar com a presença do Partido na «rede». Inaugurada ontem, a página do PCP na Internet pode ser encontrada em <http://www.pcp.pt/pcp> e está, neste momento, dividida em dez secções. Duas delas dão conta de aspectos relacionados com a conjuntura actual e tomadas de posição pública dos seus órgãos dirigentes (o 75º Aniversário e as Posições do PCP sobre a actualidade política) e as restantes funcionam como secções permanentes, na maioria dos casos actualizáveis com regularidade: notícias e informações detalhadas sobre a actividade do Partido na Assembleia da República e no Parlamento Europeu (com a enumeração das propostas apresentadas e sua situação) e nas Autarquias Locais (com a indicação das Câmaras e Juntas de Freguesia de presidência CDU). Deve salientar-se que, também nestes casos, estamos perante um conjunto volumoso e valioso de informações, por regra insuficientemente tratadas na Comunicação Social, e cuja consulta regular pode revelar-se extremamente útil para demonstrar a multiplicidade de direcções que a actividade do



Partido e dos seus eleitos abrangem. Quanto às propostas programáticas, duas outras páginas apresentam, com largo desenvolvimento, documentos fundamentais para a sua compreensão: o Programa do Partido, aprovado no último Congresso, e as Propostas para Uma Nova Política relativas às recentes eleições legislativas. Mas outras três páginas estão dedicadas a outras tantas publicações importantes: as revistas

«Portugal e a CE» e «O Militante», actualizadas mensalmente, e, claro, o nosso «Avante!», com largos extractos das suas principais secções, e cujo conteúdo é actualizado todas as semanas.

Aqui deixamos um convite para que o leitor «cibernauta» desde já visite o PCP na «rede» e não deixe de enviar os seus comentários e sugestões.

FC

LIVROS

A memória resguardada

Do autor de «Matai-vos uns aos outros», Jorge Reis, mais uma edição, a segunda, deste livro de ficção. «A memória resguardada», compilação de textos que a «Escritor» agora edita, e que atravessam os tempos actuais desde os anos quarenta. Reflexões de exilado, que nos recordam Paris de encontros e desencontros e lançam um olhar agudo de saudade e de viva ligação ao Portugal

Jorge Reis
A MEMÓRIA RESGUARDADA

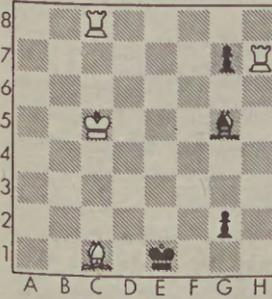


Escritor

XADREZ

DL - 7 DE MARÇO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X014
Por: JINDRICH FRITZ
Ceskoslovensky Sach, 1938

Pr.: [4]: Ps. g2, g7 - Bg5 - R61
Br.: [4]: Bc1 - Ts. c8, h7 - Rc5



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DL

Rd2: 6. Rb3: e8.
Bd3+: 3. Rb4: g1-D4. Tc1+: Bc1: 5. Tc8: 1.
Nº 1996X014 [J.F.]: 1. Bd2+: B.d2. 2. Tc7.

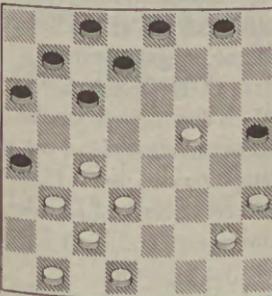
DAMAS

DL - 7 DE MARÇO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D014
GOLPE Nº 159

Por: ORLANDO AUGUSTO LOPES
Lisboa, 1959

Fonte: Enciclopédia Damista. Fafe
1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 10-13, 21-17; 4. 13-22, 26-10; 5. 6-13, 17-10; 6. 2-6, 25-21; 7. 6-13, 21-17; 8. 13-18, 28-23; 9. 12-15, 32-28; 10. 8-12, 20-16; 11. 1-5 Diagrama

Pr.: [9]: 16-17-23-24-27-28-29-30-31
Br.: [9]: 3-4-5-7-9-11-12-15-18 Pr. +)



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DL

22-18; 15. 31-13, 17-1-D+
15-24, 27-22, 31-13, 18-27, 31-13, 24-31-D+
Nº 1996D014 [O.A.L.]: 11. ... 24-20, 12.
A. de M. M.

FILMES

E agora que já vi tudo?

«Mentes Perigosas», realização de John N. Smith com Michelle Pfeiffer e George Dzundza. Amoreiras, Monumental, Olivais Shopping, Cascaishoping, Cidade do Porto, Gaiashopping.

Há filmes excepcionais para ver no cinema. Todos os nomeados para os Oscars merecem, por uma razão ou outra, a nossa atenção. Todos os «oficialmente» esquecidos, como o filme de Martin Scorsese, também não se podem perder. O problema é depois, quando se olha o cartaz e se pensa: «já vi tudo!». Aqui se chama a atenção para um filme, repleto de chavões ideológicos e cinematográficos, a não ultrapassar em muitos aspectos a mais terrena mediania, mas que nos chama a atenção para um problema: a da educação dos adolescentes que vivem em bairros onde os vizinhos se chamam miséria, violência, marginalidade, droga, ignorância, racismo, prostituição... Michelle Pfeiffer sai-se melhor do que seria de esperar no papel de uma professora novata, que depara com uma turma de «casos especiais» e a hora e meia que se passa não é totalmente inútil.



TEATRO



No Teatro da Malaposta está em cena a peça de Brian Friel «Traduções» com encenação de Antonino Solmer. Na foto, Elsa Valentim, Pedro Martinez, Inês Nogueira e Jorge Estreia, alguns dos intérpretes desta peça

CONVENTO DOS INGLESIINHOS

Lisboa, Trv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). Tel. 3460228. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. CAMÕES - TANTA GUERRA, TANTO ENGANHO, encenação de Silvina Pereira, pelo teatro Maizum.

TEATRO ABC

Lisboa, Pq. Mayer. Tel. 3462001. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. AMAR LISBOA (Revista à Portuguesa).

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970669. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O ENSAIO, de Jean Anouilh, encenação de João Lourenço.

TEATRO DA MALAPOSTA

Odivelas, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. TRADUÇÕES, de Brian Friel, encenação de Antonino Solmer, pelo elenco do Teatro da Malaposta.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sábados, domingos e feriados, às 16.00: ALI-BABÁ E OS QUARENTA LADRÕES, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. PORTUGAL, ANOS QUARENTA, de Luiz Francisco Rebelo, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. RAZÕES E CORAÇÕES, a partir de Gil Vicente, encenação de Vitor Gonçalves (Estreia hoje, quinta-feira).

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. Estreia, hoje, às 21.30: AS TROIANAS, de Eurípedes/Jean-Paul Sartre, encenação de João Mota, com Eunice Muñoz e outros actores do elenco do Teatro Nac. D. Maria II e os cantores Fernando Serafim e Helena Vieira. Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. O PODER DO DINHEIRO, encenação de Graziela Galvani, com Fernanda Alves, Luís Madureira e Jeff Cohen.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. AONDE ESTÁ VOCÊ AGORA?, de Regiana Antonine (Estreia hoje, quinta-feira).

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA apresenta

Razões e Corações
de Gil Vicente

ESTREIA 7 DE MARÇO

Interpretado por Vitor Gonçalves

Assessoria: Bernardino Nascimento

Com: António Assunção, José Eduardo, Maria Prade, Miguel Martins, Paulo Matos, João José Correia

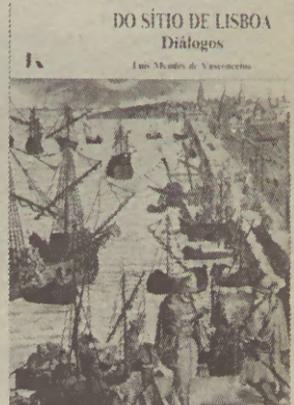
Companhias: Malgorzata Zak

Patrocinado pelo Secretariado de Estado da Cultura - Câmara Municipal de Almada

que decorria? Muito mais do que isso. Para este escritor de poucos livros, intelectual interventor no seu tempo, os seus textos ao reflectirem a realidade são uma proposta de reflexão ao leitor. Sobre um tempo que passou mas que continua aí. «Talvez o primeiro prosador do neo-realismo», chamou João Gaspar Simões ao autor.

Do sítio de Lisboa

Filipe II não transferiu a capital dos seus reinos, de Madrid para Lisboa, como queria Luís



Mendes de Vasconcelos, autor destes Diálogos, que a «Livros Horizonte» publica, em edição patrocinada pelo Pelouro da Cultura. Esta obra, cuja primeira edição remonta a 1608, exalta Lisboa e as suas qualidades, visando convencer o monarca. E o facto de não ter conseguido esse objectivo não retira nada à importância da obra, confeccionada na forma de textos e de diálogos entre um Soldado e um Filósofo que trocam razões sobre Lisboa, sobre a política ultramarina portuguesa e os seus objectivos contraditórios (comércio/conquista), sobre as falhas de organização de uma política comercial coerente e integrada. Uma interessante prosa a visitar, de um autor que, tendo sido Capitão-Mor das Armadas do Oriente, militar de carreira, era um homem invulgarmente culto.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

De quem é o Orçamento

No momento em que escrevemos e quando faltam 24 horas para a votação do Orçamento de Estado de 1996 na Assembleia da República, já todo o País sabe o resultado do escrutínio: o PP de Manuel Monteiro irá viabilizar o Orçamento do PS.

Ou, dito ao contrário - como preferirá o Governo de António Guterres e a maioria parlamentar que o apoia -, o Orçamento do PS vai ser viabilizado pelo PP de Manuel Monteiro, o que é capaz de atirar para o dispendioso... Olhemos a primeira formulação.

O PP de Manuel Monteiro, ao viabilizar o Orçamento do PS, substancia o apoio concreto do grande patronato a esta Lei Orçamental redigida pelo governo socialista. E sem disfarces: Nogueira Simões, vice-presidente da CIP, é membro do PPI/Monteiro, Nuno Fernandes Thomaz, advogado de confiança da família Mello, foi escolhido este fim-de-semana para «número dois» do PP.

Na verdade, o apoio do PP a este Orçamento já estava traçado há muito, como os dirigentes de todas as confederações patronais fizeram questão em deixar claro, desde Ferraz da Costa a dizer, em nome da CIP, que «a opção do Governo era muito positiva», até Rosado Fernandes, pela CAP, a exaltar «os aspectos positivos» do Orçamento socialista, passando por Vasco da Gama, da CCP, a chamar-lhe «um instrumento fundamental». Neste quadro, as «15 condições» avançadas pelo PP de Manuel Monteiro para apoiar o OE de 1996 não passaram de uma palhaçada semelhante às ocorridas no congresso dos «populares» realizado há dias em Coimbra, com o objectivo de iludir o pagode e, de caminho, sacar ao PS mais umas cedências de última hora.

Sendo óbvio que este Orçamento de Estado agrada em cheio a todo o patronato nacional, fará sentido dizer que este é um Orçamento do PS?

Se o é, que PS é este?

Será o mesmo do «Portugal no coração», da «solidariedade» e da «paixão» que atraiu em 1 de Outubro passado as esperanças dos trabalhadores portugueses?

A sê-lo, como pode produzir um Orçamento de Estado que tanto agrada ao patronato?

É que o patronato - sabe-se dos livros e está aí escarrapachado na vida concreta de todos nós - marimba-se para «Portugal no coração» porque o que quer é tê-lo no bolso, à «solidariedade» prefere a «flexibilidade» para explorar à tripa forra e quanto a paixões move-se apenas por uma, a da apropriação e do poder que ela dá.

Daí que, sendo o Orçamento de um Governo PS, não seja irrelevante que se viabilize apenas pelos votos do PP de Manuel Monteiro / versus apoio de todo o patronato.

O que ilumina a questão central.

Sendo relevante o apoio da direita e do patronato a este Orçamento - tanto que é decisivo para a sua aprovação - perde qualquer sentido averiguar quem apoia quem porque, como nas adições simples, aqui a ordem dos factores é arbitrária.

Pelo que, ser o PP de Manuel Monteiro a viabilizar o Orçamento do PS ou o Orçamento do PS a ser viabilizado pelo PP de Manuel Monteiro, tem tanta relevância como averiguar a distinção entre o dar-lhe na cabeça e na cabeça lhe dar.

Na certeza - e infelizmente -, que não vai ser o patronato a levar na cabeça com este Orçamento, caso contrário não estava tão contente e empenhado nele...

Posto isto, o que interessa é perceber de quem é realmente este Orçamento de Estado ou, se quiserem, para quem foi ele elaborado.

Quanto à sua propriedade intelectual, longe de nós questioná-la!

Obviamente, é do Governo do PS.

■ HC

A Assembleia da República concluiu ontem o debate na generalidade do Orçamento do Estado para 1996.

Confirmando as tendências que se vinham desenhando desde segunda-feira, tudo apontava à hora do fecho da nossa edição para a viabilização do texto que define as grandes prioridades e orientações nos domínios económico e social, conseguida com os votos favoráveis apenas do PS e a muleta preciosa sob a forma de abstenção dos deputados do CDS/PP.

Demarcando-se de forma inequívoca do Orçamento, por fidelidade ao que considerou serem os seus «compromissos assumidos perante os portugueses» e aos interesses nacionais, o Grupo Parlamentar do PCP votou contra, adoptando o PSD idêntico sentido de voto.

Com esta aprovação, alcançada através de uma espúria conjugação de votos do PS e do CDS/PP, após um esquema de bastidores que terá selado um acordo negocial entre os dois partidos, na base de alegadas cedências dos socialistas, demonstradas ficaram, com singela clareza, as fortíssimas razões que assistiram às duras críticas da formação comunista e que presidiram à sua decida e frontal oposição a este Orçamento.

Ao contar com o inestimável apoio dos «populares» - que assim revelaram, como fez notar Octávio Teixeira na sua intervenção final, estar de «facto de acordo com o fundamental» das políticas e das ori-

entações que integram o Orçamento, «na linha, aliás, do que há muito vem sendo proclamado pelo presidente da CIP» -, o Governo PS, por assim dizer-se, recebeu a moeda de troca da sua voluntária e consciente «opção de aliança político-parlamentar».

Significa isto, por outras palavras, como tratou de precisar o líder da bancada comunista, que «ao apresentar estes documentos básicos para a acção governativa com estas opções, orientações e prioridades, que estruturalmente assentam em políticas de direita e numa filosofia política neoliberal, o Governo delimitou, à partida, o espectro político-parlamentar passível de viabilizar a passagem do Orçamento do Estado na Assembleia da República».

E bem se compreende que assim tenha sido se atendermos a que, de facto, em praticamente todas as questões de fundo, defraudando as expectativas de mudança, as opções do Gover-

no do PS vão no sentido de prosseguir o mesmo rumo das políticas plasmadas nos orçamentos anteriores.

É que, como foi dito - e são estas as questões que fazem a separação de águas - «não é certamente de esquerda prosseguir uma política que agravará o desemprego», que protela para o segundo semestre de 1997 a aplicação do rendimento mínimo de garantia, que elege a «competitividade como o fim último e todo poderoso das políticas económicas e sociais», que acelera o programa de alienação do melhor património do Estado, que mantém as injustiças fiscais, que penaliza as regiões do interior acentuando as assimetrias regionais, ou que mantém exactamente a mesma atitude adoptada por Governos

anteriores perante a Segurança Social não afectando as verbas capazes de minorar as suas bem conhecidas dificuldades.

Por essa razão, como sublinhou Octávio Teixeira, nunca este Orçamento «poderia contar com o PCP», uma vez que, esclareceu, nunca os comunistas viabilizariam «um Orçamento cuja prioridade primeira é a busca da integração de Portugal na moeda única em 1999», um Orçamento «umbilicalmente ligado ao programa de privatizações aprovado pelo Governo e à sua lei de flexibilização dos horários de trabalho e de polivalência dos trabalhadores», um Orçamento, em suma, «que se resigna à estagnação económica, ao agravamento do desemprego e à perpetuação das desigualdades e injustiças sociais».

PCP impugna flexibilização

O Grupo Parlamentar do PCP interpôs recurso à admissão da proposta de lei que estabelece a redução dos períodos normais de trabalho superiores a 40 horas. Na base desta iniciativa, entregue terça-feira na Mesa da Assembleia da República, a convicção dos deputados comunistas de que o diploma «viola grosseiramente a Constituição da República».

Na fundamentação, detalhadamente explicada em 55 pontos ao longo de 18 páginas, o Grupo comunista salienta que o objectivo do Governo não é a redução do horário de trabalho, mas sim, numa cedência ao grande patronato, a «desregulamentação completa das relações laborais».

Aljustrel veio a Lisboa exigir reabertura da mina

Um plenário confirmou segunda-feira a deslocação de mineiros de Aljustrel a Lisboa, para «sensibilizar o Governo para os aspectos sociais da decisão que, no final de Março, vai tomar quanto à mina», como referia uma nota divulgada pela federação da Metalurgia e Minas.

O destinatário da mensagem dos mineiros, que contam nesta luta com a solidariedade da população e da Câmara Municipal, era o primeiro-ministro. Admitiam, no entanto, não chegar à residência oficial de António Guterres, já que uma delegação procuraria, antes, avistar-se com o ministro da Economia, procurando garantias de que a laboração das Pirites de Aljustrel vai ser retomada e o acordo feito com os trabalhadores vai ser respeitado.

A acção de ontem, refere o documento da estrutura sectorial da CGTP, «deve-se à circunstância de o secretário de Estado da Indústria ter comunicado, em 7 de Fevereiro, que o estudo que tinha em seu poder não era aceitável pelo PEDIP e de o mesmo se ter comprometido a deslocar-se a Aljustrel para analisar várias soluções, o que não fez até ao momento». Este facto adquire maior relevância porque «os mineiros e a população de

Aljustrel, bem como os seus representantes sindicais, a Comissão de Trabalhadores e o presidente da Câmara, estão convictos de que, se o secretário de Estado se tivesse deslocado a Aljustrel e aí tivesse contactado com os técnicos da mina, teria concluído pela sua viabilidade».

A reabertura da mina e a normalização da laboração faziam parte do acordo proposto pelo anterior Governo e aceite pelos trabalhadores a 26 de Maio do ano passado. Desde então, os mineiros já sofreram o *lay-off* (suspensão dos contratos de trabalho), não tiveram aumentos salariais, foram colocados em cursos de formação profissional... Do actual executivo esperam «que sejam mais aceleradas as etapas de rearranque da laboração».

Hoje decorrem várias acções contra a polivalência e a flexibilização, integradas numa jornada da CGTP. Deste «primeiro sinal» da disposição de luta dos trabalhadores destaca-se a concentração prevista para as 15.30 horas, em Lisboa, no Largo de Camões, com desfile até São Bento (ver página 13).

PCP na Internet

A partir de ontem, dia 6 de Março, data comemorativa do seu 75º aniversário, o PCP passou a estar presente na Internet com um «domínio privado virtual» que proporcionará uma extensa informação sobre a actividade, as iniciativas, as propostas e o projecto do PCP, informou Henrique de Sousa, do Secretariado do PCP, na conferência de imprensa do dia 5, para o efeito realizada.

No esclarecimento que prestou sobre a «página» do PCP na World Wide Web, o dirigente comunista informou que ela foi concebida por uma equipa constituída pela «prata da casa», devendo o seu conteúdo ser também por ela gerido e regularmente actualizado.

Considerando que a entrada do PCP na Internet, no dia em que se celebra o 75º aniversário do PCP, tem um simbolismo e um significado especiais, Henrique de Sousa salientou que esta iniciativa visa o reforço do diálogo com os cidadãos, de forma alguma se substituindo ao contacto directo e pessoal e ao recrutamento dirigido que o Partido Comunista Português continuará a privilegiar.

Como o «Avante!» referiu na edição comemorativa do seu aniversário, no vasto conjunto

de informação agora disponível via Internet, destaca-se o Programa do PCP, as suas recentes tomadas de posição, a actividade legislativa dos deputados comunistas e as edições do «Avante!» e do «Militante».

Apesar de só na sexta-feira passada ter havido acesso a esta «página», ontem eram já numerosas as mensagens recebidas: «Gostei do que vi», «Fico muito contente por encontrar mensagens do nosso Partido na Internet», «Parabéns pelo vosso bom trabalho», «o meu entusiasmo foi grande por verificar que temos mais um meio de dar a conhecer (...) que o ideal comunista não morre e está presente», ou um surpreendente «Very impressive pages indeed! One of the best I've seen» (Páginas verdadeiramente impressionantes! Das melhores que já vi); Ou, ainda sugestões como «A página inicial está um pouco comprida. Talvez fosse preferível colocar todas as imagens no topo»; ou juvenis manifestações: «Dei uma vista de olhos pelo URL do glorioso... está jeitoso... Parece-me OK». Foram os primeiros indícios da oportunidade desta iniciativa.

O endereço Internet é o seguinte: <http://www.pcp.pt/pcp>

